



JAMILY VEIT SCHEFFER

**ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE:  
MEMÓRIA E IDENTIDADE**

CANOAS, 2020

JAMILY VEIT SCHEFFER

**ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE:  
MEMÓRIA E IDENTIDADE**

Dissertação apresentada como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Memória Social e Bens Culturais pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle na linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade.

Orientador: Prof. Dr. Artur Cesar Isaia

Canoas, 2020

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S48a Scheffer, Jamily Veit.

Arquivo histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre [manuscrito]:  
memória e identidade / Jamily Veit Scheffer – 2020.

109 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) –  
Universidade La Salle, Canoas, 2020.

“Orientação: Prof. Dr. Artur Cesar Isaia”.

1. Memória. 2. Identidade. 3. Bens culturais – Igreja católica. 4. Acervo documental. 5. Arquivos eclesiásticos. I. Isaia, Artur Cesar. II. Título.

CDU: **930.25**

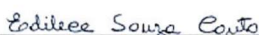
JAMILY VEIT SCHEFFER

Trabalho Final aprovado como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

**BANCA EXAMINADORA**



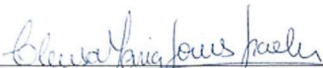
Arquivista Vanessa Gomes de Campos  
Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre



Profa. Dra. Edilece Couto  
Universidade Federal da Bahia



Prof. Dr. Cledes Antonio Casagrande  
Universidade La Salle



Prof. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin  
Universidade La Salle



Prof. Dr. Artur Cesar Isaia  
Orientador e Presidente da Banca – Universidade La Salle

**Área de concentração:** Memória Social e Bens Culturais

**Curso:** Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 09 de outubro de 2020.

*À família, por tudo que tenho, amo e sou...*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à minha família. Minha mãe, meu grande exemplo e inspiração. Mulher amorosa, batalhadora e justa. Que mesmo sob grandes dificuldades não mediu esforços para o sustento e educação de seus filhos. Grande incentivadora dos hábitos que possuo hoje como o gosto pela leitura e a paixão pela academia. Sua paciência e motivação foram fundamentais para os primeiros passos rumo a esta realização. Te amo mãe. Ao meu esposo, por tanto carinho e cuidado. Por trazer alegria e leveza aos meus dias e me incentivar a ser sempre a melhor versão de mim mesma. Por adiar uma especialização na sua área de formação para custear e me apoiar neste projeto. A você querido, todo o meu amor e gratidão.

Agradeço, em segundo lugar, à Universidade LaSalle pela concessão da bolsa institucional de mestrado, sem a qual a presente pesquisa seria inviável. E principalmente, ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais pelo auxílio e infraestrutura fundamentais para que eu pudesse desenvolver minhas pesquisas em condições adequadas. Agradeço a todo o corpo docente pelos momentos maravilhosos em sala de aula, pelos ensinamentos preciosos e pela atenção, especialmente às professoras Cleusa Maria Gomes Graebin e Patrícia Kaiser Vargas Mangan pelo carinho e cuidados de mãe.

Agradeço, e serei para sempre grata, ao meu orientador e amigo, professor Artur César Isaia. Pela sua simpatia, por me “adotar” e orientar desde o período da Graduação em História, pela pedagogia atenta e sensível, pelas indicações de leituras, pelas receitas de cuca alemã e, é claro, pela excelente orientação. Penso que um bom pai faz este papel de escutar atentamente, compreender, indicar caminhos, promover afeto e empatia, enfim, de tornar suas crias pessoas melhores, e você me fizeste uma pessoa melhor, sem dúvida alguma.

Agradeço a todas as amigas que a Universidade LaSalle me proporcionou ao longo destes seis anos. Sejam elas da Graduação ou do Mestrado Profissional, os meus mais profundos agradecimentos pela sua amizade e por todos os momentos que dividimos pelo Campus. Carlinha querida, obrigada pelas trocas sobre tudo, por ser minha parceira de projetos e pelos mais valiosos conselhos. Espero poder continuar acompanhando a caminhada de cada um.

À Vanessa, por ser um exemplo de profissional e com quem tive o privilégio de trabalhar por um curto período de tempo. Obrigada por todo o suporte e por cuidar tão bem do AHCMPA. Sem você não teria conseguido.

Ao Arcebispado e a ASCOM da Cúria Metropolitana de Porto Alegre pelo auxílio prestado.

Aproveitando este espaço para agradecimentos, parece-me fundamental ressaltar o papel indispensável dos órgãos públicos e privados de fomento à pesquisa no Brasil, que, de maneira explícita, vêm sendo atacados ano após ano por projetos de governo que visam o estancamento do desenvolvimento científico no país, tão necessário para a redução de nossa vergonhosa desigualdade social. Minha profunda admiração aos trabalhadores(as), estudantes e pesquisadores(as) que dedicam suas vidas a essa luta permanente contra a apatia.

E por fim, mas não menos importante, agradeço a Deus pelo dom da vida. Pela minha saúde e a dos meus familiares e amigos(as) em meio a tempos tão difíceis. Obrigada por me mostrar sempre o caminho após a tempestade.

“[...] as memórias dos indivíduos nunca são exclusivamente suas, pois nenhuma lembrança pode existir fora de um contexto social, “nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto não nos tornamos um ser social”

*A Memória Coletiva – Maurice Halbwachs*

“O arquivo é um armazenador coletivo de conhecimentos que desempenha diversas funções. Nesse funcionamento, três características desempenham papéis fundamentais, como acontece com qualquer armazenador: conservação, seleção e acessibilidade”

*Espaços da recordação – Aleida Assmann*



## RESUMO

Este trabalho faz parte de um esforço no sentido de tornar conhecido o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) e seu acervo. Este acervo diz respeito a uma documentação referente aos séculos XVIII, XIX e XX. Seu objetivo geral, portanto, é a socializar informações a respeito do acervo do AHCMPA e do prédio que o abriga com a comunidade, academia e demais profissionais interessados. Desta maneira, o trabalho relaciona os fundos existentes no Arquivo, relacionando-os com suas estratégias identitárias e com seu esforço mnemônico. Tanto o acervo do AHCMPA quanto o espaço que o abriga são vistos como bens culturais da Igreja Católica. As características desses bens e as estratégias de preservação reveladas acenam para os nexos compreensivos capazes de dar conta sobre “o que se preserva”, “quem preserva” e “por que se preserva”. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, apoiada teoricamente nas noções de capital simbólico de Bourdieu, de memória coletiva de Halbwachs, bem como na apreensão de Richard sobre a inserção histórica da Igreja Católica no mundo. Apresenta como conclusão a articulação existente entre o acervo documental do AHCMPA e a dominância de uma memória inserida no projeto de cristandade, típica do período de maior número de documentos (séculos XVIII e XIX).

Palavras-chave: Arquivos Eclesiásticos; Acervo Documental; Bens Culturais da Igreja Católica; Memória; Identidade;

## **ABSTRACT**

This work is part of an effort to make known the Historical Archive of the Metropolitan Curia of Porto Alegre (AHCMPA) and its collection. This collection concerns documentation referring to the 18th, 19th and 20th centuries. Its overall objective, therefore, is to socialize information about the AHCMPA collection and the building that houses it with the community, academy and other interested professionals. In this way, the work relates the funds existing in the Archive, relating them to their identity strategies and their mnemonic effort. Both the AHCMPA collection and the space that houses it are seen as cultural assets of the Catholic Church. The characteristics of these assets and the preservation strategies revealed point to comprehensive links capable of reporting on “what is preserved”, “who preserves” and “why is preserved”. It is a qualitative research, theoretically based on the notions of symbolic capital of Bourdieu, of collective memory of Halbwachs, as well as on Richard's apprehension about the historical insertion of the Catholic Church in the world. As a conclusion, it presents the articulation existing between the AHCMPA documentary collection and the dominance of a memory inserted in the Christianity project, typical of the period with the greatest number of documents (18th and 19th centuries).

Keywords: Ecclesiastical Archives; Documentary Collection; Cultural Property of the Catholic Church; Memory; Identity;

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Gráfico dos atores sociais.....	20
FIGURA 2 - Organograma da Hierarquia da Igreja Católica.....	31
FIGURA 3 – Pirâmide sobre a Memória Institucional.....	55

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – Traços e características da Memória Institucional.....	54
TABELA 2 – Elementos da Memória Institucional.....	56

## APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário respondido pelo Arcebispo de Porto Alegre Dom Jaime Spengler.....	85
APÊNDICE B – Questionário respondido pela responsável pelo AHCMPA Vanessa Gomes de Campos.....	87

## **ANEXO**

ANEXO A – Mapa do Brasil com as Regionais da CNBB.....	92
ANEXO B – Guia do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.....	93

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2. O PERCURSO INSTITUCIONAL DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE</b>	<b>29</b>
<b>2.1 A Igreja Católica e sua hierarquia.....</b>	<b>29</b>
<b>2.2 A Igreja Católica no Rio Grande do Sul: sua organização e administração eclesiástica.....</b>	<b>31</b>
<b>2.3 Bens Culturais.....</b>	<b>34</b>
<i>2.3.1 Os Bens Culturais da Igreja Católica.....</i>	<i>37</i>
<i>2.3.2 Os Arquivos Eclesiásticos.....</i>	<i>45</i>
<b>3. O QUE SE CONSERVA: ESFORÇO MNEMÔNICO DO AHCMPA.....</b>	<b>48</b>
<b>3.1 Autocompreensão da Igreja Católica.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2 A Memória como fruto de interações sociais.....</b>	<b>50</b>
<i>3.2.1 Memória Institucional.....</i>	<i>53</i>
<i>3.2.2 A importância Institucional: relatos de seus responsáveis.....</i>	<i>58</i>
<b>3.3 O acervo e seu arranjo documental.....</b>	<b>63</b>
<i>3.3.1 Fundos do AHCMPA.....</i>	<i>64</i>
<b>4. DOCUMENTAÇÃO E IDENTIDADE: PARA QUE SE CONSERVA.....</b>	<b>66</b>
<b>4.1 Políticas de Crisandade e a criação/transmissão de uma imagem.....</b>	<b>66</b>
<b>4.2 Documento, Memória e Identidade: A escrita como meio de eternização e suporte da memória.....</b>	<b>68</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>74</b>

<b>GLOSSÁRIO</b> .....	81
<b>APÊNDICES</b> .....	84
APÊNDICE A – Questionário respondido pelo Arcebispo de Porto Alegre Dom Jaime Spengler.....	85
APÊNDICE B – Questionário respondido pela responsável pelo AHCMPA Vanessa Gomes de Campos.....	87
<b>ANEXOS</b> .....	91
ANEXO A – Mapa do Brasil com as Regionais da CNBB.....	92
ANEXO B – Guia do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.....	93



## 1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo o documento escrito foi considerado o único produto elaborado pela sociedade e capaz de nos levar a sua “verdadeira” história. Outro tipo de fonte como fotos, desenhos e objetos não possuíam o mesmo valor que a documentação escrita. E aos poucos uma nova forma de ver e de se estudar o campo da história nos foi sendo apresentada. A mudança inicia-se na criação da Escola dos Annales (École des Annales) por Marc Bloch e Lucien Febvre. Este movimento iniciado no final da década de 1929 revolucionou por assim dizer a forma de se fazer e pensar a História. “Revolucionou”, pois, desafiou a historiografia conservadora ao apresentar a prática e o estímulo da interdisciplinaridade, a ampliação de temas historiográficos e a gradual expansão de tipos de fontes históricas. Este passo importantíssimo para o estudo e pesquisa da história, é o que basicamente nos movimenta hoje. E antes o que era visto sem muito valor e relevância passa a adquirir o mesmo status da documentação e produção escrita da sociedade (BARROS, 2012).

Toda a produção e ação humana deve ser considerada passível de estudo e reflexão. Independente das ferramentas e mecanismos utilizados para esta produção ou ação nascerem. E para que estas produções possam ser analisadas e refletidas, as mesmas devem ser guardadas e preservadas adequadamente, a fim de servirem como registros de sua existência e identidade. Dito isto, chegamos a um ponto extremamente importante que é da conservação adequada desta documentação e a importância da manutenção e uso destes espaços responsáveis unicamente por abrigar este tipo de produção. Hoje, parte destas produções encontra-se armazenada no que conhecemos como arquivos, museus, memoriais e centros históricos.

Existem exemplos desses espaços espalhados não só pelo Rio Grande do Sul e no Brasil, mas pelo mundo inteiro. Existem aqueles que podemos considerar como raras exceções, os quais possuem reconhecimento e prestígio. Somada às inúmeras dificuldades financeiras, estruturais, de manutenção e conservação do acervo que hoje assolam estes espaços, o descaso e em muitas vezes o desconhecimento de sua existência são fatores determinantes para uma realidade custosa.

A conscientização da importância destes espaços que salvaguardam nossa história e nos ajudam a compreender nossa identidade deve ser algo disseminado diariamente entre nós. Esta deve ser considerada uma tarefa de cunho social, que vise uma maior utilização e participação nestes espaços, acompanhando suas ações e contribuindo para a sua manutenção.

Em pleno século XXI com toda a globalização e modernização que o acompanham, ainda é incipiente o acesso à documentação histórica existente (BARROS, 2012). E de uma forma mais específica a documentação de cunho religioso encontrada no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), dos séculos XVIII e XIX, que apresenta em seus registros fragmentos da história regional e nacional; tornando-se o objeto de pesquisa desta dissertação.

O cenário ilustrado nos apresenta a importância dos registros históricos para a compreensão da sociedade de sua identidade e, ao mesmo tempo, da salvaguarda destes registros para que não se percam com o tempo. E nos alerta para algumas demandas sociais que envolvem este tipo de pesquisa, bem como para demandas específicas, ou seja, demandas institucionais que agregariam e aperfeiçoariam o trabalho já realizado no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Que são elas: tornar o Arquivo mais conhecido pela comunidade; proporcionar que o Arquivo e o Prédio que o abriga tenham mais reconhecimento social como bem cultural; e que a comunidade e a própria instituição sejam sensibilizadas para a importância e preservação do seu Acervo.

Assinalando como um objetivo geral deste trabalho, temos a socialização de informações a respeito do acervo do AHCMPA e do prédio que o abriga com a comunidade, academia e demais profissionais interessados. Uma vez atingindo este grande objetivo, dialogaremos também acerca da descrição (teor e localização) dos fundos existentes no Arquivo. Buscaremos compreender as estratégias identitárias e de memória implícitas no esforço mnemônico do AHCMPA e responder aos questionamentos a respeito dos Bens Culturais da Igreja Católica, bem como a conscientização deste arquivo como um Bem desta categoria. E por fim, buscar compreender as indagações a respeito de “*o que se preserva*”; “*quem preserva*” e “*por que se preserva*” a documentação existente no AHCMPA.

Tendo em vista as demandas sociais e institucionais aqui apresentadas, tanto a **Dissertação** quanto um **Produto Final** que atendam a estas exigências se

faz necessário. Portanto, vamos levar adiante, tanto um Produto Final quanto uma Dissertação articulados a necessidades capazes de serem atendidas nos limites do Mestrado Profissional em curso.

Nesta direção, pensamos em um Guia Informativo com os seguintes dados a serem socializados<sup>1</sup> com a comunidade:

- a) Localização (do Arquivo e do Prédio que o abriga);
- b) Uma descrição dos fundos que compõem o Acervo;
- c) Mapa com a localização dos fundos do Acervo;
- d) Uma pequena narrativa histórica do Arquivo e do Prédio que o abriga.

Metodologicamente, a pesquisa teve enfoque qualitativo, por nós julgado mais adequado para o atendimento do que se propunham nossos objetivos e problema. Para Godoy, a pesquisa qualitativa tem a seu favor a característica de poder trazer à tona várias facetas da realidade. Nela o pesquisador

[...] vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, pág. 20).

Assim, trabalhamos com um bem cultural, um bem simbólico, o qual está relacionado direta ou indiretamente com sensibilidades, reconhecimentos, percepções. Como consequência, tanto de nosso corpus documental, quanto de nossa problemática de pesquisa, optamos justamente pelo viés metodológico qualitativo, no qual, segundo Haseman (2015, pág. 42) persegue um caminho indutivo, colocando em evidência a preocupação em compreender os sentidos da ação humana.

Ainda sobre a opção pela pesquisa qualitativa, vimos que este caminho metodológico ia ao encontro da preocupação deste trabalho no sentido de buscar evidências marcadas pela singularidade

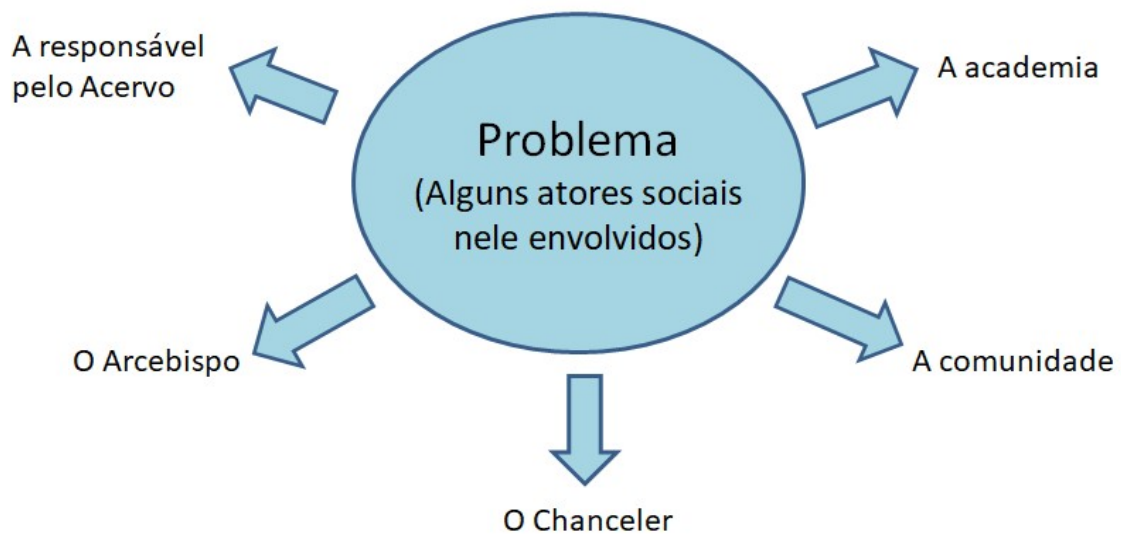
---

<sup>1</sup> Segundo conversas com a responsável pelo AHCMPA, o Produto Final poderá ser abrigado no Home Page da Arquidiocese de Porto Alegre (visando a um público mais amplo), além de ser disponibilizado em forma impressa para a comunidade pesquisadora no próprio Arquivo.

A pesquisa partiu de um problema, o qual norteou toda a sua trajetória: *“Como difundir o acervo documental do AHCMPA e tornar mais valorizado como bem cultural o arquivo e o prédio que o abriga?”*

A partir da problemática levantada, chegamos à identificação de alguns atores sociais inseridos neste contexto, que são: a responsável pelo Arquivo, o Arcebispo, a comunidade e a academia.

Figura 1 - Gráfico dos atores sociais



Após a identificação destes atores, elaboramos um questionário<sup>2</sup> a ser aplicado aos mesmos, a fim de identificar a ação de cada um deles no AHCMPA, bem como a sua percepção pessoal a respeito da existência, importância e projetos futuros desta instituição. As percepções distintas sobre a problemática levantada nos permitem justificar a escolha pelo método qualitativo de investigação, considerando todos os pontos de vista relevantes.

No decorrer da dissertação, dialogaremos com alguns conceitos operacionais vistos ao longo do mestrado profissional e outros indicados especificamente pelo professor orientador para uma melhor compreensão do tema. Para abordar e compreender o modelo de Igreja que está por trás da lógica da

<sup>2</sup> Vide apêndice.

organização do Arquivo, trabalharemos com o conceito de autocompreensão da Igreja, apresentado por Pablo Richard (1982). Podemos de uma maneira simplificada, explicar este conceito relacionando-o a imagem que a Igreja tem de si mesma; e isso nos leva a apontar diversas autocompreensões da Igreja ao longo do tempo, pois esta imagem está sujeita a influências de épocas distintas. Este mesmo autor será utilizado para uma maior compreensão a respeito das Políticas de Crisandade dos séculos XVIII e XIX; entre a documentação arquivada, sobressai-se a institucional, ligada a uma época na qual a Igreja desempenhava um papel extremamente importante, sendo responsável pelos registros de nascimento e óbito. Isso nos leva a relacionar este esforço arquivístico com um projeto de articulação à sociedade e aos poderes instituídos, aos quais Richard denomina de “política de crisandade”. Para ele, existem dois tipos de estruturas eclesiais da Igreja que são importantes para a compreensão do projeto de crisandade, que são as estruturas eclesiais hierárquicas e as estruturas eclesiais de base<sup>3</sup>. “Tanto nas instituições eclesiais hierárquicas como nas estruturas de base, é preciso distinguir três dimensões ou funções distintas: a função cultural ou simbólica, a função pastoral e a função profética, representando cada uma dessas funções uma dimensão estrutural da Igreja” (RICHARD, 1982, pág. 46).

Para trabalhar com as questões que envolvem o estudo da memória, Maurice Halbwachs (1990) será nosso referencial. Para o autor, a memória individual existe a partir da memória coletiva, visto que todas as lembranças são formadas dentro de um grupo. Nós nunca nos lembramos sozinhos; a memória se esvai quando nos afastamos do grupo que estava ela. Halbwachs (1990) afirma que a memória é adquirida pela relação do indivíduo com o grupo. Sendo assim, a memória coletiva como chamam, nada mais é do que a afirmação de que a memória individual existente sempre está ligada a uma memória coletiva, pois as lembranças partem de uma dinâmica de grupo, de uma interação social. “Esta memória individual construída a partir destas interações sociais, deste grupo em específico seria – um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004, pág. 55).

---

<sup>3</sup> As estruturas eclesiais hierárquicas correspondem aos bispos, padres, religiosos(as) e outros ministérios exercidos por leigos(as); bem como as conferências religiosas a nível nacional e continental. E as estruturas eclesiais de base correspondem às paróquias, comunidades eclesiais de base, os movimentos católicos e outras organizações dependentes da hierarquia. (RICHARD, 1982, pág. 46).

O conceito de Identidade para Joel Candau (1996), está diretamente ligado ao conceito de memória. Não existe identidade sem memória. Temos a necessidade de reconstrução da memória como uma forma de nos identificarmos, de construir a nossa identidade. Para o autor, “a expressão identidade em realidade pode projetar na forma de totalidade aspectos que seriam apenas majoritários, e as estratégias identitárias de qualquer grupo envolveriam um jogo complexo muito mais amplo do que a exibição passiva de um conjunto de hábitos incorporados” (CANDAU, 1996).

Os Bens Culturais de uma sociedade correspondem a toda e qualquer produção humana, que uma vez aceito pelo coletivo, passe a fazer parte da memória e identidade da mesma (Pierre Bourdieu, 2001); mas para dialogar sobre a estrutura hierárquica e os Bens Culturais da Igreja Católica, que correspondem a arquitetura, as esculturas, os livros contidos nas bibliotecas eclesiais, os documentos históricos preservados nos arquivos, a música e tudo mais colocado a serviço da Missão da Igreja, nos deteremos ao decreto do Papa Paulo VI “Christus Dominus”(1965) e a Carta Circular sobre a função Pastoral dos Arquivos Eclesiais exarada em 1997 por Francesco Marchisano. Documentos oficiais que ressalvam a importância e conservação destes Bens da Igreja com o intuito de manter viva sua memória e missão. Bem como, nos apresenta a criação de Comissões e Pastorais voltadas a preservação do Patrimônio Cultural da Igreja Católica.

No decorrer da pesquisa ficou claro que a estruturação do acervo do AHCMPE segue um arranjo documental presente na organização da própria hierarquia eclesial. Assim, a análise da Carta Circular de 1997 foi primordial para compreendermos a racionalidade religiosa do AHCMPE. Por outro lado, este arranjo torna mais inteligível a relação entre o AHCMPE e a instituição a qual está ligada, bem como as autocompreensões de Igreja nelas inseridas.

No primeiro capítulo, intitulado “*O percurso institucional da Arquidiocese de Porto Alegre*”, abordaremos a história da Igreja Católica no Estado do Rio Grande do Sul. Chegamos a este capítulo depois da nossa Qualificação, atendendo a uma oportuna sugestão da banca naquela ocasião. Ainda neste capítulo estudamos a organização da Igreja, da Cúria Metropolitana, dos Bens Culturais e do Arquivo Histórico, sua fundação e o modelo de Igreja que está por trás da organização do AHCMPE. No capítulo dois, “*O esforço mnemônico do AHCMPE: o que se*

*conserva*”, veremos como a instituição “quer ser vista” e como isso interfere diretamente na organicidade do seu acervo histórico. Neste sentido, a massa documental abrigada no acervo diz respeito, majoritariamente a uma legislação e a uma forma de relacionamento Igreja/Estado não mais existente. Sendo assim, essa documentação é referente a uma época na qual os registros de nascimento, óbitos e matrimônios eram atribuição da Igreja. Essa legislação, corresponde a uma massa documental dos séculos XVIII e XIX. Por fim, no capítulo três “*Documentação e identidade: para que se conserva*” dialogaremos novamente sobre o conceito de autocompreensão da Igreja e de políticas de Cristandade, para melhor compreender o arranjo documental presente e o porquê de sua organização ser baseada em fundos documentais.

Dialogar acerca de conceitos como Bens Culturais da Igreja Católica e arquivos eclesiásticos ligados diretamente a memória e identidade se faz extremamente necessário uma vez que os mesmos ainda são pouco explorados no âmbito acadêmico. Poucas são as produções que abordam como um de seus temas centrais os arquivos eclesiásticos e os Bens Culturais da Igreja de um modo geral. Trazê-los para uma reflexão é coloca-los em evidência e atribuir seu papel fundamental para o estudo da identidade e da memória institucional.

Além do trabalho realizado pela Historiógrafa e Arquivista Vanessa Gomes de Campos sobre o AHCMPA, não possuímos mais publicações acerca deste Arquivo em específico. Temos trabalhos muito bons relacionados ao estudo dos Arquivos Eclesiásticos de um modo geral, como é o caso dos estudos realizados pela Professora Doutora Maria Adenir Peraro sobre o Arquivo Eclesiástico de Cuiabá. Sendo assim, mais uma vez destacamos a importância desta dissertação apresentada como um instrumento de reflexão, diálogo e potencializador de novas pesquisas e projetos relacionados ao Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

## TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA

Sou bacharela em História pela Universidade LaSalle e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais desta mesma instituição. Trabalho com a questão da memória institucional do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) no qual faz a salvaguarda do periódico com o qual trabalhei durante o período da graduação. Me aprofundar nas questões arquivísticas deste espaço bem como, nos conceitos norteadores para esta pesquisa está sendo um grande desafio. O produto resultante desta dissertação, sua materialização se dará na elaboração de um Guia Informativo no qual apontarei a documentação existente neste espaço. Minha intenção com este projeto é aproximar os pesquisadores e pesquisadoras desta área e de áreas afins e a comunidade em geral do arquivo e seu acervo. Além de proporcionar uma experiência de pesquisa mais rápida e prática, auxiliando também no dia-a-dia de trabalho no Arquivo.

Sou natural de Porto Alegre e hoje resido em Esteio, cidade da região metropolitana do Estado. Mas durante os primeiros anos de vida, as mudanças de cidade e até mesmo de Estado em virtude do trabalho eram bem frequentes para a minha família. Já residimos em Porto Alegre, Belo Horizonte (MG), Sapucaia do Sul e por fim, com os meus seis anos completos nos mudamos para Esteio para ficar mais perto da minha família materna.

A minha trajetória acadêmica começa em 1998 na pré-escola. O ensino fundamental e o primeiro ano do ensino médio foram cursados em Esteio, no colégio Estadual José Loureiro da Silva. Em março de 2008 cursei novamente o primeiro ano do ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-grandense. Ingressei na primeira turma do curso técnico em Gestão Cultural da Instituição. Foram quatro anos de muito aprendizado e trabalho. Realizei durante o curso alguns eventos sempre em parceria com colegas de turma, destacando: *1ª GincanaIFSUL*, *O Sarau Trajetórias* e a exposição *15 anos de História* (que contava toda a trajetória do Instituto durante os seus quinze anos de existência). Foi neste período que a minha familiarização com a elaboração e organização de eventos se



fortaleceu. Afinal de contas, o grande objetivo do curso era este: promover e gerenciar eventos culturais.

Durante o ensino médio-técnico iniciei a minha trajetória profissional trabalhando como estagiária na Paróquia Imaculado Coração de Maria em Esteio no qual participo. Foram quatro anos realizando atividades de atendimento ao público, produção do informativo mensal da paróquia e serviços contábeis. Após este período, trabalhei durante um ano como atendente no Centro de Registro de Veículos Automotores (CRVA) de Esteio e por seis meses como assistente de faturamento na Paim e Associados Comunicação em Porto Alegre.

Após a conclusão do médio-técnico em 2011, iniciei a minha graduação em História na modalidade licenciatura em fevereiro de 2012 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, com o intuito de quebrar algumas barreiras como a da timidez e da ansiedade e me tornar uma professora de História, pois o amor e a paixão pela área já me acompanhavam desde o ensino fundamental. Sentia um sentimento de profunda realização e alegria quando mais uma aula de História começava no colégio; e na graduação não foi diferente. Me sentia realizada a cada aula que assistia e participava na graduação. Mas ao mesmo tempo em que esta alegria me preenchia, não conseguia avançar com relação à timidez.

Após um longo período de reflexão cheguei à conclusão de que deveria mudar de modalidade, pois a licenciatura não era a minha vocação. Para isso, deveria trocar de Instituição já que a Unisinos não oferece a modalidade bacharelado para o curso de História. Escutando familiares e amigas, solicitei a transferência para o Centro Universitário La Salle em janeiro de 2015 e desta forma poderia continuar cursando sem medo o curso de História e focar como pesquisadora.

No primeiro ano e meio nesta nova Instituição, nada mudou com relação a minha rotina acadêmica: trabalho, faculdade e casa. Já estava acostumada a esta rotina e para mim parecia bem normal, até que algo diferente começou a acontecer. Conheci e me permiti ser conhecida por um grupo de colegas que aos poucos foram se transformando em irmãs. Minha vida dentro da graduação nunca mais foi a mesma depois deste dia. A amizade e o carinho que elas me proporcionam me fizeram arriscar mais e sair desta zona de conforto na qual estava imersa. Descobri um potencial e capacidade que não sabia que existiam em mim. E hoje digo sem

medo que neste momento comecei a sentir e experimentar este universo de possibilidades que é a graduação.

De 2014 a 2017 trabalhei no setor administrativo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Foi durante este período que tive o primeiro contato com o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e com a responsável pelo Arquivo, a historiadora e arquivista, Vanessa Gomes de Campos. Realizei o meu estágio obrigatório com ela em 2016 no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) e pude conhecer melhor o seu trabalho no AHCMPA.

Em 2017 meu último ano na graduação, quebrei várias barreiras que antes pareciam impossíveis de serem quebradas. Me candidatei a bolsista da graduação pois queria de alguma forma retribuir a este curso todas as alegrias a mim proporcionadas. E para a minha surpresa muitas alegrias mais estavam por vir, pois tive a oportunidade de trabalhar e aprimorar ainda mais os medos de falar em público e de socialização.

O primeiro evento que auxiliei em sua organização já como bolsista foi uma oficina de elaboração de Currículo Lattes direcionada aos colegas do curso. Esta oficina foi ministrada pela coordenadora e professora Tatiana Vargas Maia. Tirei muitos aprendizados deste evento e que procurei trabalhar melhor no futuro. Neste meio tempo tive o prazer de acompanhar o Centro Universitário LaSalle virar a nossa Universidade LaSalle e me sentir cada vez mais pertencente a este meio.

Logo após esta oficina entrei em um projeto de Direitos Humanos e Diversidade idealizado pelo professor Artur César Isaia e pela professora Tatiana Vargas Maia, membros do Comitê responsável pelo Pacto Universitário dos Direitos Humanos do Unilasalle. Neste projeto, promovemos quatro pequenos debates acerca de vários assuntos do nosso dia-a-dia e que se encaixam perfeitamente na temática, como questões de gênero, psicopedagógicas e legais, imigração e democracia. Este projeto foi pensado e elaborado em parceria com a também acadêmica do curso de História Nielly da Silva Pastelletto; no qual esta parceria se estendeu por vários outros projetos.

Na sequência e em parceria novamente com a acadêmica Nielly, pensamos e estruturamos a primeira Semana Acadêmica do Curso de História (I SAHIS) que ocorreu entre os dias 14 a 18 de agosto de 2017. Foi uma semana maravilhosa na qual promovemos oficinas e palestras sobre assuntos diretamente relacionados à

formação do(a) historiador(a), como é o caso da oficina de paleografia, de cultura negra: memória e identidade, e a oficina sobre patrimônio, cidade e história. Durante esta semana, a participação dos alunos e alunas do curso foi primordial para que atingíssemos o sucesso com a SAHIS.

Nos dias 10 e 11 de novembro de 2017, ocorreu o III Colóquio Discente do Curso de História e o II Colóquio de Cultura e Religiosidades Afro-brasileiras. Mais uma vez com uma equipe maravilhosa composta pelas alunas Amanda Dorneles Oliveira, Gabriela Portela Moreira e Nielly da Silva Pastelletto, idealizamos e organizamos este que foi um dos maiores eventos elaborados pelo curso nos últimos anos. Foram 50 apresentações de projetos de pesquisa dos quais em bom número eram de alunos e alunas da casa, mas que também vinham de Universidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e do Estado de Santa Catarina. Foi excepcional na noite da sexta-feira (10), um andar inteiro ocupado por estudantes de História entusiasmados e eufóricos com seus trabalhos e com o evento.

Sinto que finalizei a graduação da melhor maneira possível, me sentindo extremamente realizada e feliz com a profissão que escolhi para a vida, mas não pretendo parar por aqui. Sempre gostei muito de estudar e não me vejo em outra situação se não estudando. E para continuar por este caminho escolhi o Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle, na qual passei a gostar e admirar nos últimos meses. Devido ao seu excelente corpo docente e pelo diferencial de um mestrado profissional, que me possibilita criar um produto, no meu caso um Guia online, que trará uma nova perspectiva a este espaço de memória estudado criando um impacto imediato na instituição e no seu entorno.

Em 2018 já como aluna regular deste Programa de Pós-graduação, continuei com aquela sensação boa de como se estivesse em casa. Fiz novas amizades e continuei cultivando as antigas, pois ninguém é feliz sozinho(a). E com estas novas e velhas amizades continuei participando e organizando eventos dentro da Instituição. Foram realizadas a II Semana Acadêmica do curso de História, o IV Colóquio discente do curso de História e o III Colóquio Internacional de Cultura e Religiosidades Afro-brasileiras. Mais duas experiências maravilhosas para somar a esta minha breve, mas ainda em construção trajetória acadêmica e profissional.

Em 2019 concluí as últimas disciplinas para a obtenção dos créditos necessários e iniciei um novo projeto como bolsista da Pós-Graduação com as professoras Cleusa Maria Gomes Graebin, Tatiana Vargas Maia e Tamara Cecília Karawejczyk junto a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas (CICS). Realizamos um trabalho de pesquisa no Arquivo da Instituição e com membros da entidade com o intuito de escrever um livro que contasse a história dos 80 anos da Instituição. Ao finalizar este trabalho no final do ano, fiquei como responsável pela higienização e organização de todo o Arquivo permanente da Instituição, encerrando o projeto em fevereiro de 2020. Ainda em 2019 nos dias 18 e 19 de outubro participei pela última vez como membro da equipe organizadora do V Colóquio discente do curso de História e o IV Colóquio Internacional de Cultura e Religiosidades Afro-brasileiras. Foram dois dias de muito trabalho e aprendizagem, onde a paixão pela docência e pelo saber fazia-se presente em cada nova apresentação de trabalho e nos diálogos entre os participantes em meio a um café e outro.

## 2. O PERCURSO INSTITUCIONAL DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE

### 2.1 A Igreja Católica e sua hierarquia

A hierarquia eclesiástica da Igreja Católica foi estruturada através dos séculos, relacionando-se de forma diferente com as esferas civil, política, econômica e cultural, conforme o momento histórico (RICHARD, 1982). Em linhas gerais, o cume da hierarquia católica, representado pelo Papa, fundamenta-se nos Evangelhos, basicamente em Mateus (16:18), o qual estabelece o primado petrino no governo da Igreja. Como o próprio nome diz, *católica* significa universal, sendo, portanto, uma instituição universal, regida pelos mesmos princípios temporais e dogmáticos. A máxima autoridade personifica-se no Papa que é o Romano Pontífice. No Dicionário de Direito Canônico, resumindo o CIC (cânones 331 a 335), o Papa é definido como:

[...] o Bispo da Igreja Romana que, enquanto sucessor do Apóstolo Pedro, é Vigário de Cristo, Cabeça do Colégio Episcopal e Pastor da Igreja universal, na qual livremente e em nome próprio exerce o poder supremo, pleno, imediato e universal. (Dicionário de Direito Canônico, CIC 331 a 335).

Por ser uma comunidade complexa e de âmbito universal, o Romano Pontífice precisa de ajuda e colaboração de um conjunto de órgãos subordinados. Este conjunto, encabeçado pelo Romano Pontífice, é o que se entende por Santa Sé. A Cúria Romana, por sua vez é o conjunto de Dicasterios<sup>4</sup> e organismos que auxiliam na administração da Igreja universal. No âmbito da América Latina, destaca-se o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Trata-se de um órgão que reúne o episcopado Latino-Americano, visando o fomento e a coordenação pastoral do continente.

---

<sup>4</sup> É o nome dado aos departamentos do governo da Igreja Católica, que compreendem a Cúria Romana. São eles: a Secretaria de Estado, as congregações, os tribunais eclesiásticos, conselhos, ofícios, comissões e comitês. Cabe ao Papa delegar a cada dicasterio sua função no governo. Fonte: Site do Vaticano ([www.vatican.va/content/romancuria/pt.html](http://www.vatican.va/content/romancuria/pt.html)).

Essa complexa hierarquia se reproduz em cada país. No Brasil, sediado em Brasília, está o Núncio Apostólico que é um representante direto da Santa Sé. A instituição apresenta duas funções: a interclesial e a de servir como um Embaixador da Santa Sé no país. Destaca-se ainda a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que reúne os Bispos do país com o intuito de exercerem conjuntamente certas funções pastorais.

A CNBB se subdivide em Comissões responsáveis por atender os diversos setores eclesiais e sociais. Para melhor administração nacional, o país é subdividido em Regionais<sup>5</sup>. O Rio Grande do Sul corresponde a Regional Sul 3 da CNBB. Além desses organismos, há a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)<sup>6</sup> e mais duas Comissões e outros dois Conselhos nacionais<sup>7</sup>:

- a) Comissão Nacional de Presbíteros (CNP);
- b) Comissão Nacional dos Diáconos (CND);
- c) Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil (CNLB);
- d) Conselho Nacional dos Institutos Seculares do Brasil (CNIS).

O próximo nível hierárquico é a Cúria Diocesana, que corresponde a um “Conjunto de organismos e pessoas que ajudam o Bispo no governo de toda a diocese” (Dicionário de Direito Canônico, 1989). Diocese significa dividir o território em regiões ou distritos, englobando várias paróquias de uma mesma região. A autoridade máxima de uma diocese é o Bispo. Pode-se falar também em Arquidiocese, que se caracteriza por ter bispados sufragâneos. O Arcebispado<sup>8</sup> é governado pelo Arcebispo, normalmente o *Ordinário*, que preside uma Província Eclesiástica. Nesse caso, ele é também denominado *Metropolitano*<sup>9</sup>. Os Bispados são governados pelos Bispos, sufragâneos do Metropolitano (Dicionário de Direito Canônico, 1989).

---

<sup>5</sup> Mapa com as Regionais da CNBB vide anexo. Fonte: Site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB <cnbb.org.br/regionais/>.

<sup>6</sup> A CRB agrupa Institutos Religiosos constituídos por casas ou mosteiros. Trata-se de um organismo de caráter representativo com estrutura flexível, onde cada Instituto possui suas regras pastorais próprias.

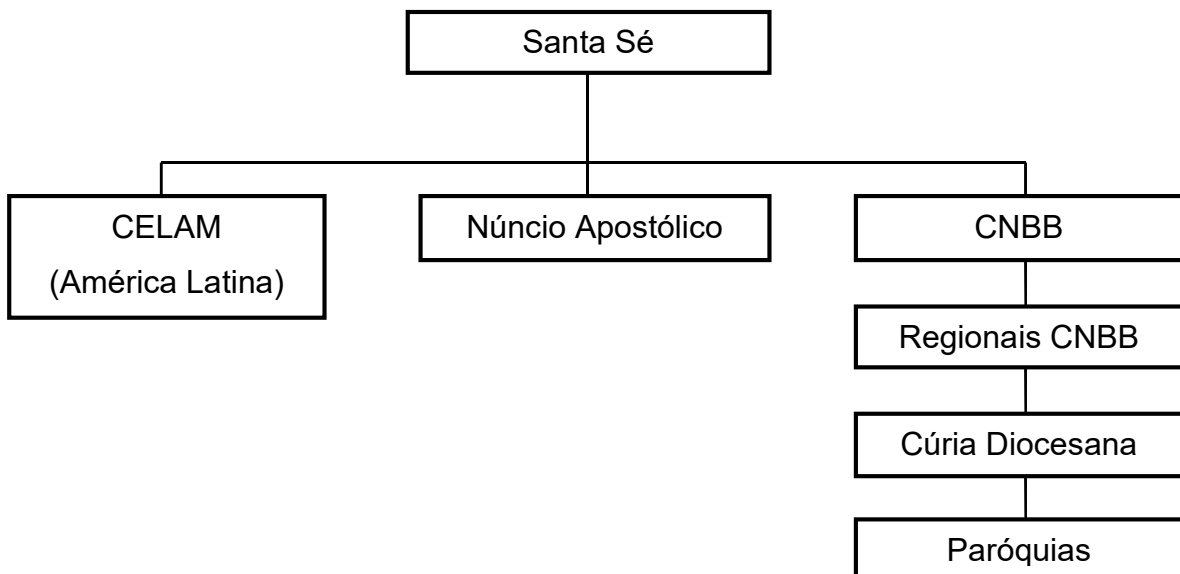
<sup>7</sup> Fonte: Site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB <cnbb.org.br/quem-somos/>.

<sup>8</sup> Significado vide Glossário.

<sup>9</sup> Significado vide Glossário.

Por fim, na hierarquia, encontra-se a Paróquia, definida pelo Dicionário de Direito Canônico do seguinte modo: “Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano.” (cân. 515 § 1)

Figura 2 – Organograma da Hierarquia da Igreja Católica



Fonte: Site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

## 2.2 A Igreja Católica no Rio Grande do Sul: sua organização e administração eclesial

A estrutura hierárquica descrita anteriormente, mostra a complexidade de uma organização internacional e universal. O processo das diferentes transformações, porém não alterou a função da disseminação da fé e da conversão dos povos.

É certo que mudanças ocorreram e que é preciso identificá-las para refletirmos na disposição dos documentos que serão o reflexo das diferentes atividades da instituição. Por isso, compreender como se deu a instalação da Igreja

Católica no Rio Grande do Sul é fundamental para entender a documentação que dela se originou.

Observam-se dois momentos distintos neste processo: primeiro, quando o território sul-rio-grandense se sujeitava ao Bispado do Rio de Janeiro e outro, quando se criou o Bispado no próprio território do Rio Grande do Sul, alterando seu *status* jurídico e proporcionando a presença e tomada de decisões no mesmo Rio Grande do Sul (CAMPOS, 2006).

A ocupação europeia do Brasil deu-se através do litoral. O Rio Grande do Sul começou a ser explorado em princípios do século XVIII, quando a rota Laguna (SC) e Colônia do Sacramento<sup>10</sup>, no extremo sul do Uruguai, começou a ser ocupada pelos primeiros proprietários. O oeste do território do Rio Grande do Sul, neste momento, era da Coroa espanhola e só foi incorporado ao Império português nos finais do século XVIII. Com a existência de agrupamentos sociais, a presença da Igreja Católica se faz presente.

Devido à importância geográfica do Rio Grande do Sul, sempre esteve subordinado à jurisdição da capital da Colônia, sediada no Rio de Janeiro. No caso da Igreja não foi diferente, sujeitando-se ao Bispado do Rio de Janeiro (CAMPOS, 2006).

É preciso reconhecer que as primeiras freguesias<sup>11</sup> do Rio Grande do Sul foram fundadas no século XVIII. No Brasil, até fins do Império as freguesias eclesiásticas eram utilizadas pelo governo para implantar sua administração civil. O termo é encontrado em ambos os tipos documentais da época (NEIS, 1972).

Nesse período, o Brasil vivia sua fase colonial. Todas as instituições eclesiásticas estavam circunscritas pelo direito do Padroado. O direito do Padroado pode ser compreendido como a organização das relações entre a Igreja e o Estado. Sendo assim, a Coroa Portuguesa detinha o direito de autoridade (protetor) sobre a Igreja Católica nos limites territoriais lusitanos. No qual muitas vezes o ato de

---

<sup>10</sup> A Colônia do Sacramento era considerado um local estratégico para as grandes rotas e pertencia à Coroa portuguesa no espaço ocupado pelos espanhóis.

<sup>11</sup> O termo freguesia, também sinônimo de paróquia, é usado para expressar a circunscrição territorial e administrativa. Etimologicamente, “freguês” deriva de *fili ecclesiae* (filhos da igreja) e designa todos aqueles que pertenciam a uma paróquia – seus fregueses. Dicionário de Direito Canônico.



colonizar se confundia com o de evangelizar e a esfera política se misturava com a esfera eclesial (NEIS, 1972).

As freguesias, ou paróquias, subordinavam-se às comarcas eclesiásticas, administradas pelos Vigários da Vara ou Forâneos. As Comarcas, eram subordinadas ao Bispado do Rio de Janeiro<sup>12</sup>. Essa organização perdurou até 1848, quando foi criado o Bispado do Rio Grande de São Pedro (CAMPOS, 2006).

A divisão administrativa na vila era assim estabelecida: atuação da justiça: Vilas e Termos. Administração militar: Distritos. Atuação do setor eclesiástico: nas freguesias (Vida civil: registro de nascimentos, casamentos e falecimento. Vida religiosa: batismo, crisma, casamento, extrema unção, louvação, peregrinação e comemorações em datas festivas, etc.). Tais datas comemoradas poderiam ser em louvor a Deus, aos santos ou ao Rei (PALMA, 2008, pág. 4).

Era nos livros de Provisões, Alvarás e Cartas Régias que constavam as questões institucionais da população, tudo sob a responsabilidade da Paróquia. Os visitantes apostólicos percorriam a freguesia para coletar relatos sobre as seguintes questões: forma de vida da população, do trabalho dos vigários, se havia revoltas, sacrilégio, blasfêmia e a soberba. Se o pároco era atento, civil, inteligente. Quantas “almas” recebiam a comunhão e a confissão. Todos os relatórios eram enviados à Mesa da Consciência do Reino (PALMA, 2008).

Em 1847 iniciaram-se os procedimentos para a criação do Bispado no território do Rio Grande do Sul. Em 07 de maio de 1848 o Papa Pio IX criou a Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas somente em 03 de julho de 1853, com o primeiro Bispo, a mesma foi instalada oficialmente. Nesse momento, portanto, é fundado o *Arquivo Histórico do Bispado* (CAMPOS, 2006).

No período de criação do Bispado, havia cerca de 460.000 habitantes, num território de 283.000 km<sup>2</sup>, com 48 paróquias e 12 comarcas eclesiásticas (RUBERT, 1998, pág. 189).

Com a criação do Bispado, a administração eclesiástica tem seu máximo representante no próprio território. Sucederam-se, até a atualidade, os seguintes

---

<sup>12</sup> No curto período de 06 de dezembro de 1745 a 09 de março de 1748, o território do RS pertenceu ao Bispado de São Paulo.

governos: D. Feliciano José Rodrigues Prates (1851-1858), D. Sebastião Dias Laranjeiras (1860-1888), D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1890-1912), D. João Becker (1912-1946), D. Alfredo Vicente Scherer (1946-1981), D. João Cláudio Colling (1981-1991), D. Altamiro Rossatto (1991-2000), D. Dadeus Grings (2001 a 2013) e o atual D. Jaime Spengler.

Em 1910, o Bispado de São Pedro foi dividido em quatro, passando Porto Alegre, a sede, a Arcebispado, e criando-se mais três Bispados, localizados em Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria. Ao longo do século XX, foram-se dando outras subdivisões, à medida em que a população crescia e o pastoreio espiritual necessitava de novos pastores.

O primeiro Bispo, respondendo às normativas canônicas, criou o Seminário São Feliciano (em 1853) que teve sede própria apenas com o seu sucessor, D. Sebastião (renomeado para Seminário Nossa Senhora Madre de Deus e inaugurado em 1888). Trata-se do atual edifício da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, onde se localiza a administração do Arcebispado, assim como o Arquivo Histórico da instituição (CAMPOS, 2006).

No AHCMPA conservam-se documentos da antiga comarca de Porto Alegre, da Vigararia Geral e dos primeiros Bispos do Rio Grande do Sul. Também fazem parte do acervo alguns documentos de paróquias que não pertencem às jurisdições atuais do Arcebispado, mas que foram recebidas pelo Bispo até os sucessivos desmembramentos ocorrerem (CAMPOS, 2006).

### **2.3 Bens Culturais**

Para Fonseca (1997), “os bens culturais, ou o patrimônio cultural, são historicamente associados ou ligados à noção do sagrado, de uma memória a ser preservada e cristalizada. O sagrado faz parte do indizível da experiência humana e deve permanecer assim, intocável ou inalterado” (FONSECA, 1997, pág. 33). Entretanto, nos últimos anos, a concepção de bens culturais ou patrimônio vem transformando-se, caminhando para a percepção desses elementos como parte do cotidiano, dos espaços públicos das sociedades.

Segundo Fonseca (1997), esta transformação simboliza o nascimento de uma nova perspectiva de bens culturais ou patrimônio *pertencente a todos*, que devem ser preservados e gerenciados, estabelecendo seus limites físicos e conceituais, bem como as regras e as leis para que isto aconteça.

Foi a ideia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o Estado nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação [...]. A noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos. (FONSECA, 1997, pág.54).

De um olhar obsoleto, antes destinado somente aos grandes monumentos e edifícios históricos, marcados por momentos significativos para a trajetória e consagração da nação, caminhou-se para uma nova perspectiva, entendendo e observando os bens culturais como um conjunto de patrimônios materiais ou imateriais de considerável significado para a coletividade e para a memória social. Mas existem ainda muitos desafios à gestão para a preservação do patrimônio cultural.

Bourdieu (1998) constata como o mundo social foi percebido pelas grandes tradições intelectuais: de alguma maneira, as formulações teóricas de uns e outros são bastante condicionadas pela maneira pela qual entendem *cultura*. Segundo Bourdieu, uma primeira vertente remonta a Kant, entendendo cultura enquanto *exercício da liberdade criadora*: ressalta-se aqui os bens culturais como instrumentos de conhecimento e de construção de mundo; o “aspecto ativo” dos sujeitos na criação do que Ernest Cassirer chama de “formas simbólicas” e Émile Durkheim de “formas sociais”. Criando um consenso sobre ordem social, os “sistemas simbólicos” explicam seu caráter estruturado, passível inclusive de uma análise como a linguística. Dessa vertente Bourdieu salienta o trabalho de Durkheim, que teria percebido muito bem a função social dos bens culturais, a saber, a de instaurar o “conformismo lógico” (BOURDIEU, 1998).

Bourdieu salienta vários aspectos: que as relações de comunicação são sempre relações de poder; que os “sistemas simbólicos” cumprem função política de impor, legitimar ou assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência

simbólica); que existem lutas no campo intelectual pelo monopólio da violência simbólica legítima.

Bourdieu aceita o pressuposto da determinação em última instância pela produção material, mas faz algumas ressalvas: a principal delas é a de que o consumo é um elemento decisivo na distinção entre as classes sociais. A seguir, enfatiza o fato de que a posição dos agrupamentos sociais no âmbito da produção material, por si só, não define a filiação desses grupos a nenhuma classe: a distinção propriamente simbólica de uma classe dá-se no consumo de determinados bens no mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 1983) A distinção simbólica transfigura de modo irreconhecível a posição que os grupos ocupam no âmbito da produção material.

[...] a representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu ser-percebido quanto por seu ser, por seu consumo – que não precisa ser ostentador para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta comanda aquela) (BOURDIEU, 1983, pág. 563-564).

O mercado de bens simbólicos tem uma importância central na estruturação hierárquica das sociedades. Ainda que as classes sociais, como tais, se diferenciem umas das outras pelo seu lugar nas relações de produção, tais diferenças só se atualizam – só se tornam visíveis e, conseqüentemente, hierarquizadas e excludentes – no mercado de bens simbólicos, onde atua a distinção entre “gostos” do consumo. O princípio fundamental da distinção consiste no seguinte: tendo em vista certa circulação dos bens culturais pelas várias classes sociais, é preciso ter em conta que, mais do que propriamente nos bens que cada classe consome, a distinção está no modo como cada uma delas os usa (CANCLINI, [s.d.]).

Segundo Choay (2001), o patrimônio, está ligado às estruturas econômicas, jurídicas e familiares de uma sociedade estável, arraigada no espaço e no tempo. Remodelada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, cultural, etc.) que fizeram dela um conceito nômade, que segue hoje uma trajetória diferente, retumbante e que repercute nas sociedades. Na atualidade, a palavra patrimônio está diretamente relacionada a comunidades que se ampliaram, através da

acumulação contínua de objetos e práticas, de elementos materiais e imateriais que se consagraram por seu passado.

O patrimônio cristaliza em suas manifestações as especificidades de uma cultura: a maneira de um povo trabalhar, construir, festejar, enfim, sua maneira de viver. Deste modo o patrimônio cultural de um povo é o maior depósito de sua identidade, daqueles elementos diferenciais que o caracterizam. O conjunto de bens culturais pode ser dividido em duas categorias: os tangíveis (materiais) e os intangíveis (imateriais), palavras que vem do Latim "tocar".

Tangível (materiais)<sup>13</sup>: aqueles que por terem materialidade podem ser tocados. São os elementos mais visíveis do patrimônio cultural. É composto dos bens imóveis: os monumentos, edifícios, casarões, lugares arqueológicos, conjuntos históricos, paisagísticos e elementos naturais como árvores, grutas, lagos, montanhas e outros que transmitam suas tradições culturais. A estes podemos acrescentar bens móveis que englobam obras de artes de qualquer tipo e qualquer material, objetos de interesse arqueológico, os que refletem técnicas talvez desaparecidas e os objetos da vida cotidiana, como utensílios e o vestuário.

Intangíveis (imateriais)<sup>14</sup>: por sua vez tem uma existência imaterial. Exemplos: literatura, teorias científicas e filosóficas, os ritos e as músicas, assim como os padrões de comportamento e culturais, que se expressam nas técnicas, na história oral, na música e na dança.

### *2.3.1 Os Bens Culturais da Igreja Católica*

É inegável que nos países predominantes de matriz católica o patrimônio eclesiástico constitui uma parcela mais que significativa dos bens nacionais, seja pela quantidade, qualidade e extensão tipológica (BERTO, 2016). Considerando este ponto de reflexão e com o intuito de propor políticas de salvaguarda e orientar a missão da Igreja Católica frente a esses conjuntos espalhados pelos cinco

---

<sup>13</sup> Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

<sup>14</sup> Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

continentes, que foi criada durante o papado de João Paulo II (1978-2005), a Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, em 1993, por meio do Motu Próprio *Inde a Pontificatus Nostri initio*, culminando um longo histórico de ações pontuais por parte da instituição (BERTO, 2016).

O Papa João Paulo II preocupado com a proteção do patrimônio artístico e histórico da Igreja e da humanidade como um todo e também por exigência dos recentes acontecimentos históricos procurou estimular um novo dinamismo na Igreja em relação a esses valores. Portanto, ele estabeleceu um novo organismo dentro da Cúria Romana, para auxiliar no cuidado dessa área específica de atividade pastoral e cultural.

Contudo, Berto (2016) nos mostra que:

[...] de forma oficializada por meio de uma estrutura, a preocupação em relação ao seu patrimônio, em geral, já vinha desde o ano de 1988, quando o mesmo papa desejou a criação de uma comissão para a conservação do Patrimônio Artístico e Histórico da Igreja, criada por meio da Constituição Apostólica *Pastor Bonus* (art. 99/104)<sup>15</sup> (BERTO, 2016, pág. 2).

As mudanças na concepção e no nome do organismo, ocorridas em 1993, são reflexo direto de uma discussão ampla no campo das questões patrimoniais: o conceito de Histórico e Artístico em contraponto ao de Patrimônio Cultural, noção já incorporada no Código de Direito Canônico de 1983 (can. 1283, n. 2) (BERTO, 2016).

O “histórico” referia-se a uma ideia de história centrada em fatos singulares capazes de revelar a evolução das ações humanas e o “artístico” concebido a partir de critérios que preconizavam a beleza plástica das formas artísticas. De outro modo, as categorias preservadas remeteriam, seja em história ou em arte, a uma ideia semelhante de acabamento e conclusão. A grande mudança nos debates, e que influenciou as posições adotadas pelo Vaticano, referia-se à inserção de uma noção de patrimônio mais ampla e que abarcasse bens culturais de outras naturezas, incorporando

---

<sup>15</sup> Constituições Apostólicas de João Paulo II (art. 99-104) de 1º de março de 1988. <[http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/en/apost\\_constitutions/documents/hf\\_jp-ii\\_apc\\_19880628\\_pastor-bonus-roman-curia.html](http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/en/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus-roman-curia.html)> Acessado em out. 2019. Atualmente denominada Comissão Pontifícia Cultural da Igreja.

questões de valor cultural e suas dimensões simbólicas (produção e reprodução das culturas) (BERTO, 2016, pág. 2).

Para a Pontifícia Comissão, os bens culturais eclesiais se configuram como elementos que devem ser conservados materialmente, resguardados sob o ponto de vista jurídico e valorizados pastoralmente no âmbito de cada comunidade, com o intuito de cultivar a memória do passado e continuar a expressar, no presente, o que estava orientado para a missão da Igreja. Para Berto (2016), esta ideologia apresentada se baseia “em uma lição de história, desenvolvida por meio da contemplação da arte e fortalecida por meio de um pensamento profético”. Segundo a ideologia, cabia a Igreja assumir também o ministério de ajudar o homem, a reencontrar o aspecto religioso diante do fascínio causado por uma ideia de verdadeira beleza. Essa tarefa exigiria um assíduo trabalho de orientação, de encorajamento e de intercâmbio cultural, como preconizava o Papa João Paulo II em seus escritos (BERTO, 2016).

Esta Comissão Pontifícia consolidou-se como um organismo independente com seu próprio presidente, com o intuito de salvaguardar o patrimônio cultural de toda a Igreja (obras de arte, documentos históricos e aqueles que se conservam nos museus, bibliotecas e arquivos); colaborar na conservação deste patrimônio com as Igrejas particulares e os respectivos organismos episcopais; e promover uma sensibilização cada vez maior do clero e das comunidades sobre estes bens, apoiadas pelas Congregações para a Educação Católica e para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos (BERTO, 2016).

O grande objetivo desta Comissão é chamar a atenção da Igreja, na figura de seus dirigentes, para um problema que por muito tempo havia passado despercebido: a salvaguarda de seu próprio patrimônio.

Vale ressaltar que, antes das balizas propostas pela Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, a Santa Sé já havia realizado iniciativas pontuais ao longo do tempo acerca da salvaguarda de seu patrimônio, podendo-se apontar, por exemplo, aquelas tomadas nos papados de Martinho V (1369-1431) e Sisto IV (1414-1484); pelo papa Leão X (1478-1521), quando nomeia Raffaello Sanzio (1483-1520) para ocupar o cargo de ‘Prefeito das Antiguidades de Roma’, responsável por inventariar todas as obras da antiguidade romana; ou mesmo pelo papa Paulo III (1468-1549), em 1534, em torno da criação de um cargo de comissário para a

conservação dos bens culturais Antigos, dado a Latino Giovenale Manneto. Ao longo dos séculos XIX e XX ocorreram outras atividades em torno da preservação dos bens de natureza sacra, porém sempre se valorizando o inventário como uma tarefa primordial, conforme previsto no cânon 1522 do Código de Direito Canônico de 1917, reafirmado na versão de 1983. (BERTO, 2016, pág. 6).

Outro aspecto essencial neste trabalho de salvaguarda, seria a documentação pormenorizada dos acervos da Igreja, dispersos nos mais diferentes locais, mantendo um inventário atualizado das peças, pois, “al di là di qualsiasi opera di sensibilizzazione e di “attenzione” al patrimonio culturale, risulta necessario disporre di uno strumento che lasci traccia indelebile dei singoli beni esistenti” (VATICANO, 2013). Tal ideia é retomada em vários documentos, tais como *Necessidade e urgência da inventariação e catalogação dos Bens Culturais da Igreja* de 1999 e *Orientações práticas para inventariação de bens culturais em institutos religiosos*, do ano de 2006 (BERTO, 2016).

A Pontifícia Comissão atua por meio de documentos que tratam de variados temas relativos aos bens sacros, porém sempre de forma aberta e genérica, os quais devem ser lidos e adaptados às necessidades das comunidades locais.

Entre as publicações da década de 1990, vale-se ressaltar a datada de 15 de outubro de 1992 e direcionada aos bispos diocesanos, intitulada *La formazione dei futuri presbiteri all'attenzione verso i beni culturali della chiesa*, assinada pelo então secretário da Cúria romana Francesco Marchisano (1929-2014)<sup>16</sup>. No documento, afirmava-se que o primeiro procedimento para a preservação do patrimônio eclesial seria sensibilizar o clero para esta questão, vista como “un problema di rilievo per la vita della chiesa” (SANTA SÉ, 1992). O clero (diocesano, dos institutos de vida consagrada e das sociedades de vida apostólica) era tido como protagonista neste trabalho, extensivo também aos religiosos e aos fiéis (BERTO, 2016).

Em várias ocasiões, a Santa Sé enfatizou e chamou a atenção do clero para esse dever<sup>17</sup>, sublinhando o quanto é indispensável que eles tenham, já na época

<sup>16</sup> Na época, o bispo Marchisano ocupava o cargo de presidente da Comissão Pontifícia da Sagrada Arqueologia e, em 4 de março de 1993, tornou-se presidente da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, posição que ocupou até o ano de 2003. Fonte: BERTO, 2016, pág. 5.

<sup>17</sup> Carta circular sobre o treinamento cultural e pastoral dos futuros padres em suas próximas responsabilidades em relação ao patrimônio artístico e histórico da Igreja (15 de outubro de 1992). <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/documents/rc\\_com\\_pcchc\\_1992\\_1015\\_futuri-presbiteri\\_en.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_1992_1015_futuri-presbiteri_en.html)> Acessado em out. 2019.



de seus primeiros anos de formação sacerdotal, a compreensão do valor dos Bens Culturais da Igreja. Eles devem estar cientes da importância de montar, proteger e usar arquivos eclesiais apropriados e de garantir a conservação e promoção das coleções de bibliotecas para as comunidades cristãs.

O Papa João Paulo II retorna a esse tema na mensagem de 28 de setembro de 1997, no início da Segunda Assembleia Plenária, reiterando que a tarefa da Comissão:

[...] consiste na animação cultural e pastoral em comunidades eclesiais, destacando as muitas formas de expressão que a Igreja produziu a serviço da nova evangelização dos povos. Isso é preservar a memória do passado e para proteger os monumentos visíveis do espírito e continuando com o trabalho detalhado de catalogação, manutenção, restauração, assistência e defesa. [...] É também para incentivar a nova produção através de um contato pessoal com os operadores mais atenciosos e prestativos, de modo que até mesmo a nossa era possa gravar obras que documentam a fé e a genialidade da presença da Igreja na história (JOÃO PAULO II, 1997).

Com o *motu proprio Pulchritudinis fidei* de 30 de julho de 2012<sup>18</sup> o Papa Bento XVI unificou a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja com o Pontifício Conselho para a Cultura, que entrou em vigor em 3 de novembro de 2012.

Segundo o Papa João Paulo II (1995), o conceito de patrimônio cultural inclui:

[...] antes de tudo, a riqueza artística de pintura, escultura, arquitetura, mosaico e música colocada a serviço da Missão da Igreja. A estes devemos acrescentar a riqueza de livros contidos nas bibliotecas eclesiais e os documentos históricos preservados nos arquivos das comunidades eclesiais. Finalmente, esse conceito abrange as obras literárias, teatrais e cinematográficas produzidas pelos meios de comunicação de massa (JOÃO PAULO II, 1995).

---

<sup>18</sup> Motu Proprio Pulchritudinis Fidei do Papa Bento XVI. <[https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/la/motu\\_proprio/documents/hf\\_ben-xvi\\_motu-proprio\\_20120730\\_pulchritudinis-fidei.html](https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/la/motu_proprio/documents/hf_ben-xvi_motu-proprio_20120730_pulchritudinis-fidei.html)> Acessado em out. 2019.

Sendo assim, a Igreja divide os seus bens culturais em três categorias. A primeira é considerada a mais importante, lista os bens "*colocados ao serviço da missão da Igreja*", que tem seu ponto focal na liturgia. A segunda compreende esses bens a serviço da cultura e da história da Igreja. E a terceira inclui os bens produzidos por meio de comunicação de massa, que também podem suportar valores artísticos e eclesiais.

No que se refere a níveis nacionais, um decreto foi publicado pelo governo federal (n. 7.107, de 11 de fevereiro de 2010) no qual ratificava o "Acordo relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil" firmado na cidade do Vaticano. No que diz respeito aos bens culturais eclesiásticos em território nacional, o decreto aponta:

*As Altas Partes [República Federativa do Brasil e Santa Sé] reconhecem que o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, constituem parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, e continuarão a cooperar para salvaguardar, valorizar e promover a fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da Igreja Católica ou de outras pessoas jurídicas eclesiásticas, que sejam considerados pelo Brasil como parte de seu patrimônio cultural e artístico.*

*§ 1º. A República Federativa do Brasil, em atenção ao princípio da cooperação, reconhece que a finalidade própria dos bens eclesiásticos mencionados no caput deste artigo deve ser salvaguardada pelo ordenamento jurídico brasileiro, sem prejuízo de outras finalidades que possam surgir da sua natureza cultural.*

*§ 2º. A Igreja Católica, ciente do valor do seu patrimônio cultural, compromete-se a facilitar o acesso a ele para todos os que o queiram conhecer e estudar, salvaguardadas as suas finalidades religiosas e as exigências de sua proteção e da tutela dos arquivos.*  
(BRASIL, 2010)

Durante o século XX ocorreram ações pontuais e reflexões sobre os bens eclesiásticos em algumas regiões episcopais, a exemplo da *Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico*, assinada por 14 bispos e editada em 1926 (BERTO, 2016).

Na segunda metade do século XX, o tema da arte sacra e sua preservação foi destaque em alguns documentos divulgados pela Igreja no Brasil, sobretudo após o Concílio Vaticano II, quando a liturgia e, por consequência, o espaço de culto, passaram a ser substancialmente alterados. Este período iniciado na década

de 1960 foi devastador para o campo do patrimônio sacro brasileiro. Mesmo com uma série de indicações pontuais contrárias, antigas igrejas e seus conjuntos de retábulos e imaginária, muitos derivados dos séculos XVIII e XIX, foram destruídos e, em grande parte, dispersos (BERTO, 2016).

Em 1971, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou após algumas discussões sobre esta temática, o Documento-base sobre a Arte Sacra (Comunicado Mensal nº 227):

Neste texto, a entidade máxima da Igreja no Brasil apresentou elementos acerca da preservação, conservação e restauração dos bens históricos e artísticos, incidindo sobre a arquitetura, a pintura, a escultura, o mobiliário e as artes decorativas, além dos acervos das bibliotecas e dos arquivos eclesiásticos. Entre os procedimentos acerca da salvaguarda dos bens estava, mais uma vez, o inventário, embasado em informações fidedignas, o que levou a Comissão Nacional de Liturgia a empreender o projeto intitulado *Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico* para o plano bienal de 1971 e 1972 (BERTO, 2016, pág. 8).

Atualmente, a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), organismo que reúne os Bispos Católicos no Brasil e está diretamente relacionada a Santa Sé, possui uma Comissão Episcopal Especial para os Bens Culturais da Igreja. Esta comissão é presidida pelo Arcebispo coadjutor de Montes Claros (MG) Dom João Justino de Medeiros.

Para o Arcebispo Dom João Justino de Medeiros, é essencial para o cumprimento da missão desta nova Comissão, investir na formação da comunidade e criar uma nova cultura de valorização e cuidado com o patrimônio. “Isso significa preparar material, pessoas, estratégias para que esses bens que estão a serviço da evangelização e são patrimônio do povo de Deus e da Sociedade sejam devidamente utilizados”<sup>19</sup>.

Na 57<sup>a</sup> Assembleia dos Bispos, que ocorreu em maio de 2019, Dom Antônio Muniz Fernandes<sup>20</sup>, Arcebispo de Maceió (AL) falou sobre a salvaguarda e

---

<sup>19</sup> MEDEIROS, Dom João Justino de. 2019. Fonte: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). <<https://www.cnbb.org.br/comissao-para-os-bens-culturais-da-igreja-no-brasil-se-reune-em-brasilia/>> Acessado em out. 2019.

<sup>20</sup> Membro da Comissão Episcopal Especial para Bens Culturais da Igreja. Fonte: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

restauração dos Bens Culturais da Igreja no Brasil. Para ele, “dentre os principais agentes degradadores dos bens culturais da Igreja estão os próprios padres e os fiéis, o que denota falta de consciência e de educação cultural dentro do próprio ambiente eclesial<sup>21</sup>”. Assim como destacou a Santa Sé em sua Carta Circular para treinamento cultural e pastoral dos futuros padres, Dom Muniz destaca a importância de se trabalhar esta temática desde a formação dos seminaristas. Despertando-lhes o interesse em salvaguardar e preservar os Bens Culturais da Igreja. E posteriormente despertar nos fiéis a consciência sobre o tema.

No Rio Grande do Sul, que pertence à circunscrição eclesiástica Regional Sul 3, foi criada uma Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura, Educação, Ensino Religioso e Universidades<sup>22</sup>. O Bispo referencial desta comissão é Dom Leomar Antônio Brustolin. Nas plataformas digitais do Regional Sul 3 não se encontra ações ou declarações a respeito desta temática.

Por fim, algumas características essenciais devem ser levantadas com relação a estes bens, que são o valor eclesial que estes bens culturais carregam e o papel dos gestores, entendidos como guardiães e não como proprietários. Acima de tudo, o patrimônio da Igreja é visto como destinado para a comunidade de fiéis, o que faz com que, em cada atividade que vise a preservação, seja levado em conta, além do valor cultural, os de culto, catequético e caritativo (BERTO, 2016).

Il primato, nella *mens* della Chiesa, va infatti al contenuto, dal momento che i beni sono in funzione della missione pastorale e come tali devono apparire nei riscontri inventariali e catalogafici (SANTA SÉ, 1999).

Os trabalhos de proteção do bem eclesiástico devem promover e defender, acima de tudo, sua função e uso religiosos, além de seus aspectos históricos, artísticos e de manufatura. Seguindo este conhecimento, somos capazes de entender as particularidades de cada item e, assim, gerenciar as sucessivas intervenções que devem ser realizadas por pessoas especializadas.

---

<sup>21</sup>Fonte: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). <<https://www.cnbb.org.br/preservacao-dos-bens-culturais-da-igreja-e-preocupacao-da-cnbb-diz-dom-muniz/>> Acessado em out. 2019.

<sup>22</sup> Fonte: CNBB Regional Sul 3. <<https://cnbbsul3.org.br/estrutura-do-regional/>>. Acessado em out. 2019.

Presentes na forma de imaginária sacra, alfaias litúrgicas, pratarias, têxteis, mobiliários, documentos manuscritos e impressos, fotografias, pinturas, jornais e periódicos, entre outros, estes bens culturais dialogam não só com a história do catolicismo em um local ou região, mas com a história mundial e nacional de um modo geral (BERTO, 2016).

### 2.3.2 Os Arquivos Eclesiásticos

A palavra arquivo vem do grego *arché*, que, além de “início”, “origem” e “autoridade”, significa “repartição pública” e “escritório público”. Além disso, sua definição de arquivo compreende os componentes de significado “substrato” e “residência”, bem como a instituição dos guardiões que protegem a lei, trazem-na à lembrança e interpretam-na. O arquivo está ligado desde o seu princípio com a escrita, a burocracia, a administração e os atos administrativos. O que condiciona a existência de um arquivo são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externos, e o mais importante deles é a técnica da escrita, que removeu a memória de dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos (ASSMANN, 2011).

Nas altas culturas antigas do oriente a escrita foi utilizada principalmente para fins comerciais e administrativos, o que tornava o escriba um funcionário público. Como os documentos escritos não se decompunham naturalmente após o uso, eles constituíam um resíduo que podia ser especialmente coletado e preservado. Assim, a partir do arquivo como memória da economia e da administração, surge o arquivo como *testemunho do passado*.

O arquivo é um armazenador coletivo de conhecimentos que desempenha diversas funções. Nesse funcionamento, três características desempenham papéis fundamentais, como acontece com qualquer armazenador: conservação, seleção e acessibilidade (ASSMANN, 2011).

A documentação conservada nos arquivos da Igreja católica é um patrimônio imenso e precioso. Basta considerar o grande número de arquivos que se formaram

após a presença e a atividade dos bispos nas cidades episcopais. Devem ser mencionados, entre os mais antigos, os arquivos episcopais e os arquivos paroquiais, que além do teor histórico, em muitos casos foram incrementados com novos documentos relativos à modificação da organização institucional da Igreja e ao desenvolvimento da sua ação pastoral e missionária (MARCHISANO, 1997).

Na atualidade, com a criação das comissões destinadas ao estudo, preservação e promoção da cultura e dos Bens Culturais da Igreja, ao dialogar sobre os arquivos da Igreja Católica o que mais vem sendo debatido é a sua função pastoral histórica e cultural. Estas novas discussões nos permitem pensar em práticas de organização, preservação, divulgação e gestão destes espaços (CAMPOS, 2006).

Na Carta Circular de 1997 de Francesco Marchisano (“A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos”), destaca-nos a importância dos arquivos para o desenvolvimento cultural.

Também no que se refere aos arquivos é necessário que se desenvolva uma atitude pastoral, considerando que a sua conservação prepara futuros desenvolvimentos culturais e a sua valorização pode constituir um válido encontro com a cultura hodierna e oferecer ocasiões para participar no progresso integral da humanidade (ROSA; FONTES. 2000, pág. 297).

Este documento nos mostra que o patrimônio arquivístico como bem eclesial, além de promover o desenvolvimento cultural, ser lugar da memória das comunidades cristãs, é de extrema importância também para a evangelização. Desfrutando de todos os Bens Culturais da Igreja é possível seguir o diálogo dos cristãos com o mundo contemporâneo.

A Carta Circular de 1997 ainda destaca que os arquivos podem se tornar um ponto de referência e um lugar de encontro, inspirando iniciativas culturais e pesquisas históricas. E a partir deste momento:

Os arquivos podem ser sedes privilegiadas de encontros de estudo, de congressos sobre as tradições religiosas e pastorais da comunidade cristã, de exposições didáticas e exposições documentais, eles são deputados a assumir o papel duma agência cultural não só para os especialistas do sector, mas também para estudantes e jovens oportunamente preparados. Promovendo

depois edições de fundos e colectas de estudos, esses austeros *tabernáculos da memória*, vêm exprimir a sua plena vitalidade, inserem-se nos processos criativos da cultura e na missão pastoral da Igreja local (MARCHISANO, 1997, pág.16).

Sendo assim, a conservação e manutenção dos arquivos eclesiásticos só reafirma sua importância e a responsabilidade com a sociedade. Pois sua própria cultura pode estar embasada nas funções pastorais e civis do cristianismo ocidental, revelando determinadas características da vida em comunidade que outros documentos não as revelaram (CAMPOS, 2006).

### 3. O QUE SE CONSERVA: ESFORÇO MNEMÔNICO DO AHCMPA

#### 3.1 Autocompreensão da Igreja Católica

Podemos de uma maneira simplificada, explicar este conceito estabelecido por Pablo Richard relacionando-o a imagem que a Igreja tem/faz de si mesma. O modo como ela se auto entende e transmite esta imagem através da forma como gerencia suas atividades, sejam elas administrativas ou missionárias, nos leva a apontar diversas autocompreensões da Igreja ao longo do tempo, pois esta imagem está sujeita a influências de épocas distintas.

Para Richard (1982), estas autocompreensões são marcadas pelas grandes superestruturas de cada época, seja nas suas formas institucionais, seja em sua linguagem e em seus modos de pensar.

Neste sentido, a documentação produzida pela Igreja Católica nos seus primórdios no Rio Grande do Sul, na qual está compreendida entre os séculos XVIII e XIX, compõem-se principalmente de registros de batismo, casamento e óbitos. Reflexo de uma autocompreensão baseada na *Política do Padroado*. Na qual, a esfera pública misturava-se com a esfera eclesial. Ocasionalmente o arquivamento de documentos de caráter civil nos arquivos eclesiásticos.

Nos anos de 2015 a 2017, durante minha Graduação em História, realizei uma análise detalhada do impresso *Estrella do Sul*<sup>23</sup>, que pertence ao acervo do AHCMPA, entre os anos de 1930 a 1935. Uma nova imagem da Igreja Católica no Rio Grande do Sul especificamente durante o período da Constituinte de 1934 nos pode ser apresentada baseada nestas pesquisas, apresentando algumas similaridades, mas diferente da qual construímos e que se refere aos séculos XVIII e XIX.

Com base nos estudos realizados, para a Arquidiocese de Porto Alegre é de extrema importância o registro e a conservação de impressos como o jornal *Estrella*

---

<sup>23</sup> O *Estrella do Sul* é um impresso vinculado ao Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, sob influência da Arquidiocese de Porto Alegre. Seus exemplares foram analisados pela mestranda servindo de objeto de estudo para o Trabalho de Conclusão de Curso em História intitulado: ESTRELLA DO SUL: FAMÍLIA E ELEIÇÕES NA CONJUNTURA DA CONSTITUINTE DE 1934; concluído em 2017.



*do Sul*. Uma vez que por meio destes registros é possível resgatar sua história e reforçar seus ideais doutrinários. Trata-se de um órgão oficial da Arquidiocese, sendo assim o jornal está inserido em um projeto de memória que visa registrar, tornar passível de reconhecimento, de rememoração aquilo que é interessante à Arquidiocese de Porto Alegre. Portanto, as notícias veiculadas neste jornal são aquelas que dão ênfase a defesa dos seus interesses (SCHEFFER, 2017).

O *Estrella do Sul* foi um mecanismo eficaz de comunicação que possibilitou a articulação da Igreja Católica no centro do estado do Rio Grande do Sul. Visando sempre a uma política de cristandade a ser seguida e um legado a ser deixado, este periódico foi de extrema importância para o projeto da Igreja Católica Rio-grandense no período da Constituinte. Circulando como um periódico da Arquidiocese de Porto Alegre, projetava transmitir credibilidade em suas veiculações, fundamental para a garantia da transmissão do ideário católico a todos os cantos do Estado (SCHEFFER, 2017).

Com o estudo, notamos todo um investimento estratégico da Igreja na produção de impressos, visando aumentar sua intervenção no espaço social. Como objetivo principal nesta luta, destacamos a educação como tentativa de perpetuar sua doutrina. Pois a escola, na concepção católica, é fonte de instrução religiosa e uma das duas bases formadoras de indivíduos de bem e praticantes da fé católica. A disputa acerca do ensino religioso facultativo constrói uma estrutura discursiva que valoriza e estimula a participação da família nas decisões sociais, seja por meio do voto, seja por meio da reivindicação perante o Estado (SCHEFFER, 2017). A segunda base formadora destes indivíduos está na família monogâmica e cristã. Na manutenção deste ideário, a mulher é entendida como um importante segmento do laicato católico; é valorizada socialmente pela possibilidade do voto e estimulada ao exercício do magistério. Uma nova visão sobre a figura da mulher é construída neste período (SCHEFFER, 2017). Pois bem, esta segunda imagem da Igreja (autocompreensão), é baseada no período e moldada as necessidades da época em questão. Analisando o contexto no qual nos foi apresentado, a Igreja Católica no Rio Grande do Sul no início da década de 1930 encontrava-se temerosa ante a onda de transformações sociais e políticas que chegavam com o governo provisório em 1930. Um dos pontos que estavam sendo discutidos na reforma constitucional é com relação a laicidade nos estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes

públicos. A revisão constitucional de 1926 já anunciava a disputa entorno desse tema, que para a Igreja e conseqüentemente para os editores do impresso, nada poderia ser mais perturbador. Pois a família é a grande responsável pela educação de seus filhos(as) e pela continuação do legado cristão a nação (LEON, 2017). No sentido de garantir suas reivindicações, a Igreja Católica cria diversas estratégias de mobilização popular, dentre elas a criação da LEC (Liga Eleitoral Católica)<sup>24</sup>, em 1932. A Liga tinha como objetivo, em 1933, eleger constituintes comprometidos com os princípios defendidos pela Igreja Católica.

Como podemos observar, existem dois tipos de “imagem” da Igreja Católica em dois períodos distintos. No primeiro exemplo apresentado, a autocompreensão está diretamente ligada a uma sociedade na qual os ideais eclesiais não estavam “ameaçados” por assim dizer. Pelo contrário, o Estado servia como um “protetor” da Igreja e garantia seus interesses. Já no segundo exemplo, a autocompreensão da Igreja está ligada a uma sociedade em transformações nas esferas políticas e sociais. A Igreja está temerosa com estas mudanças e estabelece estratégias com o intuito de manutenção do seu ideário e propagação das suas doutrinas. As duas imagens retratam uma mesma Igreja em momentos distintos. Influenciada pelos acontecimentos e motivações de cada época, a Igreja “apresenta” sua imagem de acordo com as suas intenções e deveres. Uma questão que devemos ressaltar, é que independentemente da época e de suas motivações, a sua missão permanece a mesma.

### **3.2 A Memória como fruto de interações sociais**

Memória do latim *memor*, aquele que lembra, que se recorda conforme o dicionário de Michaelis Online (2020). Através da memória as experiências são acumuladas para serem utilizadas durante a vida e, também, as rotinas diárias

---

<sup>24</sup> A LEC não estava ligada a nenhum partido político, mas era explicitamente anticomunista. De acordo com Almeida (2007), a LEC estimulava os católicos a votar e promovia candidatos comprometidos com os seus pressupostos (SCHEFFER, 2017).

recebem um significado. Para Graebin (2018), “é a memória que nos permite estabelecer relação entre as vivências presentes e as anteriores, religar dois instantes um ao outro”. Como conceito significativo a noção de Memória tem sofrido ressignificações bastante importantes. Para Barros (2009), a memória como um processo limitado e parcial de lembrar fatos passados ou o significado que um indivíduo representa como passado são as designações mais comuns e habituais da memória.

Para Halbwachs (1990) a memória individual existe a partir da memória coletiva, visto que todas as lembranças são formadas no interior de um grupo, ou seja, os sentimentos, ideias e pensamentos que são atribuídos a nós, na realidade, nascem do grupo. Quando estamos prestes a nos recordar de algo, puxamos todo o quadro social que possuímos; demonstrando todas as nossas referências e construção social na qual estamos inseridos. Trata-se do fruto das nossas interações sociais. Mas para que determinada recordação vivida se torne considerada memória é necessário que haja uma ressignificação no presente.

No seu trabalho “Os quadros sociais da memória” Halbwachs (1990) afirma que nós nunca nos lembramos sozinhos; que a memória é adquirida pela relação do indivíduo com o grupo. Sendo assim, a memória coletiva como chamam, nada mais é do que a afirmação de que a memória individual existente sempre ligada a uma memória coletiva, pois as lembranças partem de uma dinâmica de grupo, de uma interação social.

Ao referir-se ao termo “intuição sensível”, Halbwachs destaca que por trás, ou melhor, sustentando as lembranças existe um estado de consciência individual. “Este estado é o grande responsável por este ponto de equilíbrio e coesão no grupo; e sua unidade coletiva” (HALBWACHS, 1990, pág. 41). “Esta memória individual construída a partir destas interações sociais, deste grupo em específico seria – um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004, pág. 55).

A memória se esvai quando nos afastamos do grupo que estava ela. Sem este suporte social que confronta a nossa consciência com as memórias de outros, toda recordação se faz impossível (GRAEBIN, 2018). Segundo esta autora, a memória individual é um somatório de combinações aleatórias das memórias dos grupos que exercem influência sobre esse indivíduo, sendo esse participante de

dois tipos de memórias: a individual e a coletiva, ou seja, a memória individual é formada por várias coletivas.

Para recordar, os indivíduos necessitam se apoiar nas convenções sociais, ou seja, o indivíduo se apropria de instrumentos criados por outros, tais como: as palavras e as ideias, sem os quais se torna impossível o funcionamento da memória individual e também de outras pessoas que possam legitimar suas recordações (GRAEBIN, 2018). Então, o indivíduo necessita das lembranças de outras pessoas para lembrar o seu próprio passado.

Sendo assim, as memórias dos indivíduos nunca são exclusivamente suas, pois nenhuma lembrança pode existir fora de um contexto social, “nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto não nos tornamos um ser social” (HALBWACHS, 1990, p. 43).

Memória e Identidade são ideias centrais nas teorias clássicas das ciências humanas e sociais. O conceito de Identidade para Joel Candau (1996), está diretamente ligado ao conceito de memória. Não existe identidade sem memória. A nossa vida está cheia de referências culturais e memoriais. Temos a necessidade de reconstrução da memória como uma forma de nos identificarmos, de construir a nossa identidade.

Candau chama a atenção para o fato de que enquanto a dimensão individual se relaciona à constatação de uma capacidade comprovada – memorizar – a dimensão coletiva se refere à atribuição de uma comunidade hipotética.

Essa mesma dimensão metafórica, enquanto representação, encontra-se no conceito de identidade, tanto cultural quanto coletiva, uma vez que as noções de semelhante, similitude ou pertencimento também são atribuídas. Embora reconheça a existência de similitudes a partir da protomemória<sup>25</sup>, essa dimensão apresenta duas objeções: a expressão identidade em realidade pode projetar na forma de

---

<sup>25</sup> Para Candau, existem três níveis de dimensão individual da memória. A primeira é considerada a memória de nível baixo ou protomemória composta pelo saber e pela experiência mais profunda e mais compartilhada pelos membros de uma sociedade e que se inserem na categoria de memória procedimental (repetitiva ou hábito) de Bérghson, socialmente compartilhada e fruto das primeiras socializações. A segunda, corresponde a memória de alto nível ou memória de lembranças (ou de reconhecimento), que incorpora vivências, saberes, crenças, sentimentos e sensações, podendo contar com extensões artificiais ou suportes de memória. E a terceira, a metamemória, ou seja, tanto a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, quanto aquilo que fala sobre ela, em uma dinâmica de ligação entre o indivíduo e seu passado, como uma memória reivindicada (CANDAU, 1996, pág. 42).

totalidade aspectos que seriam apenas majoritários, e as estratégias identitárias de qualquer grupo envolveriam um jogo complexo muito mais amplo do que a exibição passiva de um conjunto de hábitos incorporados. (CANDAU, 1996).

De certa forma tais perspectivas afirmadas pelo autor situam sua análise dentro de uma abordagem situacional da identidade, na qual esta é construída a partir de relações, reações e interações sociais das quais emergem visões de mundo e sentimentos de pertencimento.

A relação entre identidade e memória coloca de forma clara que a identidade se manifesta como um relato, um discurso auto referenciado que se projeta como uma totalidade significativa, em uma convergência entre curiosidade e “anamnesis”, alicerçada sobre três bases: a natureza do acontecimento recordado, o contexto sincrônico do acontecimento e o contexto sincrônico da rememoração.

Conforme estes grupos (sociais) se organizam e constroem suas memórias, surge a necessidade do patrimônio como forma de externalizar e guardar estas memórias.

### *3.2.1 Memória Institucional*

Ao dialogarmos sobre o conceito de memória e constatar que memória individual existe a partir da memória coletiva; sendo esta o resultado de uma interação do indivíduo com o grupo. Não existindo uma memória sem ela estar diretamente relacionada ao conceito de identidade; e que existe uma certa necessidade de reconstrução da memória como uma forma de nos identificarmos, de construir uma identidade.

Para as Instituições esta mesma linha conceitual se aplica, uma vez que detentoras de “valores”, utiliza-se de uma memória institucional (MI) com o intuito de construir sua identidade, se fortalecer e “imortalizar”.

Para Scott (1995) “as instituições consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que dão estabilidade e sentido ao

comportamento social” (SCOTT, 1995, pág. 33). A Instituição é uma organização embebida em valores para além dos requisitos técnicos da sua função.

Para Costa e Saraiva (2011) as empresas têm uma memória do passado, mas esta memória não é estática no tempo, pois ela pode ser evocada tendo influência sobre as decisões que podem ser tomadas, por isso considera-se que existe uma intencionalidade em resgatar o passado.

Tabela 1 - Tabela sobre os traços e características da MI.

<b>Traços da memória institucional</b>	<b>Características</b>
Exterioridade	Dotados de realidade exterior, situada fora dos indivíduos.
Interioridade	Mesmo situada fora dos indivíduos, o Eu social faz parte das instituições.
Objetividade	Elas existem objetivamente, como realidade conhecida e reconhecida.
Coecentricidade	São dotadas de poder legal, estabelecida pelos traços anteriores que lhe conferem tal característica.
Resistência a mudança	O indivíduo isolado não consegue promover uma mudança na instituição porque ela é uma associação coletiva.
Reprodutividade	Tem a função de controle social, estabelecendo regras que garantam seu funcionamento.
Legitimidade	O indivíduo tende a abrir mão do seu saber em prol dos saberes da instituição.
Seletividade	Como a instituição é produtora de memórias, conseqüentemente ela escolhe aquilo pelo que ela deseja ser lembrada
Historiedade	Toda instituição tem uma história acumulada ao longo do tempo.
Temporalidade	Toda instituição instaura um domínio de tempo.
Conflitualidade	São as relações de forças que definem os papéis sociais. E da natureza das instituições conviverem com o conflito que se estabelece no corpo social.
Socialização	E da natureza da instituição refletir as ações oriundas de um processo de socialização que as justificam e legitimam.

Fonte: COSTA, 1997 apud GROSS 2015.

Costa (1997) esquematizou um modelo representativo sobre a memória institucional, através da estrutura de uma pirâmide, conforme o modelo abaixo:

Figura 3 - Pirâmide sobre a Memória Institucional.



Fonte: COSTA (1997, pág. 135) apud GROSS (2015)

E cada um destes conceitos norteadores para a MI podem ser explicados conforme a seguinte tabela:

Tabela 2 - Elementos da memória institucional. Fonte: COSTA (1997, pág. 147) apud GROSS (2015)

Componentes da pirâmide da memória institucional	Descrição
Memória	Constitui a base da pirâmide, pois é em cima da memória que podemos construir, reconstruir ou transformar a instituição. A memória representa o alicerce que sustenta toda a estrutura da instituição, sendo que todos os demais elementos são construídos sobre este fundamento.
Instituições	Só existe em processo. Ela necessita de um trabalho conjunto para um funcionamento padronizado. A instituição existe pela memória de seus integrantes e do conjunto de documentos por ela registrados e guardados. A instituição representa toda a construção que foi realizada sobre a base que nos mostra a dimensão e o crescimento que obteve com o passar dos anos.
Ação, Intuição, Pensamento e Linguagem (formam os quatro lados de sustentação da pirâmide).	Forma de inteligência e saberes, funciona como meio de troca e de transmissão de informações e memórias. São os quatro lados que mantêm de pé a pirâmide, o ideal seria que houvesse um equilíbrio permanente entre eles, embora isso não represente uma tarefa fácil, em virtude de conflitos. A informação precisa transitar livre dentro da instituição. Cada pessoa mantém um conjunto de informações e memórias, resultante das experiências adquiridas ao longo da vida.
Indivíduos	Pessoas fazem a instituição funcionar, sendo a mola propulsora de saberes criativos capazes de transformar as instituições.
Emoções	Tem a função de motor da comunicação, transportando informações para a base (memória). Esse modelo possui um conjunto de agentes que interagem entre si, aliados ao fator emocional.



Sendo assim, a memória institucional da Igreja Católica no Rio Grande do Sul encontra-se no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre através do seu acervo documental.

Chegamos então, a uma questão que nos interessa muito: os “*lugares de memória*” e sua significativa importância na construção deste elo entre a história e a memória. Pierre Nora nos explica que os lugares de memória nascem e vivem de um sentimento de que não há mais memória espontânea nas sociedades atuais, que é preciso “organizar os arquivos, manter os aniversários, organizar as celebrações...”, pois a aceleração do tempo, o presentismo nos fazem esquecer ou desconsiderar o passado<sup>26</sup>. Ainda, de acordo com Nora, um lugar de memória precisa contemplar os três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional (SCHEFFER, 2017).

Este lugar de memória que destacamos como sendo um forte elo entre a história e a memória, está documentado e foi discutido pela Igreja na Carta Circular de 1997 (“A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos”), cuja responsabilidade em preservação da memória institucional ganha um novo significado mais abrangente e espiritual:

[...] os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização. São, pois, um bem cultural de primeira importância, cuja peculiaridade está em registrar o percurso feito ao longo dos séculos pela Igreja em cada uma das realidades que a compõem. Enquanto lugares da memória, devem recolher sistematicamente todos os dados com que é escrita a articulada história da comunidade eclesial, para oferecer a possibilidade duma congrua avaliação daquilo que se fez, dos resultados obtidos, das omissões e dos erros (MARCHISANO, 1997, pág. 2).

Este engajamento com a conservação de seus documentos institucionais sempre foi preocupação da Igreja. Uma forma de manter vivo o seu legado e perpetuar para as futuras gerações. Ainda na Carta Circular de 1997, podemos destacar que havia uma “preocupação primeira em relação aos arquivos das Igrejas particulares, certamente, a de conservar um tão precioso patrimônio com diligência a fim de o transmitir integralmente aos vindouros” (SCHEFFER, 2017).

---

<sup>26</sup> NORA, 1993, pág. 27.

### 3.2.2 A importância Institucional: relatos de seus atores sociais

Todos nós como indivíduos e as instituições representamos papéis sociais. Estes papéis sociais nada mais são do que representações. Nós representamos papéis sociais; damos voz a demandas que são nossas e as instituições da mesma forma.

O cenário ilustrado nos apresenta a importância dos registros históricos para a compreensão da sociedade de sua identidade e, ao mesmo tempo, da salvaguarda destes registros para que não se percam com o tempo. E nos alerta para algumas demandas sociais que envolvem este tipo de pesquisa, bem como para demandas específicas, ou seja, demandas institucionais que agregariam e aperfeiçoariam o trabalho já realizado no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

No início desta pesquisa, apresentamos algumas demandas institucionais que inspiraram este trabalho e que servem como norteadoras para a elaboração de um produto que atenda às necessidades da instituição. Que são elas:

- a) Tornar o Arquivo mais conhecido pela comunidade;
- b) Proporcionar que o Arquivo e o Prédio que o abriga tenham mais reconhecimento social como bem cultural;
- c) Que a comunidade e a própria instituição sejam sensibilizadas para a importância e preservação do seu Acervo.

A partir da problemática levantada chegamos à identificação de alguns atores sociais inseridos neste contexto, que são: a responsável pelo Arquivo, o Arcebispo, a comunidade e a academia.

Cada ator social identificado acima lidará de uma maneira diferenciada com relação a problemática levantada<sup>27</sup>. A forma como o Arcebispo de Porto Alegre lida com estas demandas não é igual a forma como a responsável pelo Arquivo.

Após a identificação destes atores, elaboramos um questionário que foi aplicado ao Arcebispo de Porto Alegre, Dom Jaime Spengler e a responsável pelo

---

<sup>27</sup> Problema de pesquisa apresentado no capítulo Introdução página 15.

Arquivo, Vanessa Gomes de Campos, a fim de identificar a ação de cada um deles no AHCMPA, bem como a sua percepção pessoal a respeito da existência, importância e projetos futuros desta instituição.

A responsável pelo arquivo, Vanessa Gomes de Campos nos explica que a sua inserção profissional no AHCMPA se deu em 1995 como estagiária do curso de História. E durante este período: *“os gestores estavam preocupados com o setor, pois o padre responsável praticamente não atendia aos usuários e as reclamações eram muitas. Felizmente, Pe. Ruben Neis foi bastante receptivo e começou a me ensinar o que deveria ser feito: as buscas de documentos e expedição de certidões. O tempo passou e quando me graduei na licenciatura fui contratada como funcionária. Anos depois também me graduei em Arquivologia por considerar necessário o aperfeiçoamento técnico mais compatível para tratar o acervo”* (CAMPOS, 2020).

Com relação a situação do arquivo no início de seu ingresso, Vanessa relata que: *“o Arquivo havia parado no tempo. A disposição dos materiais, do mobiliário, os “instrumentos de pesquisa” (fichários) foram desenvolvidos a partir da década de 1950. Uma reforma do espaço em 1970 consagrou o espaço que encontrei em 1995. Desde o final dos anos 70, Pe. Ruben Neis (falecido em 2003) se dividia entre pesquisas históricas para suas publicações e atendimento ao público. Ele sabia a importância do acervo, defendia-o diante seus superiores, mas o tratava como algo particular. Quando entrei no Arquivo, muita documentação estava fora das prateleiras, pilhas e pilhas de pastas acumulavam documentos que ele separava para suas pesquisas. Aos poucos fui entendendo a sistemática que ele aplicava aos materiais, assim como percebia que seria necessário avançar, utilizar técnicas objetivas para tratar a organização (Pe. Neis sabia sempre o livro certo, a cor da capa do livro, inclusive a folha onde determinadas informações estavam)”* (CAMPOS, 2020).

Vanessa quando questionada sobre a organização do acervo documental do AHCMPA e seu arranjo, responde que:

*Antes de ingressar no curso de graduação em Arquivologia, comecei a ler alguns livros por indicação de colegas de outras instituições arquivísticas. Com isso, entendi que seria importante dedicar-me efetivamente aos métodos e técnicas específicos da disciplina para tratamento do acervo. Ao longo do curso, desenvolvi*

*muitos trabalhos, aplicando as teorias no acervo do AHCMPA, classificado pela arquivística como arquivo especializado. Na época, não havia publicações no Brasil que tratassem de arquivos eclesiásticos. Apenas um artigo que me foi dado pelo Mons. Nassif (do interior de SP) e uma dissertação que encontrei, referente a algum Bispado do nordeste do Brasil, o qual não lembro. Comecei a pesquisar a temática e encontrei um livro chamado “Manual de archivos el sistema archivístico diocesano – archivos de la curia y archivos parroquiales eclesiásticos, de SASTRE SANTOS, publicado em Madri (1999). A partir dessa publicação, elaborei, junto com um padre que na época foi designado a aprender o que havia no Arquivo, um quadro de arranjo baseado nos três múnus (funções) da Igreja: santificar, ensinar e governar. Essa elaboração mais complexa eu desenvolvi como trabalho de conclusão do curso de Arquivologia, cuja ambição era tratar toda a documentação do acervo. Entretanto, devido à falta total que havia de uma organização dos documentos administrativos (ou seja, os livros e processos que não eram os de registros vitais – batismos, casamentos e óbitos), percebi que a tarefa seria muito mais árdua. Sendo assim, para aquele momento do TCC, organizei a documentação do período anterior à criação do Bispado (1848). Classifiquei de FUNDO COMARCAS ECLESIÁSTICAS/VIGARARIA GERAL e ficou determinado ser um “fundo fechado”, pois, a partir da criação do Bispado, houve um status jurídico do território, que passou a ter o seu próprio Bispo. Além da classificação do fundo e organização interna, realizei também um grande exercício de identificar a função de cada códice para conseguir determinar o lugar que ocupava no arranjo. Para tanto, vali-me da diplomática, realizando a análise tipológica. Após essa etapa, segui com a classificação do restante da documentação, criando os demais fundos, que são: - FUNDO BISPADO/ARCEBISPADO – o fundo se subdivide em três seções, que refletem as funções da Igreja. - FUNDO PARÓQUIAS – cada paróquia é um SUBFUNDO, por ficar determinado que cada uma delas tem todos os requisitos para a abertura de um fundo. Assim como os outros fundos, a documentação é classificada internamente a partir dos 3 múnus (CAMPOS, 2020).*

Quando se trata da digitalização da documentação do AHCMPA, Vanessa aponta que: *“está digitalizado o acervo referente aos batismos, casamentos e óbitos. Na década de 1980 a igreja mórmon microfilmou a documentação e em 2010 esses microfilmes foram digitalizados e disponibilizados no site Family Search, vinculado à mesma igreja. De qualquer modo, a digitalização do acervo deve ser pensada, mas dentro de um contexto mais amplo de planejamento institucional”* (CAMPOS, 2020).

Dom Jaime quando questionado sobre a importância para a Arquidiocese de Porto Alegre na manutenção de um arquivo documental com as características do AHCMPA, nos responde que: *“O ARQUIVO DOCUMENTAL conservado pela*

*Arquidiocese custodia a história e a memória da instituição. Custodia também dados que dizem respeito à vida da sociedade. Um povo ou uma instituição que não preserva ou promove sua história e memória, não possui identidade” (SPENGLER, 2020).*

Sobre a relação entre o AHCMPA e suas opções pastorais, Dom Jaime nos mostra que: *“O Arquivo foi se constituindo à causa da atuação da Igreja de Porto Alegre ao longo dos séculos. Existe, pois, uma relação estreita entre a atuação pastoral da Igreja e o acervo conservado. Os dados que vão constituindo o acervo do Arquivo são expressão das orientações, opções e decisões pastorais. Compreende-se assim que o Arquivo é algo vivo: ele conserva dados e acolhe dados!” (SPENGLER, 2020).*

Quando questionado sobre as metas e realizações futuras traçadas para o AHCMPA, Dom Jaime destaca: *“Precisamos encontrar meios para conservar todo o acervo do Arquivo Histórico. Precisamos investir em estruturas, técnicas de conservação e ampliação do número de pessoas que atuam no Arquivo. Existe procura pelos dados conservados. Diariamente acontecem visitas de pessoas, estudosas ou não, que buscam dados junto ao Arquivo. Isto diz da importância e riqueza do Arquivo. Somente a área com os dados do batistério, conserva a história das imigrações, ou seja, dados dos habitantes ou pessoas que foram chegando para ocupar o território, desde 1734” (SPENGLER, 2020).*

Para Vanessa, ao pensar no futuro do AHCMPA em primeiro lugar é necessária uma equipe de trabalho. Ela destaca que: *“tem muitos projetos de difusão do acervo (tanto a nível da importância jurídica, quanto cultural) que só poderiam ser levados adiante com uma equipe” (CAMPOS, 2020).*

Quando questionada sobre a relação entre o AHCMPA e a conservação de um conjunto artístico-patrimonial maior, formado por edifícios, objetos litúrgicos e obras de arte, Vanessa expõe que em parceria com a museóloga da Cúria (Caroline Zuchetti) *“temos pensado (e executado algumas) ações que dizem respeito aos BENS CULTURAIS DA IGREJA. Creio que a mudança de paradigma é necessária para que se crie um diálogo com a própria instituição e também com a sociedade civil. É importante que se compreenda que tudo está interligado, se relaciona e é orgânico. A partir dessa concepção – algo que eu e a museóloga temos pretendido – muitos avanços serão possíveis” (CAMPOS, 2020).*

E por fim, quando questionado sobre a importância da conservação dos edifícios históricos da Cúria Metropolitana e do seu Arquivo Histórico, Dom Jaime nos explica:

*Os edifícios que compõem a Cúria Metropolitana são patrimônio da comunidade. São o sinal de vida de uma comunidade de fé viva! Inaugurados em 1865, continuam sendo expressão concreta da presença e atuação da Igreja na região metropolitana de Porto Alegre. Eles estão em processo de restauração. É um trabalho moroso, delicado e caro. Construídos numa outra época, exigem atenção para aquilo que os caracteriza em linhas arquitetônicas e material utilizado. Como os edifícios foram tombados pelo Patrimônio Histórico, o processo de restauro precisa ser desenvolvido em sintonia com os órgãos públicos responsáveis. Por vezes, a burocracia pode ralentar o processo! Há também o desafio da captação de recursos para levar adiante o processo de restauro. Devido à crise que vive a economia brasileira, com consequências preocupantes para a vida de nosso povo, pode-se perceber o desafio que representa o trabalho de captação de recursos nessa fase de nossa história. Nossa intenção é poder levar a termo o trabalho de restauro iniciado e proporcionar à sociedade oportunidades para conhecer esse patrimônio e ao mesmo tempo, oferecer espaço para compartilhar o acervo artístico conservado pela Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre (SPENGLER, 2020).*

Ficou claro, após a realização de algumas perguntas a estes dois atores sociais, que ambos reconhecem e afirmam a importância da *conservação e manutenção* do Acervo, do Arquivo Histórico e do prédio que o abriga para a preservação e promoção de sua memória e identidade. Mas cada um expressa de maneiras distintas suas percepções. Imersa nesta realidade diariamente e seguindo os caminhos de sua formação acadêmica, Vanessa consegue enumerar com maior facilidade as demandas institucionais do AHCMPA, bem como dialogar acerca dos conceitos que estruturam esta pesquisa. Conhecedora do Acervo Documental existente no Arquivo, ela nos apresenta a realidade deste espaço e nos mostra caminhos para as demandas. Já o Arcebispo de Porto Alegre como “gestor” e “pastor” nos apresenta um novo olhar acerca das demandas levantadas. Uma vez que suas atividades não lhe permitem uma maior aproximação e conhecimento da realidade diária deste Arquivo.

### 3.3 O acervo e seu arranjo documental

O Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) está localizado nas dependências do prédio da Cúria Metropolitana<sup>2829</sup> na Rua Espírito Santo número 95 no centro histórico da capital do Estado. Foi fundado em 1853, com a criação do Bispado no Rio Grande do Sul. O Arquivo guarda, mantém e disponibiliza a documentação histórica da Arquidiocese de Porto Alegre. E seu acervo é formado pela produção documental eclesiástica desde 1747 (até os dias atuais).

Trata-se de um arquivo permanente, ou seja, a documentação que dele faz parte cumpriu suas funções administrativas e deve ser preservada indefinidamente para fins de pesquisa e de prova. É um arquivo eclesiástico – ligado à Igreja Católica – e classificado pela Arquivística como *arquivo especializado*, porque é formado por documentos de um determinado campo da experiência humana. A área que ocupa nas dependências da Cúria Metropolitana é de 139,90 m<sup>2</sup> (CAMPOS, 2006).

No AHCMPA encontram-se documentos da antiga comarca de Porto Alegre, da Vigararia Geral e dos primeiros Bispos do Rio Grande do Sul. Segundo a Historiadora e Arquivista responsável pelo AHCMPA, Vanessa Gomes de Campos (2006), o quadro de arranjo “baseia-se na legislação canônica vigente e foi apresentada por Sastre Santos em um Manual que trata exclusivamente do que ele chamou de “Sistema Arquivístico Diocesano<sup>30”” e é composto por três fundos: a) Fundo Comarcas/Vigararia (1747 a 1848): documentação administrativa referente ao período; b) Fundo Bispado/Arcebispo (1848 aos dias atuais): destaca-se a documentação referente às decisões tomadas sobre a organização eclesiástica no</sup>

---

<sup>28</sup> Inicialmente o prédio onde hoje está localizada a Cúria Metropolitana de Porto Alegre e seu Arquivo Histórico, foi construído com o intuito de servir como Seminário Episcopal e residência oficial dos Bispos. Fonte: AHCMPA. *Livro de Registro de Ofícios Expedidos (1863-1868)*, 18 ago. 1865, fl. 62v.

<sup>29</sup> A Cúria Diocesana, no Dicionário de Direito Canônico, é definida como um: “Conjunto de organismos e pessoas que ajudam o Bispo no governo de toda a diocese”. Fonte: Código de Direito Canônico (1983), p. 469-494. <[http://www.vatican.va/archive/ENG1104/\\_INDEX.HTM](http://www.vatican.va/archive/ENG1104/_INDEX.HTM)> Acessado em out. 2019.

<sup>30</sup> SASTRE SANTOS, Eutímio. **Manual de Archivos**: el sistema archivístico diocesano – archivos de la curia y archivos parroquiales. Madrid: ANABAD, 1999.

território; os processos matrimoniais dos séculos XVIII e XIX de Porto Alegre e áreas adjacentes; a orientação pastoral etc; c) Fundo Paróquias (1747 aos dias atuais): em especial, os registros sacramentais de batismos, casamentos e óbitos; documentos administrativos, sobretudo do século XIX; irmandades etc.

Campos (2006) ainda destaca que:

A distinção entre os dois primeiros Fundos citados cabe exclusivamente à documentação produzida/ recebida pelos Vigários da Vara e pelos Vigários Gerais e formariam o Fundo fechado (Fundo Comarcas/ Vigararia), e o Fundo Cúria, a documentação produzida/ recebida pelo Bispo/ Arcebispo. Já, o Fundo Paróquias é um Fundo composto por documentos produzidos/ recebidos pelas paróquias, desde o início de sua criação aos dias atuais (CAMPOS, 2006, p. 30).

A concentração da documentação existente no AHCMPA está entre os séculos XVIII e XIX, compondo-se principalmente de registros de batismo, casamento e óbitos. Se comparado a estes registros, os jornais, livros, revistas entre outros documentos arquiocesanos são minoria no Arquivo. Que também não apresenta registros significativos, por exemplo, de festas e celebrações ao longo dos séculos no Estado.

### 3.3.1 Fundos do AHCMPA

O Quadro de Arranjo elaborado no AHCMPA baseia-se na legislação canônica vigente e foi apresentada por Sastre Santos em um Manual que trata exclusivamente do que ele chamou de “Sistema Arquivístico Diocesano”. Na realidade, esse autor traduz em conceitos arquivísticos o CIC de 1983.

No acervo do AHCMPA, em vista do *processo histórico da instituição*, podem ser identificados três Fundos: um para a documentação referente ao período anterior à criação do Bispado no Rio Grande do Sul; outro Fundo que reúne a documentação a partir da criação do Bispado, alterando o *status* jurídico; e um terceiro Fundo, congregando a documentação das paróquias (CAMPOS, 2006).



Os dois primeiros Fundos citados abrangem à documentação produzida/recebida pelos Vigários da Vara e pelos Vigários Gerais e formariam o Fundo fechado (Fundo Comarcas/Vigararia); e o Fundo Cúria, a documentação produzida/ recebida pelo Bispo/Arcebispo. Já, o Fundo Paróquias é um Fundo composto por documentos produzidos/recebidos pelas paróquias, desde o início de sua criação aos dias atuais.

Definidos os Fundos, é preciso identificar como são ordenados internamente. Ora, os Fundos são subdivididos sucessivamente, conforme houve a necessidade e, por isso, refletem a organização da instituição. Cada Fundo está subdividido em Seções que reflitam as funções atribuídas ao órgão produtor. Essas Seções, por sua vez, são subdivididas em Subseções, de acordo com as atividades. No caso do Fundo Paróquias, as Seções são os nomes das paróquias, as Subseções, as funções e as Séries, as atividades<sup>31</sup> (CAMPOS, 2006).

A escolha da classificação documental baseia-se no critério funcional, sendo uma forma que nos permite entender com mais clareza as relações existentes entre os documentos, pois as funções originam um conjunto de atividades, as quais são evidenciadas em um conjunto de trâmites ou negociações que servem para desencadear a atividade.

A questão, em suma, é que o governo de uma instituição se resolve na trilogia do direito romano: *personae* (governar as pessoas), *res* (administrar os bens) e *actiones* (defender os direitos). No direito canônico, acrescenta-se o *múnus* (ou *munera*, no plural) de ensinar (*docendi*), santificar (*santificandi*) e guiar (*regendi*). Dessa forma, as funções que se depreendem da instituição são: ensinar a doutrina, santificar e guiar/governar o povo de Deus, abarcando essa última função a administração dos bens e a justiça (CAMPOS, 2006).

---

<sup>31</sup> O termo Seção foi escolhido, conforme a utilização de Bellotto que chama a atenção sobre o uso do termo Série: "O uso simultâneo da palavra série para designar organismos, para denominar sequência de documentos da mesma tipologia, da mesma função, do mesmo 'assunto', ou ainda para denominar aglutinação de fundos, como na arquivística francesa, pode gerar confusões, tanto para o tratamento técnico levado a efeito pelo arquivista como para os próprios usuários-pesquisadores" (1991, pág. 96).

## 4. DOCUMENTAÇÃO E IDENTIDADE: PARA QUE SE CONSERVA

### 4.1 Políticas de Crisandade e a criação/transmissão de uma imagem

A concentração da documentação existente no AHCMPA está entre os séculos XVIII e XIX, compondo-se principalmente de registros de batismo, casamento e óbitos. Se comparado a estes registros, os jornais, livros, revistas entre outros documentos arquidiocesanos são minoria no Arquivo. Que também não apresenta registros significativos, por exemplo, de festas e celebrações ao longo dos séculos no Estado.

Pensando nisso, entramos em um tripé extremamente importante para a discussão deste trabalho: a questão de “o que lembra”, “quem lembra” e “o que quer que seja lembrado”. Estes “gestores da memória” responsáveis por zelar e selecionar determinados tipos de registros (memórias) ao invés de outras, trata-se de um dos problemas chave desta dissertação.

Para identificarmos o tripé anteriormente citado, vamos nos valer inicialmente de um autor que pensou o percurso e o posicionamento da instituição Igreja Católica no tempo. Desta forma, podemos ver que o volume maior de documentação do AHCMPA diz respeito aos séculos XVIII e XIX. Entre a documentação arquivada, sobressai-se a institucional. Isso nos leva a relacionar este esforço arquivístico com um projeto de articulação à sociedade e aos poderes instituídos, os quais Pablo Richard (1982) denomina de “projeto de crisandade”. Existem dois tipos de estruturas eclesiais da Igreja, importantes para a compreensão do projeto de crisandade apresentado por Richard. São eles: estruturas eclesiais hierárquicas que corresponde aos bispos, padres, religiosos(as) e outros ministérios exercidos por leigos(as); bem como as conferências religiosas a nível nacional e continental. E as estruturas eclesiais de base que corresponde às paróquias, comunidades eclesiais de base, os movimentos católicos e outras organizações dependentes da hierarquia.

Tanto nas instituições eclesiais hierárquicas como nas estruturas de base, é preciso distinguir três dimensões ou funções distintas: a função cultural ou simbólica, a função pastoral e a função profética, representando cada uma dessas funções uma dimensão estrutural da Igreja (RICHARD, 1982, pág. 102).

Richard entende por isso uma forma de relacionamento Igreja-sociedade mediado basicamente pelas instituições políticas, vale dizer pelo Estado. O viés metodológico, assim, parte da compreensão do esforço arquivístico, das estratégias identitárias que jamais serão uma transfusão memorial pura ou autêntica<sup>32</sup> e das estratégias de memória que compreendem não somente as memórias marcantes como aquela à qual demos e continuamos a dar importância<sup>33</sup>. Relacionando-as com “estruturas eclesásticas”, privilegiadas no “projeto de cristandade”.

A esses princípios e valores defendidos pela Igreja Católica, principalmente nestes dois períodos apresentados durante a pesquisa e que contribuem para as suas Autocompreensões, chamamos de uma *política de cristandade* àquela alicerçada na extensão social dos valores cristãos, que deveriam ser normas sociais (MAINWARING, 2004; ISAIA, 1998).

Estamos no século XXI e este tipo de seleção documental e memorial não mudou. Trata-se de uma realidade de longa duração e que não termina facilmente. Pablo Richard diz que estes arquivos estão ligados a política de cristandade e não à Igreja (registros voltados à Igreja seriam aquelas relacionadas com a vivência espontânea dos fiéis sem a tutela e/ou mediação da hierarquia como devoções e festividades populares). Ela está caracterizada na forma como esta documentação (registros) são guardados e gerenciados. Os registros de batismo, matrimônio e similares, continuam sendo a principal fonte documental existente no Arquivo. Jornais, revistas e materiais alusivos ao “ser Igreja” são minoria ou encontram-se arquivados em outros espaços. Esta documentação como que atesta o poder normatizador e regulador da Igreja sobre o tempo e a existência das pessoas (registros de vida e morte, batismo, casamento).

Esta organização arquivística baseia-se na legislação canônica vigente e foi apresentada por Sastre Santos em um Manual que trata exclusivamente do “Sistema Arquivístico Diocesano” (SASTRE SANTOS, 1999). No que diz respeito à memória da instituição, é sabido que os documentos operam como fontes de

---

<sup>32</sup> Pois “atuam no complexo jogo da reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento” (CANDAU, 2016, pág. 106).

<sup>33</sup> Pois “essa memória, mais que evocar marcas passadas, está ligada ao presente e também aos projetos futuros. (...) Ao nível coletivo, o dever de memória, mais que a necessidade de preservar os vestígios do passado, deve ser encarada como a obrigação de tratar corretamente esses vestígios” (PEREIRA, 2016, pág. 8).

informação a respeito das decisões tomadas. Desta forma, a instituição que reconhece seu passado, como é o caso da Igreja Católica, cujos papéis são tão projetados à sociedade, está reconhecendo o seu futuro e o da sociedade que a cerca, configurando a sua função em um determinado contexto social, cultural, político e religioso.

#### **4.2 Documento, Memória e Identidade: a escrita como meio de eternização e suporte da memória**

Os antigos egípcios enalteciam a escrita como médium mais seguro da memória. Quando olhavam retrospectivamente para a própria cultura, em um lapso temporal de mais de mil anos, ficava-lhes claro que construções colossais e monumentos jaziam em ruínas, mas os textos daquela mesma época ainda eram copiados, lidos e estudados. Assim, constataram que vestígios de tinta preta sobre um papiro frágil perfaziam um monumento mais duradouro que túmulos caros com ornamentação dispendiosa. Um papiro do século XIII de nossa era compara a força preservadora de túmulos e livros e chega, com isso ao resultado de que a escrita é uma das armas mais eficientes contra a segunda morte social, o esquecimento (ASSMANN, 2011).

Mas a escrita não é só um meio para a eternização, ela é também um suporte da memória. A escrita é, ao mesmo tempo, meio e metáfora da memória. O procedimento da anotação e da inscrição é a mais antiga e, através da longa história das mídias, ainda hoje a mais atual metáfora da memória.

Na função de armazenamento a escrita possivelmente pode superar a memória; em contrapartida a escrita nunca pode assumir a função de recordação, segundo informa Platão (ASSMANN, 2011).

Esse interesse pela memória como provedora de respostas sobre a própria origem e identidade não surgiu somente a partir do século XIX com a formação dos estados nacionais. Esse tipo de pesquisa histórica valia para a origem da própria

família ou grupo, e estava sob o signo de uma nova pressão de concorrência (ASSMANN, 2011).

A pluralização das memórias também tem a ver com a barreira das mídias. Na era da imprensa a escrita criou novos espaços da recordação. A impressão de livros quebrou o antigo monopólio da recordação exercido pela Igreja e pela corte e possibilitou novos acessos à memória e à história (ASSMANN, 2011, pág. 54).

A memória coletiva assegura a singularidade e a continuidade de um grupo, ao passo que a memória histórica não tem função de asseguarção identitária; as memórias coletivas, assim como os grupos aos quais estão vinculadas, existem sempre no plural; a memória histórica, por sua vez, constrói uma moldura integradora para muitas narrativas e existe no singular; a memória coletiva obscurece ostensivamente as mudanças, ao passo que a memória histórica é nelas que se especializa (ASSMANN, 2011).

Ainda seguindo esta linha entre memória coletiva e memória histórica, Halbwachs nos mostra que:

O mundo histórico é como um oceano no qual todas as histórias parciais desaguam. [...] A história pode parecer ser a memória universal do ser humano. Entretanto não existe memória universal. Cada memória coletiva tem como portador um grupo limitado no tempo e no espaço. Só se pode compilar a totalidade dos acontecimentos passados em uma única imagem sob as premissas: de que estes sejam desvinculados dos grupos que os mantinham na memória; de que sejam rompidos os laços que os ligavam ao contexto social em que ocorrem; e de que só se conservará o esquema cronológico-espacial (HALBWACHS, 1985, pág. 72).

Falar em memória, é tratar de uma experiência vivida coletivamente, é a conjugação do novo e do antigo para compreender a evolução da cultura, na necessidade humana de sentir-se parte de algo e elaborar projetos de desenvolvimento. Dessa forma, é possível conviver permanentemente com a reapropriação do espaço e encontrar-se com as gerações passadas.

O arquivo, portanto, é o polo que desperta a revisitação ao passado, de constante (re)descoberta do desconhecido.

Para tal, o acesso às informações é o ponto crucial. Os documentos, antes de serem vestígios, tiveram um caráter funcional. Acessá-los na contemporaneidade é buscar pontos de referência, elementos que formam um fundo cultural comum a todo um grupo social.

O estudo documentado e não prejudicial do próprio passado torna a Igreja mais “perita em humanidade”, pois faz conhecer a sua espessura histórica e, ao mesmo tempo, permite-lhe reconhecer-se na sua necessária, pluriforme e contínua obra de inculturação e aculturação. Essa indagação, que procede da ponderada coleta daquilo que é documentável, ajuda a mostrar um futuro fundado sobre as contribuições da Tradição, na qual a memória é também profecia (MARCHISANO,1997).

Com efeito, as fontes históricas ligam a Igreja num ininterrupto regime de continuidade. Isto parte da mensagem de Jesus, passa através dos escritos da primeira comunidade apostólica e de todas as comunidades eclesiais, chegando até nós em um proliferar de imagens que documentam o processo de evangelização de cada Igreja particular e da Igreja universal. À inclemência de tantas circunstâncias históricas, que providencialmente não destruíram a memória dos eventos nas suas grandes linhas, deve então contrapor-se o nosso esforço de tutela e de valorização do material documentário, a fim de o usufruir no “hic et nunc” da Igreja (MARCHISANO,1997).

As fontes históricas, conservadas nas antigas arcas ou nas estantes modernas, consentiram e favorecem, com efeito a reconstrução dos eventos e, portanto, permitem transmitir a história da ação pastoral dos bispos nas suas dioceses, dos párocos nas suas paróquias, dos missionários nas zonas de primeira evangelização, dos religiosos nos seus institutos (MARCHISANO,1997).

A documentação conservada nos arquivos da Igreja católica é um património imenso e precioso.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos no decorrer desta pesquisa que a Memória e Identidade são ideias centrais nas teorias clássicas das ciências humanas e sociais. Que o conceito de Identidade para Joel Candau (1996), está diretamente ligado ao conceito de memória. Não existe identidade sem memória. Temos a necessidade de reconstrução da memória como uma forma de nos identificarmos, de construir a nossa identidade.

A nossa vida está cheia de referências culturais e memoriais. Existe uma certa necessidade de reconstrução da memória como uma forma de nos identificarmos, de construir uma identidade. Conforme estes grupos (sociais) se organizam e constroem suas memórias, surge a necessidade do patrimônio como forma de externalizar e guardar estas memórias.

A conscientização da importância destes espaços que salvaguardam nossa história e nos ajudam a compreender nossa identidade deve ser algo disseminado diariamente entre nós. Isso não é trabalho somente de historiadores(as), arquivistas, museólogos(as) e demais pesquisadores(as) de áreas afins que utilizam e vivenciam estes espaços. Esta deve ser uma tarefa de cada um e cada uma de nós. Utilizando e frequentando mais estes espaços, acompanhando suas ações, contribuindo e lutando pela sua manutenção.

Tratam-se de espaços com riquezas inigualáveis. Que relatam os feitos da sociedade nas mais diferentes épocas e que nos ajudam a contar a sua história para esta e para as próximas gerações. Porque tudo aquilo que produzimos tem importância para a história.

Os arquivos se mostram um armazenador coletivo de conhecimentos que desempenha diversas funções. Nesse funcionamento, três características desempenham papéis fundamentais, como acontece com qualquer armazenador: conservação, seleção e acessibilidade (ASSMANN, 2011).

O patrimônio arquivístico como bem eclesialístico, além de promover o desenvolvimento cultural, ser lugar da memória das comunidades cristãs, é de extrema importância também para a evangelização. Desfrutando de todos os Bens

Culturais da Igreja é possível seguir o diálogo dos cristãos com o mundo contemporâneo.

Com relação ao Patrimônio Cultural, a Igreja os divide em três categorias. A primeira é considerada a mais importante, lista os bens "*colocados ao serviço da missão da Igreja*", que tem seu ponto focal na liturgia. A segunda compreende esses bens a serviço da cultura e da história da Igreja. E a terceira inclui os bens produzidos por meio de comunicação de massa, que também podem suportar valores artísticos e eclesiais.

Sendo assim, a conservação e manutenção dos arquivos eclesiásticos só reafirma sua importância e a responsabilidade com a sociedade. Pois sua própria cultura pode estar embasada nas funções pastorais e civis do cristianismo ocidental, revelando determinadas características da vida em comunidade que outros documentos não as revelaram.

A organização arquivística do AHCMPA baseia-se na legislação canônica vigente e foi apresentada por Sastre Santos em um Manual que trata exclusivamente do "Sistema Arquivístico Diocesano". No que diz respeito à memória da instituição, é sabido que os documentos operam como fontes de informação a respeito das decisões tomadas. Desta forma, a instituição que reconhece seu passado, como é o caso da Igreja Católica, cujos papéis são tão projetados à sociedade, está reconhecendo o seu futuro e o da sociedade que a cerca, configurando a sua função em um determinado contexto social, cultural, político e religioso.

No AHCMPA conservam-se documentos da antiga comarca de Porto Alegre, da Vigararia Geral e dos primeiros Bispos do Rio Grande do Sul. Também fazem parte do acervo alguns documentos de paróquias que não pertencem às jurisdições atuais do Arcebispado, mas que foram recebidas pelo Bispo até os sucessivos desmembramentos ocorrerem.

Desta forma, podemos ver que o volume maior de documentação do AHCMPA diz respeito aos séculos XVIII e XIX. Entre a documentação arquivada, sobressai-se a institucional. Isso nos leva a relacionar este esforço arquivístico com um projeto de articulação à sociedade e aos poderes instituídos, os quais Pablo Richard (1982) denomina de "projeto de cristandade".



Este engajamento com a conservação de seus documentos institucionais sempre foi preocupação da Igreja. Uma forma de manter vivo o seu legado e perpetuar para as futuras gerações.

Por fim, a realização desta pesquisa e os resultados aqui apresentados servem como suporte teórico para a solução das demandas institucionais listadas anteriormente. Uma pesquisa com embasamento teórico e que dialoga com conceitos-chave presentes na realidade do AHCMPA, se torna extremamente útil para impulsionar o conhecimento do Arquivo para a comunidade. Sem contar que ao dialogar sobre os Bens Culturais da Igreja Católica e os Arquivos Eclesiásticos, auxilia no *reconhecimento social* do Arquivo e do Prédio que o abriga como um Bem Cultural da Igreja. E ao trabalhar com os atores sociais envolvidos com o AHCMPA, permite *mostrar* à comunidade e a própria instituição sobre a importância, o conhecimento e a preservação do seu Acervo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rogério Ferreira de. **As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de "institucional"**. Caleidoscópio. Revista de Comunicação e Cultura. N.3, 2002. Portugal. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2205/1723>>. Acessado em jan. 2020.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **A República Cristã: Fé, Ordem e Progresso**. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAIA, Artur César (Orgs.). **Progresso e Religião: A República no Brasil e em Portugal 1889 – 1910**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Direito Civil Eclesiástico Brasileiro Antigo e Moderno em suas Relações com o Direito Canônico**. Tomo I, 2ª e 3ª partes. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo, 2004.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ASSOCIAZIONE ARCHIVISTICA ECCLESIASTICA <[www.archivaecclisiae.org](http://www.archivaecclisiae.org)>. Acessado em 18 jun. 2019.

BALEM, João Maria. **A Jurisdição Eclesiástica sobre o Rio Grande do Sul**. Separata do da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – III Trimestre Ano XII. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1932.

BARROS, José D'Assunção. **Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de "história-problema" para a identidade da Escola dos Annales**. História: Debates e Tendências. V. 12, n. 2. UFRRJ: 2012, pág. 305-325.

BARROS, José D'Assunção. **História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço**. Mouseion, v. 3, n.5, jan-jul.2009.

BERND, Zilá; KAYSER, Patrícia (Orgs.). **Dicionário de expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Cibercultura**. 2ª ed. Canoas: Editora LaSalle, 2017.

BERTO, João Paulo. **As especificidades das Bibliotecas e Arquivos eclesiais no Brasil: apontamentos históricos para uma política de gestão integrada**. <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=429>>. Acessado em jun. 2019.

BERTO, João Paulo. **A preservação de Bens Culturais Sacros: os Museus de Arte Sacra e suas especificidades**. Memória e Acervos documentais. O Arquivo

como espaço produtor do conhecimento. VIII Seminário Nacional do Centro de Memória. UNICAMP, Campinas – São Paulo. 2016.

BÍBLIA. N. T. Mateus, 16, 18. Português. Storniolo; Balancin. 1990. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

BLOCH, Marc. **A observação Histórica. Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm). Acessado em ago. 2020.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre**: levantamento documental e análise tipológica para a reestruturação do quadro de arranjo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2006.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. **Edifício da Cúria Metropolitana de Porto Alegre Aspectos Históricos**. Porto Alegre: jul. 2007.

CANDAU, Joel. **O jogo social da memória e da identidade**: transmitir receber. In: \_\_\_\_\_. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CANCLINI, Nestor Garcia. **La sociologia de la cultura de Pierre Bourdieu**. [s.d.]. Disponível em: <http://catedras.fsoc.uba.ar/rubinish/biblioteca/web/acanclini1.html>. Acessado em jun. 2020.

CARTA CIRCULAR. **A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos**, 2 fev. 1997. In: ROSA, Maria Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (Coord.). **Arquivística e Arquivos Religiosos**: contributos para uma reflexão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2000, pág. 281-298.

CARTA CIRCULAR SOBRE O TREINAMENTO CULTURAL E PASTORAL DOS FUTUROS PADRES EM SUAS PRÓXIMAS RESPONSABILIDADES EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E HISTÓRICO DA IGREJA (15 de outubro de 1992). [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/documents/rc\\_com\\_pcchc\\_19921015\\_futuri-presbiteri\\_en.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19921015_futuri-presbiteri_en.html). Acessado em out. 2019.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Bens Culturais e poder simbólico: algumas notas sobre a contribuição de Pierre Bourdieu para o ofício dos Historiadores**. Revista Tempos Históricos, v. 9. Universidade Estadual do Maringá, 2006, pág. 75-116.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS. 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2001.

CHRISTUS DOMINUS (28 de outubro de 1965) <[https://w2.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651028\\_christus-dominus\\_po.html](https://w2.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html)>. Acessado em mar. 2020.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO (1989), pág. 469-494. <[http://www.vatican.va/archive/ENG1104/\\_INDEX.HTM](http://www.vatican.va/archive/ENG1104/_INDEX.HTM)>. Acessado em out. 2019.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo: Loyola, 1983.

COMISSÃO PONTÍFICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA IGREJA <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/documents/rc\\_com\\_pcchc\\_19970202\\_archivi-ecclesiastici\\_en.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19970202_archivi-ecclesiastici_en.html)>. Acessado em out. 2019.

COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA NO BRASIL (CNBB) <<https://www.cnbb.org.br/comissao-para-os-bens-culturais-da-igreja-no-brasil-se-reune-em-brasilia/>>. Acessado em out. 2019.

COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA NO BRASIL (CNBB) – ENTREVISTA DOM ANTÔNIO MUNIZ FERNANDES <<https://www.cnbb.org.br/preservacao-dos-bens-culturais-da-igreja-e-preocupacao-da-cnbb-diz-dom-muniz/>>. Acessado em out. 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) – ESTRUTURA DO REGIONAL SUL 3 <<https://cnbbsul3.org.br/estrutura-do-regional/>>. Acessado em out. 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) – DOCUMENTO-BASE SOBRE ARTE SACRA. Comunicado Mensal, n. 227, Brasília, 1971.

CONSTITUIÇÕES APOSTÓLICAS DE JOÃO PAULO II (art. 99-104). <[http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/en/apost\\_constitutions/documents/hf\\_jp-ii\\_apc\\_19880628\\_pastor-bonus-roman-curia.html](http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/en/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus-roman-curia.html)>. Acessado em out. 2019.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Memória e formalização social do passado nas organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n.6, pág.1762-1780, nov./dez. 2011.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 165 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – ARQUIVO HISTÓRICO <[www.arquidiocesepoa.org.br/arquivo-historico](http://www.arquidiocesepoa.org.br/arquivo-historico)>. Acessado em jun. 2019.

DALE, Frei Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Edições Paulinas, 1973.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DICIONÁRIO CULTURAL DE HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA <<http://www.encyclopedicohistcultiglesiaal.org>>. Acessado em jun. 2019.

DICIONÁRIO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo: Loyola, 1993.

DICIONÁRIO ONLINE MICHAELIS <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acessado em mai. 2020.

DURAND, José Carlos Garcia. **Profissionalizar a administração da cultura**. São Paulo: RAE, v.36, n. 2, p. 6-11. Disponível em: [http://www.cdp.ufpr.br/ucap/anexos/organizacao\\_de\\_eventos/parte01/textos\\_gestao\\_cultural/profissionalizar\\_a\\_adm\\_da\\_cultura.pdf](http://www.cdp.ufpr.br/ucap/anexos/organizacao_de_eventos/parte01/textos_gestao_cultural/profissionalizar_a_adm_da_cultura.pdf). Acessado em nov. 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, Maria. Odila. Kahl. **Informação, arquivos e instituições arquivística**. Arquivo & Administração, v. 1, n. 1, pág. 33-44, 1997. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/3793>>. Acessado em jul. 2019.

FONSECA, M.C. L. **Referências culturais: base para novas políticas de Patrimônio**. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial: o registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. 2 ed. Brasília, 2003.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, pág. 20-29, 1995. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/12736/pesquisa-qualitativa--tipos-fundamentais>>. Acessado em abr. 2020.

GONDAR, Jô. **Memória Individual, memória coletiva, memória social**. Morpheus. Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Rio de Janeiro, n. 13, pág.1-5, 2008.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Citações realizadas a partir de resumos e anotações feitas durante a disciplina de Memória Social do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais em 2018.

HASEMAN, Brad. Manifesto pela Pesquisa Performativa. **Resumos do Seminário de Pesquisas em Andamento PPGAC/USP**, v. 3 n. 1, pág. 41-53, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) – BENS MATERIAIS <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acessado em out. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) – BENS IMATERIAIS <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acessado em out. 2019.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4a ed., Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LEON, Adriana Duarte. **O jornal Estrella do Sul como uma estratégia de intervenção no debate educacional na primeira metade de 1930. Pelotas**: Instituto Federal Sul-riograndense, 2017.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Editora Giro, 1977.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916 -1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARCHI, Adriano; BORGES, Maria de Lourdes. **Memória, cultura e aprendizagem organizacional: mudar para que?**. In: BORGES, Maria de Lourdes; TELLES, Telmo (Org.). **Memória e Gestão Cultural: aspectos conceituais, competências e casos práticos**. 1ed. Canoas: Unilasalle, 2017, v. 1, pág. 123-144.

MARCHISANO, Francesco. El Archivo, el Archivero y la Archivística Eclesiástica. In: ROSA, Maria Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (Coord.). **Arquivística e Arquivos Religiosos: contributos para uma reflexão**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2000, pág. 99-113.

MOTU PROPRIO PULCHRITUDINIS FIDEI DO PAPA BENTO XVI. <[https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/la/motu\\_proprio/documents/hf\\_ben-xvi\\_motu-proprio\\_20120730\\_pulchritudinis-fidei.html](https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/la/motu_proprio/documents/hf_ben-xvi_motu-proprio_20120730_pulchritudinis-fidei.html)>. Acessado em out. 2019.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; DIAS, Eduardo José Wense. **A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos**. Universidade Federal de Minas Gerais. Revista Perspectivas em Ciência da Informação, v. 13, n. 3, pág. 2-19, set./dez. 2008.

NEIS, Ruben. **Porto dos Casais: criação da freguesia – fundação de Porto Alegre**. Discurso de posse ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 25 de maio de 1972.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História, São Paulo: n. 10, pág. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>.

PALMA, Virgílica Edi Gularte dos Santos Fidelis de; **A organização da justiça na vila do Rio Grande:** enfoque sobre a atividade judiciária e religiosa. Artigo vencedor do Concurso de Artigos Acadêmicos promovido pelo Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul (TJ/RS). Publicado no Diário da Justiça Eletrônico, nº 3.890 de 21 de junho de 2008. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/18335821.pdf>>. Acessado em out. 2019.

PERARO, Maria Adenir; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. Mato Grosso: Edufmt, 2002.

PEREIRA, Luis Miguel. **No centenário do nascimento de Paul Ricoeur:** a memória como espaço de experiência e horizonte de espera. Revista Diacrítica. V.7, n. 2, 2016.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pág. 200-212, out. 1992.

POPPER, Karl Raimund. **A Lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1972.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura:** teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 2003. Número de chamada 658.8:008 R375m (BC).

RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja.** Análise histórica e interpretação teológica da Igreja na América Latina. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

RIKOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2008.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626-1822).** V. I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889).** V. II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e Meirinhos:** a administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Arquivo Nacional, 1985.

SALVADOR, Carlos Corral; EMBIL, José Maria Urteaga. **Dicionário de Direito Canônico.** São Paulo: Edições Loyola, 1989.

SANTA SÉ. **Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja.** “Carta Circular sobre Inventário dos Bens Culturais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica: Algumas Orientações Práticas”. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/documents/rc\\_com\\_pcchc\\_20060915\\_inventariazione\\_it.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20060915_inventariazione_it.html)>. Acessado em ago. 2020.

SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.); INNARELLI, Humberto Celeste; SOUZA, Renato Tarciso Barbosa. **Arquivística temas contemporâneos**: classificação, preservação digital e gestão do conhecimento. 2ª ed. Distrito Federal: Editora SENAC, 2008.

SASTRE SANTOS, Eutimio. **Manual de Archivos**: el sistema archivístico diocesano – archivos de la curia y archivos parroquiales. Madrid: ANABAD, 1999.

SCOTT, Richard. **Institutions and organizations**, ed. Sage, 1995.

SCHEFFER, Jamily Veit. **Estrella do Sul**: família e eleições na conjuntura da Constituinte de 1934. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade LaSalle. Canoas, 2017.

SEMINÁRIO DE BENS CULTURAIS DA IGREJA <<https://unisal.br/eventos/seminario-de-bens-culturais-da-igreja/>>. Acessado em out. 2019.

TELLES, Telmo; KARAWEJCZYK, Tamara Cecilia; BORGES, Maria de Lourdes. **Memória organizacional**: construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. ENEO, 2014.

THROSBY, David. **Economía y Cultura**. Madrid: Cambridge University Press, 2001, pág. 33-56.

VILLA BOAS, Rosa. **Gestão Cultural**. In: RUBIN, Linda. **Organização e produção da cultura**. Salvador: Edufba, 2006, pág. 99-116.



## GLOSSÁRIO

**Arcebispo:** território sob a jurisdição de um arcebispo; também, local de moradia do arcebispo.

**Arcebispo:** bispo de uma diocese ou província eclesiástica, sendo chamado, nesse caso, de metropolitano.

**Arquidiocese:** diocese cujo líder é o arcebispo, chamado metropolitano quando se trata de uma província eclesiástica.

**Bispo:** do grego *épiskopos*. Sacerdote que recebeu a plenitude do sacramento da ordem e, portanto, é um sucessor dos apóstolos; faz parte do colégio episcopal. É o centro da unidade da igreja local. No cumprimento de suas funções, é seu dever visitar anualmente a diocese total ou parcialmente. Para tal, pode delegar o vigário geral, se estiver impedido. A cada cinco anos deve apresentar um relatório ao Sumo Pontífice. Aos 75 anos de idade deve renunciar. Como titular, pode solicitar bispos coadjutores e auxiliares. B. auxiliar: ajuda no governo e ministério pastoral da diocese ou arquidiocese. Não tem direito à sucessão. B. coadjutor: ajuda no governo, quando o B. está impedido por doença ou idade; tem direito à sucessão. B. emérito: concluiu o seu mandato após completar 75 anos de idade.

**Cânnon:** do latim *canon*, norma. São os textos disciplinares e de autoridade eclesiástica.

**Capela:** igreja local de culto onde há altar. Pode ser no interior de uma grande igreja, numa escola, convento, penitenciária, cemitério, etc.

**Catedral:** igreja matriz da diocese, havendo, portanto, o bispo que preside os sacramentos e a evangelização.

**Clero diocesano ou secular:** sacerdote que recebeu o sacramento da ordem e está ligado a uma diocese.

**Clero regular ou religioso:** sacerdote, cuja profissão de fé se liga a uma ordem religiosa, segundo as normas de cada uma.

**Cúria:** órgãos e pessoas que colaboram com o bispo. Na Roma Antiga, a cúria era uma fração da tribo. Cada tribo dividia-se em dez cúrias. Cada cúria era presidida por um sacerdote – *curião* – e todas as tribos eram subordinadas a um único sacerdote – *grão-curião*. Também se designou chamar cúria os edifícios aonde de reuniam as assembleias, quer civis, quer religiosas, e especialmente ao lugar das reuniões do senado.

**Diácono:** aquele que recebeu o primeiro grau do sacramento da ordem. Existe aqueles que vão receber o segundo grau e será sacerdote e o diácono permanente, que pode ser casado.

**Diocese:** termo moderno para indicar o território de uma igreja particular, junto com a paróquia e outras instituições eclesásticas, sob a autoridade do bispo. A diocese recebe o nome da cidade onde reside o bispo.

**Direito Canônico:** legislação que regula a vida da Igreja. O primeiro Código é de 1917 – o Código pio-benedictino; o segundo, é o atual, promulgado pelo papa João Paulo II em 1983.

**Leigo:** todos os batizados. Tem sido usado para contrapor-se ao de clérigo, indicando que a pessoa não recebeu o sacramento da ordem.

**Metropolitano:** arcebispo que lidera uma província eclesástica, da qual fazem parte outras dioceses, sufragâneas deste, conforme o direito canônico. A sede arcebispal é denominada arquidiocese metropolitana.

**Mitra:** nome jurídico da cúria.

**Pároco:** pastor da paróquia; exerce o cuidado pastoral, sob a autoridade do bispo diocesano.

**Paróquia:** determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano.

**Pastoral:** adjetivo do trabalho do pastor, cuja função é a de dirigir e ensinar a todos os filhos da Igreja a levarem uma vida cristã plena e consciente.

**Presbítero:** quem recebeu o 2º grau da ordem sagrada; na comunidade cristã, preside a celebração eucarística, aplica o sacramento da confissão, anuncia a palavra de Deus, estimula e guia a prática da caridade.

**Província Eclesiástica:** agrupação de dioceses vizinhas, sendo a autoridade exercida pelo Concílio Provincial e o metropolitano. Sua função de é caráter pastoral.

**Vigário Forâneo:** Deão. Responsável por um grupo de paróquias, dentro da Diocese; compete-lhe zelar pela aplicação das normas eclesiais e presidir as reuniões da Forania.

**Vigário Geral:** Delegado nomeado pelo Bispo diocesano para ajudá-lo a governar a Diocese. Tem o título de Monsenhor.

**Vigário Paroquial:** do latim *vices*, que faz as vezes de; auxilia o pároco.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário respondido pelo Arcebispo de Porto Alegre Dom Jaime Spengler



Universidade LaSalle - Unilasalle  
Programa de Pós-graduação em Memória Social e  
Bens Culturais  
Linha: Memória, Identidade e Cultura  
Orientador: Prof. Dr. Artur Cesar Isaia  
Aluna: Jamily Veit Scheffer – 201560008

Entrevistado: Dom Jaime Spengler

Cargo: Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre

Respondido em: 19/06/2020

**1- Como o senhor enxerga a importância para a Arquidiocese de Porto Alegre na manutenção de um Arquivo documental com as características do AHCMPA?**

O ARQUIVO DOCUMENTAL conservado pela Arquidiocese custodia a história e a memória da instituição. Custodia também dados que dizem respeito à vida da sociedade. Um povo ou uma instituição que não preserva ou promove sua história e memória, não possui identidade.

**2- Que metas e realizações futuras o senhor traça para o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre?**

Precisamos encontrar meios para conservar todo o acervo do Arquivo Histórico. Precisamos investir em estruturas, técnicas de conservação e ampliação do número de pessoas que atuam no Arquivo. Existe procura pelos dados conservados. Diariamente acontecem visitas de pessoas, estudiosas ou não, que buscam dados junto ao Arquivo. Isto diz da importância e riqueza do Arquivo. Somente a área com os dados do batistério, conserva a história das imigrações, ou seja, dados dos habitantes ou pessoas que foram chegando para ocupar o território, desde 1734.

### **3- Que relações o senhor vislumbra entre o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e suas opções pastorais?**

O Arquivo foi se constituindo à causa da atuação da Igreja de Porto Alegre ao longo dos séculos. Existe, pois, uma relação estreita entre a atuação pastoral da Igreja e o acervo conservado.

Os dados que vão constituindo o acervo do Arquivo são expressão das orientações, opções e decisões pastorais. Compreende-se assim que o Arquivo é algo vivo: ele conserva dados e acolhe dados!

### **4- Qual a importância que o senhor vê na conservação dos edifícios históricos da Cúria Metropolitana, bem como no seu arquivo histórico (possibilidade de criação de um Museu de Arte Sacra, por exemplo?)**

Os edifícios que compõem a Cúria Metropolitana são patrimônio da comunidade. São o sinal de vida de uma comunidade de fé viva! Inaugurados em 1865, continuam sendo expressão concreta da presença e atuação da Igreja na região metropolitana de Porto Alegre. Eles estão em processo de restauração. É um trabalho moroso, delicado e caro. Construídos numa outra época, exigem atenção para aquilo que os caracteriza em linhas arquitetônicas e material utilizado.

Como os edifícios foram tombados pelo Patrimônio Histórico, o processo de restauro precisa ser desenvolvido em sintonia com os órgãos públicos responsáveis. Por vezes, a burocracia pode retardar o processo! Há também o desafio da captação de recursos para levar adiante o processo de restauro. Devido à crise que vive a economia brasileira, com consequências preocupantes para a vida de nosso povo, pode-se perceber o desafio que representa o trabalho de captação de recursos nessa fase de nossa história.

Nossa intenção é poder levar a termo o trabalho de restauro iniciado e proporcionar à sociedade oportunidades para conhecer esse patrimônio e ao mesmo tempo, oferecer espaço para compartilhar o acervo artístico conservado pela Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre.

APÊNDICE B – Questionário respondido pela responsável pelo AHCMPA Vanessa Gomes de Campos



Universidade LaSalle - Unilasalle  
Programa de Pós-graduação em Memória Social e  
Bens Culturais  
Linha: Memória, Identidade e Cultura  
Orientador: Prof. Dr. Artur Cesar Isaia  
Aluna: Jamily Veit Scheffer – 201560008

---

Entrevistada: Vanessa Gomes de Campos  
Formação: Historiadora e Arquivista  
Cargo: Responsável pelo Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre  
Respondido em: 30/07/2020

**1- Como foi a sua inserção profissional no AHCMPA?**

Iniciei no Arquivo em 1995 como estagiária do curso de História. Na ocasião, os gestores estavam preocupados com o setor, pois o padre responsável praticamente não atendia aos usuários e as reclamações eram muitas.

Felizmente, Pe. Ruben Neis foi bastante receptivo e começou a me ensinar o que deveria ser feito: as buscas de documentos e expedição de certidões. O tempo passou e quando me graduei na licenciatura fui contratada como funcionária.

Anos depois também me graduei em Arquivologia por considerar necessário o aperfeiçoamento técnico mais compatível para tratar o acervo.

**2- Em que situação a senhora encontrou o AHCMPA?**

O Arquivo havia parado no tempo. A disposição dos materiais, do mobiliário, os “instrumentos de pesquisa” (fichários) foram desenvolvidos a partir da década de 1950. Uma reforma do espaço em 1970 consagrou o espaço que encontrei em 1995. Desde o final dos anos 70, Pe. Ruben Neis (falecido em 2003) se dividia entre pesquisas históricas para suas publicações e atendimento ao público. Ele sabia a importância do acervo, defendia-o diante seus superiores, mas o tratava como algo particular.

Quando entrei no Arquivo, muita documentação estava fora das prateleiras, pilhas e pilhas de pastas acumulavam documentos que ele separava para suas pesquisas. Aos poucos fui entendendo a sistemática que ele aplicava aos materiais, assim como percebia que seria necessário avançar, utilizar técnicas objetivas para tratar a organização (Pe. Neis sabia sempre o livro certo, a cor da capa do livro, inclusive a folha onde determinadas informações estavam).

**3- Seria possível a senhora explicar simplificadamente como é a organização do acervo documental da AHCMPA, a partir de que racionalidade ele foi organizado?**

Antes de ingressar no curso de graduação em Arquivologia, comecei a ler alguns livros por indicação de colegas de outras instituições arquivísticas. Com isso, entendi que seria importante dedicar-me efetivamente aos métodos e técnicas específicos da disciplina para tratamento do acervo.

Ao longo do curso, desenvolvi muitos trabalhos, aplicando as teorias no acervo do AHCMPA, classificado pela arquivística como arquivo especializado.

Na época, não havia publicações no Brasil que tratassem de arquivos eclesiásticos. Apenas um artigo que me foi dado pelo Mons. Nassif (do interior de SP) e uma dissertação que encontrei, referente a algum Bispo do nordeste do Brasil, o qual não lembro. Comecei a pesquisar a temática e encontrei um livro chamado “Manual de archivos el sistema archivístico diocesano – archivos de la curia y archivos parroquiales eclesiásticos, de SASTRE SANTOS, publicado em Madri (1999). A partir dessa publicação, elaborei, junto com um padre que na época foi designado a aprender o que havia no Arquivo, um quadro de arranjo baseado nos três múnus (funções) da Igreja: santificar, ensinar e governar.

Essa elaboração mais complexa eu desenvolvi como trabalho de conclusão do curso de Arquivologia, cuja ambição era tratar toda a documentação do acervo. Entretanto, devido à falta total que havia de uma organização dos documentos administrativos (ou seja, os livros e processos que não eram os de registros vitais – batismos, casamentos e óbitos), percebi que a tarefa seria muito mais árdua.

Sendo assim, para aquele momento do TCC, organizei a documentação do período anterior à criação do Bispo (1848). Classifiquei de FUNDO COMARCAS ECLESIÁSTICAS/VIGARARIA GERAL e ficou determinado ser um “fundo fechado”,



pois, a partir da criação do Bispado, houve um status jurídico do território, que passou a ter o seu próprio Bispo.

Além da classificação do fundo e organização interna, realizei também um grande exercício de identificar a função de cada códice para conseguir determinar o lugar que ocupava no arranjo. Para tanto, vali-me da diplomática, realizando a análise tipológica.

Após essa etapa, segui com a classificação do restante da documentação, criando os demais fundos, que são:

FUNDO BISPADO/ARCEBISPADO – o fundo se subdivide em três seções, que refletem as funções da Igreja.

FUNDO PARÓQUIAS – cada paróquia é um SUBFUNDO, por ficar determinado que cada uma delas tem todos os requisitos para a abertura de um fundo. Assim como os outros fundos, a documentação é classificada internamente a partir dos 3 múnus.

**4- Em que estágio encontra-se o trabalho de digitalização da documentação do AHCMPA?**

Está digitalizado o acervo referente aos batismos, casamentos e óbitos. Na década de 1980 a igreja mórmon microfilmou a documentação e em 2010 esses microfilmes foram digitalizados e disponibilizados no site Family Search, vinculado à mesma igreja.

De qualquer modo, a digitalização do acervo deve ser pensada, mas dentro de um contexto mais amplo de planejamento institucional.

**5- Que propostas a senhora tem pensando-se no futuro do AHCMPA?**

Em primeiro lugar, uma equipe de trabalho. Tenho muitos projetos de difusão do acervo (tanto a nível da importância jurídica, quanto cultural) que só poderiam ser levados adiante com uma equipe.

**6- Ainda relacionado com a questão anterior, como a senhora vê a relação entre o AHCMPA e a conservação de um conjunto artístico-patrimonial maior, formado pelos edifícios, objetos litúrgicos e obras de arte?**

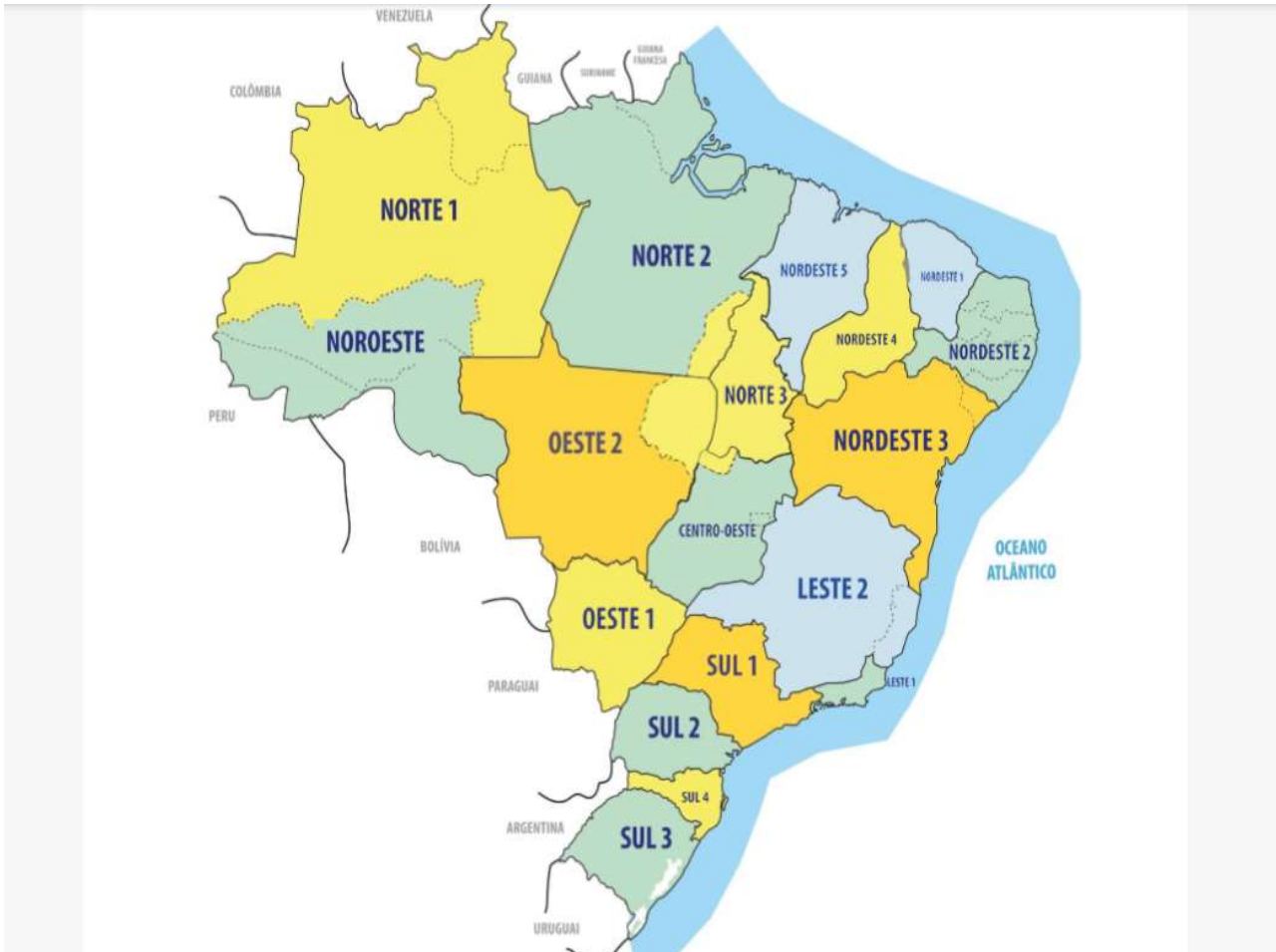
Eu e a museóloga da Cúria (Caroline Zuchetti) temos pensado (e executado algumas) ações que dizem respeito aos BENS CULTURAIS DA IGREJA. Creio que

a mudança de paradigma é necessária para que se crie um diálogo com a própria instituição e também com a sociedade civil.

É importante que se compreenda que tudo está interligado, se relaciona e é orgânico. A partir dessa concepção – algo que eu e a museóloga temos pretendido – muitos avanços serão possíveis.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – Mapa do Brasil com as Regionais da CNBB



Fonte: Site da CNBB <<https://www.cnbb.org.br/regionais/>> Acessado em: 24 de mai. 2020

## ANEXO B – Guia do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

Produto Técnico do Mestrado Profissional  
em Memória Social e Bens Culturais

Jamily Veit Scheffer

Orientador: Prof. Dr. Artur César Isaia

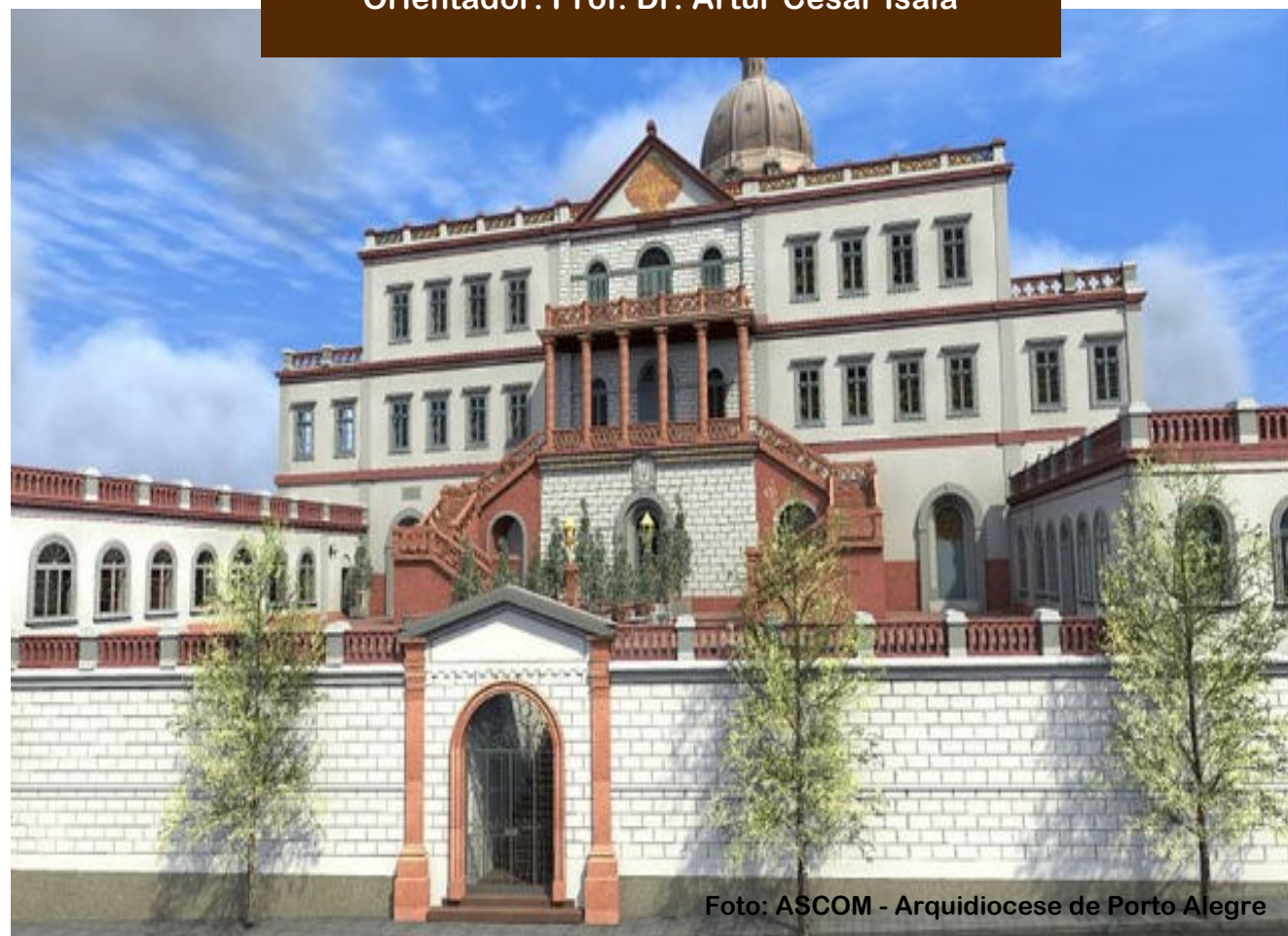


Foto: ASCOM - Arquidiocese de Porto Alegre



*Arquivo Histórico  
Cúria Metropolitana  
de Porto Alegre*



Foto: Fernando Berghann

Guia

# Sumário

**04**

Apresentação

**06**

Histórico da Instituição

**10**

Mapa com a localização dos Fundos

**12**

Descrição Fundo Comarcas/Vigararia

**16**

Descrição Fundo Cúria (Bispado/Arcebispado)

**24**

Descrição Fundo Paróquias

**30**

Referências

## O Arquivo

**Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana  
de Porto Alegre (AHCMPA)  
Arquidiocese de Porto Alegre  
CNBB - Regional Sul 3 - Porto Alegre - Brasil**

## Endereço

Rua Espírito Santo, 95 - Bairro Centro Histórico - Porto Alegre  
Telefone: Cúria (51) 3228.6199 - E-mail: [arquivo@arquipoa.com](mailto:arquivo@arquipoa.com)

## Horário de funcionamento

Segundas-feiras das 8h às 12h e das 13h às 17h30;  
Terças e Quartas-feiras das 8h às 12h;  
Não há expediente nas Quintas e Sextas-feiras.

## Corpo funcional do AHCMPA

**Chanceler (Cúria Metropolitana):**

Pe. Ademar Agostinho Sauthier

**Arquivista e Historiógrafa:**

Vanessa Gomes de Campos

## Organização do Guia Informativo sobre AHCMPA

Mestranda: Jamily Veit Scheffer

Orientador: Prof. Dr. Artur César Isaia

Universidade LaSalle

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais

# Apresentação

É com muita alegria que apresento o Guia do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Ele é o resultado de um trabalho que vem sendo realizado desde 2018 no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle. Este produto é pré-requisito juntamente com a dissertação para a obtenção do título de Mestra em Memória Social e Bens Culturais.

Toda a produção e ação humana deve ser considerada passível de estudo e reflexão. Independente das ferramentas e mecanismos utilizados para esta produção ou ação nascerem. E para que estas produções possam ser analisadas e refletidas, as mesmas devem ser guardadas e preservadas adequadamente, a fim de servirem como registros de sua existência e identidade. A conscientização da importância destes espaços que salvaguardam nossa história e nos ajudam a compreender nossa identidade deve ser algo disseminado diariamente entre nós. Esta deve ser considerada uma tarefa de cunho social, que vise uma maior utilização e participação nestes espaços, acompanhando suas ações e contribuindo para a sua manutenção.

O objetivo deste Guia Informativo é a socialização de informações a respeito do acervo do AHCMPA e do prédio que o abriga com a comunidade, academia e demais profissionais interessados. Atendendo a demandas sociais e institucionais com o intuito de agregar e aperfeiçoar o trabalho já realizado no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Contribuindo para a preservação documental e a valorização do patrimônio histórico e cultural do Estado.

Neste Guia o leitor(a) irá encontrar uma breve narrativa histórica sobre o Arquivo e o prédio que o abriga; um mapa com a localização dos Fundos do acervo e a descrição de cada Fundo que compõem o acervo do AHCMPA.

Boa leitura!

Jamily Veit Scheffer

Outubro de 2020

“[...] as memórias dos indivíduos nunca são exclusivamente suas, pois nenhuma lembrança pode existir fora de um contexto social, “nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto não nos tornamos um ser social”  
*A Memória Coletiva – Maurice Halbwachs*

“O arquivo é um armazenador coletivo de conhecimentos que desempenha diversas funções. Nesse funcionamento, três características desempenham papéis fundamentais, como acontece com qualquer armazenador: conservação, seleção e acessibilidade”  
*Espaços da recordação – Aleida Assmann*

Foto: ASCOM - Arquidiocese de Porto Alegre



## HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Em 1847 iniciaram-se os procedimentos para a criação do Bispado no território do Rio Grande do Sul. Em 07 de maio de 1848 o Papa Pio IX criou a Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas somente em 03 de julho de 1853, com o primeiro Bispo, a mesma foi instalada oficialmente. Nesse momento, portanto, é fundado o *Arquivo Histórico do Bispado* (CAMPOS, 2006).

Com a criação do Bispado, a administração eclesiástica tem seu máximo representante no próprio território. Sucederam-se, até a atualidade, os seguintes governos: D. Feliciano José Rodrigues Prates (1851-1858), D. Sebastião Dias Laranjeiras (1860-1888), D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1890-1912), D. João Becker (1912-1946), D. Alfredo Vicente Scherer (1946-1981), D. João Cláudio Colling (1981-1991), D. Altamiro Rossatto (1991-2000), D. Dadeus Grings (2001 a 2013) e o atual D. Jaime Spengler.



Bula Praedecessorum Nostrorum - criação da Arquidiocese de Porto Alegre. Fonte: AHCMPA

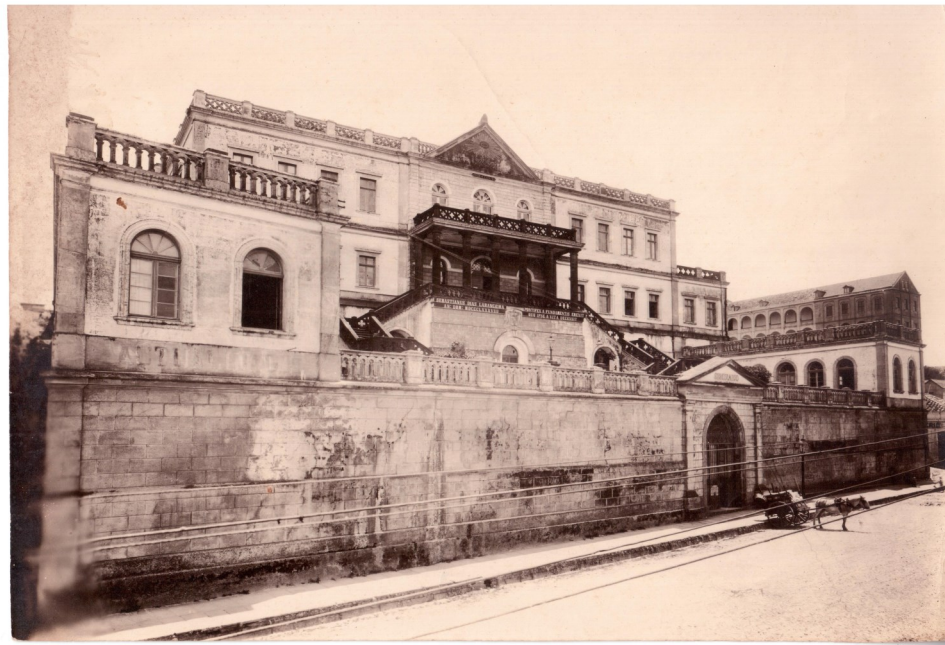


Reprodução da Litogravura de J. Brüggmann - ASCOM Arquidiocese de Porto Alegre

Em 1910, o Bispado de São Pedro foi dividido em quatro, passando Porto Alegre, a sede, a Arcebispado, e criando-se mais três Bispados, localizados em Pelotas, Uruguaiiana e Santa Maria. Ao longo do século XX, foram-se dando outras subdivisões, à medida em que a população crescia e o pastoreio espiritual necessitava de novos pastores.

O primeiro Bispo, respondendo às normativas canônicas, criou o Seminário São Feliciano (em 1853) que teve sede própria apenas com o seu sucessor, D. Sebastião (renomeado para Seminário Nossa Senhora Madre de Deus e inaugurado em 1888). Trata-se do atual edifício da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, onde se localiza a administração do Arcebispado, assim como o Arquivo Histórico da instituição (CAMPOS, 2006).

No AHCMPA conservam-se documentos da antiga comarca de Porto Alegre, da Vigararia Geral e dos primeiros Bispos do Rio Grande do Sul. Também fazem parte do acervo alguns documentos de paróquias que não pertencem às jurisdições atuais do Arcebispado, mas que foram recebidas pelo Bispo até os sucessivos desmembramentos ocorrerem (CAMPOS, 2006).



Prédio da Cúria Metropolitana em 1927. Fonte: ASCOM



Inauguração do busto de Dom Sebastião Dias Laranjeira no pátio central com alunos do Pão dos Pobres em agosto de 1931. Fonte: AHCMPA

A Cúria Metropolitana é a sede administrativa da Arquidiocese de Porto Alegre, criada em 15 de agosto de 1910. Atualmente o prédio da Cúria Metropolitana abriga a residência Episcopal, o Vigário geral, a Chancelaria, o Arcebispado, o Arquivo Histórico, o Batistério, a Tutela de menores, a ASCOM e o Tribunal eclesiástico.

O prédio da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, foi tombado pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) em 31 de março de 2009. E está sob processo de restauro deste 2012.



Foto: Vanessa Gomes de Campos

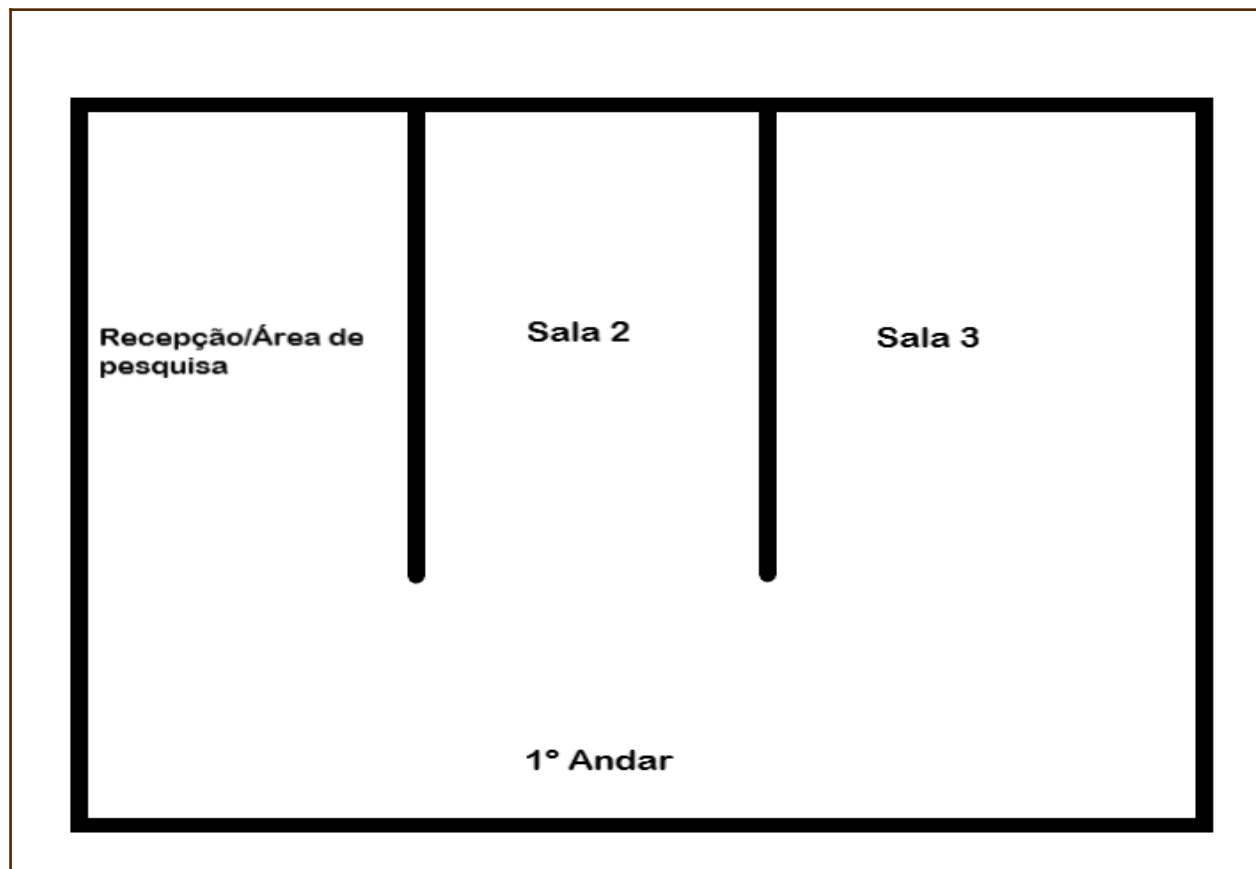
## 1º Andar

### Recepção e espaço para pesquisas.

**Sala 2** - Documentação do Fundo Paróquias. Livros de registro de casamento, batismo e óbito. Organizados em ordem alfabética (Nome da Paróquia, letra inicial\* do sacramento, volume e período cronológico).

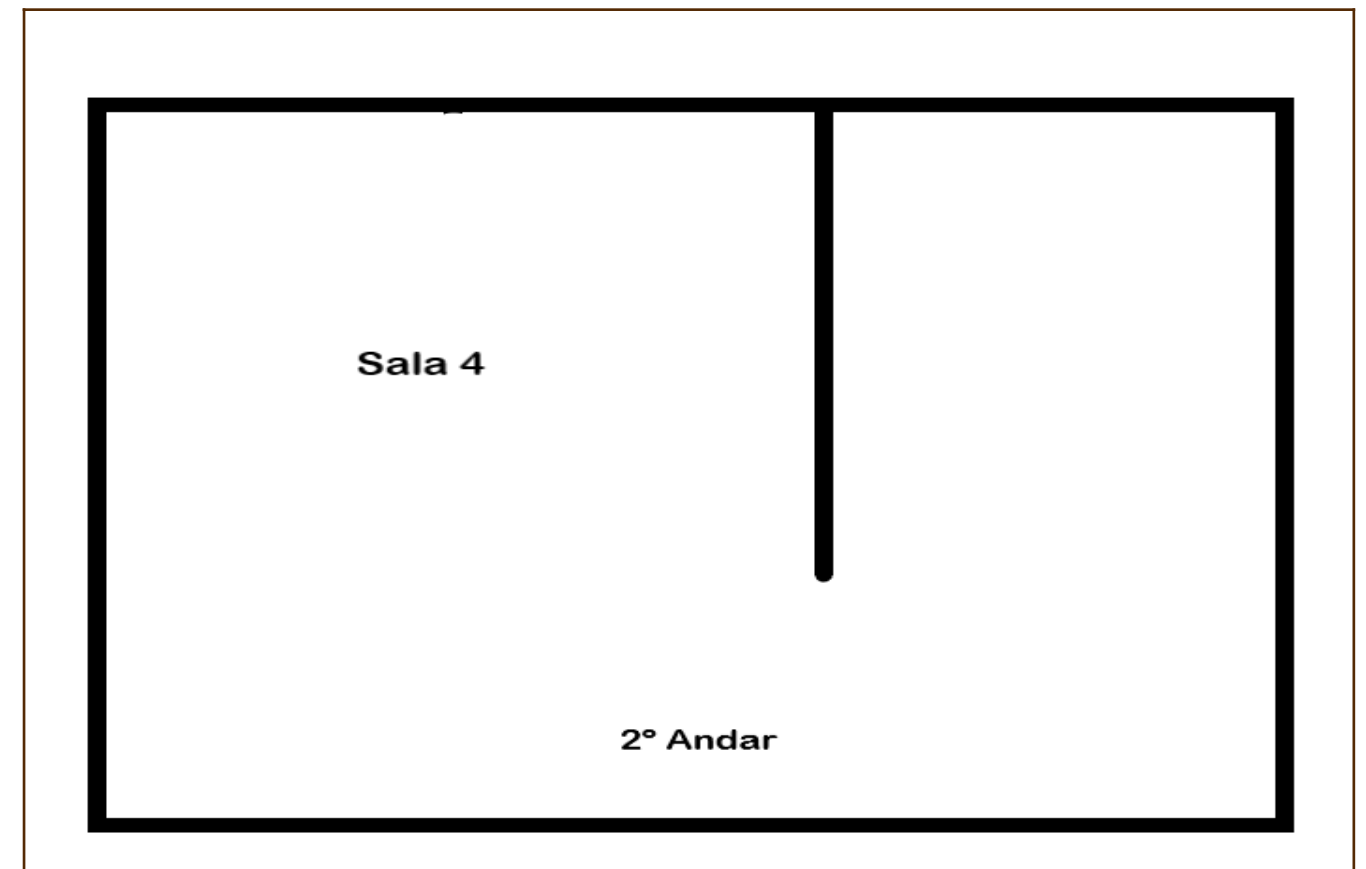
\* A letra inicial corresponde ao tipo de sacramento em questão, sendo B= batismo; C= casamento e O=óbito.

**Sala 3** - Documentação do Fundo Cúria (Bispado/Arcebispado) e Fundo Comarcas/Vigarraria. Jornais, livros, enciclopédias e diversas caixas para organização. Documentos de Dom Alfredo Vicente Scherer e demais bispos.



## 2º Andar

**Sala 4** - Fundo Cúria (Bispado/Arcebispado) - Processos da justiça eclesiástica, justificação de batismos e habilitações. Organizado em caixas de forma numérica onde a documentação é separada e conservada. Possui também documentos referente aos Seminários e plantas baixas da Catedral Madre de Deus e dos Seminários diocesanos.



## FUNDO COMARCAS/ VIGARARIA

Fundo Fechado

**Descrição geral:** Fundo destinado a documentação referente ao período anterior à criação do Bispado no Rio Grande do Sul. Trata-se da documentação produzida/recebida pelos Vigários da Vara e pelos Vigários Gerais. É um Fundo que possui documentação variada e com séries incompletas, sendo que alguns documentos não cumprem a ordem cronológica (1853 - instalação do Bispado) pois são documentos que cumprem determinadas funções.

**Data:** 1747 a 1848.



Documentos armazenados em pastas individuais. Fonte: AHCMPA

### 1. Área de identificação

#### 1.1 Código de referência:

**1.2 Título:** Comarcas/Vigararia

**1.3 Data(s):** 1747 a 1848

**1.4 Nível de descrição:** Fundo (1)

### 2. Área de Contextualização

**2.1 Nome(s) do(s) produtor(es):** Comarca Eclesiástica de Porto Alegre e Vigararia Geral (Vigários da Vara e Vigários Gerais)

**2.2 História administrativa:** Fundo destinado a documentação referente ao período anterior à criação do Bispado no Rio Grande do Sul. Trata-se da documentação produzida/recebida pelos Vigários da Vara e pelos Vigários Gerais.

**2.3 História arquivística:** É um Fundo que possui documentação variada e com séries incompletas, sendo que alguns documentos não cumprem a ordem cronológica (1853 - instalação do Bispado) pois são documentos que cumprem determinadas funções. Cada Fundo está subdividido em Seções que reflitam as funções atribuídas ao órgão produtor. Essas Seções, por sua vez, são subdivididas em Subseções, de acordo com as atividades.

**2.4 Procedência:** Cúria Metropolitana de Porto Alegre

### 3 Área de conteúdo e estrutura

#### 3.1 Âmbito e conteúdo

Vara Jurídica

##### **Ensinar (Munus docendi)**

(VER SUBSÉRIE REGISTROS DIVERSOS – IIIR/C2 E IIIR/C3)

##### **Santificar (Munus Santificandi)**

IIC Clero  
IIC/D Dossiês

##### **Governar (Munus regendi)**

IIIR Reger  
IIIR/C Chancelaria  
IIIR/C1 Protocolo Registros Diversos (1810-1850) – Sentenças/provisões casamento; solto; batismo; receber matrimônio.  
IIIR/C2 Registros Diversos – Editais; faculdades; regimentos; requerimentos; limite paroquial (Pastorais – inclusive D. Feliz - e Ordinais/Portarias).  
Rol Provisão – Cargos eclesiásticos; juramento; escrivão; prov. Párcos; Irmandades/Fábricas; oratório portátil; precatório; provisão oratórios (futuras matrizes); carta pastoral. Diocese 1853.  
IIIR/C3 Registros Diversos – (1782-1818) (1818-1853) muitos prov. Freguesias.  
IIIR/C4 Testamento – 6 livros.  
IIIR/C5 Testamentos e Róis de Confessados  
IIIR/C6 Termos e Juramentos dos Vigários de Vara

##### IIIJ Justiça

IIIJ/C Chancelaria  
IIIJ/C1 Protocolo das Audiências do Juízo  
IIIJ/C2 Protocolo das Distribuições dos Autos  
IIIJ/C3 Inventário do Cartório do Contencioso

IIIJ/PC Processos Contenciosos

IIIJ/HM Habilitações Matrimoniais

##### IIIF Finanças

IIIF/RP Diário da Receita dos Proveitos  
IIIF/DP Diário da Despesa dos Proveitos  
IIIF/TC Termos de Cauções



Foto: ASCOM - Arquidiocese de Porto Alegre



Foto: ASCOM - Arquidiocese de Porto Alegre

**3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade:** a documentação recolhida foi mantida no seu todo.

**3.3 Incorporações:** Não são previstas.

**3.4 Sistema de arranjo:** A ordenação é cronológica por tipologia.

#### 4. Área de condições de acesso e uso

**4.1 Condições de acesso:** Existem restrições de acesso.

**4.2 Condições de reprodução:** A única forma de reprodução permitida é a fotografia, sem o uso do flash.

**4.3 Idioma:** Português

**4.4 Características físicas e requisitos técnicos:** Alguns documentos, pela caligrafia, tinta ou pela ação do tempo o suporte se fragilizou e a leitura tornou-se difícil.

## FUNDO CÚRIA(BISPADO/ ARCEBISPADO)

Fundo Fechado

**Descrição geral:** Fundo que reúne a documentação a partir da criação do Bispado, alterando o *status* jurídico. Trata-se da documentação administrativa produzida/recebida pelo Bispo/Arcebispo.

**Data:** 1848 aos dias atuais.



Bula Praedecessorum Nostrorum - criação da Arquidiocese de Porto Alegre. Fonte: AHCMPA

### 1. Área de identificação

**1.1 Código de referência:**

**1.2 Título:** Cúria (Bispado/Arcebisado)

**1.3 Data(s):** 1848 aos dias atuais.

**1.4 Nível de descrição:** Fundo (2)

### 2. Área de Contextualização

**2.1 Nome(s) do(s) produtor(es):** Bispado e Arcebisado

**2.2 História administrativa:** Fundo que reúne a documentação a partir da criação do Bispado, alterando o *status* jurídico. Trata-se da documentação administrativa produzida/recebida pelo Bispo/Arcebispo.

**2.3 História arquivística:** destaca-se a documentação referente às decisões tomadas sobre a organização eclesiástica no território; os processos matrimoniais dos séculos XVIII e XIX de Porto Alegre e áreas adjacentes; a orientação pastoral, entre outros.

**2.4 Procedência:** Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

### 3 Área de conteúdo e estrutura

#### 3.1 Âmbito e conteúdo

##### Ensinar (Munus docendi)

I-1 Capítulos de Visita (1859-1875/1915)

I-2 Cartas Pastorais

I-2.1 Dom Feliciano José Rodrigues Prates

I-2.2 Dom Sebastião Dias Laranjeira

I-2.3 Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão

I-2.4 Dom João Becker

I-2.5 Dom Alfredo Vicente Scherer

I-2.6 Dom João Cláudio Colling

I-2.7 Dom Altamiro Rossatto

I-2.8 Dom Dadeus Grings

I-3 Bulas e Breves (1853-1899)

I-4 Seminários

I-4A Seminário Episcopal São Feliciano

I-4A.1 Estatutos (1856)

I-4A.5 Ensino

I-4A.5.2 Protocolo das Avaliações (1858-1864)

I-4B Seminário Diocesano Nossa Senhora Madre de Deus

I-4B.2 Construção

I-4B.2.1 Pessoal

I-4B.2.1.1 Férias (1865-1866)

I-4B.2.2 Finanças

I-4B.2.2.1 Receita e Despesa (1854-1889)

I-4B.3 Pessoal

I-4B.3.1 Empregados (1885)

I-4B.3.2 Alunos Primários (1881-1883)

I-4B.3.3 Seminaristas (1891)

I-4B.4 Secretaria

I-4B.4.1 Ofícios (1887-1890)

I-4B.5 Ensino

I-4B.5.1 Avaliação dos Alunos (1880-1889/1891)

I-4B.6 Finanças

I-4B.6.1 Receita e Despesa (1865-1867/1880-1913)

I-4B.6.2 Pagamentos de Professores (1888-1889)

I-4B.6.3 Doações (1891)

I-4B.7 Patrimônio

I-4B.7.1 Inventário da Capela (1905-1908)

I-4B.7.2 Inventário dos Objetos dos Cômodos (1880-1888)

I-4B.7.3 Livros Doados ao Seminário (1889)



Foto: ASCOM - Arquiocese de Porto Alegre



Foto: ASCOM - Arquiocese de Porto Alegre

I-4C Seminário Menor São José de Gravataí

I-4C.7 Patrimônio

I-4C.7.4 Despacho de Importação (1937)

I-5 Ensino Diocesano

I-5.1 Escolas Paroquiais (1940)

I-5.1.1 Estatutos da Escola Dom João Becker (1924)

I-5.2 Ofícios Recebidos (1921)

I-5.3 Tombo da Diretoria (1920-1921)

I-6 Catequese

I-6.1 Obra Catequética Feminina

I-6.1.1 Atas e Relatórios (1934-1952)

I-6.1.2 Conferências e Discursos (1934-1949)

I-6.1.3 Lista de Catequistas (1935-1952)

I-7 Centro da Boa Imprensa

I-7.1 Atas (1924-1938)

I-8 Ação Católica

I-8.1 União de Moços Católica Central

I-8.1.1 Atas (1924-1930)

I-8.1.2 Sócios (s/d)

I-8.1.3 Receitas e Despesa (1924-1931)

I-8.1.4 Ofícios Recebidos (1932-1933)

I-8.2 Centro da Juventude Cristã

I-8.2.1 Atas (1937-1940)

I-8.3 Juventude Masculina Católica  
 I-8.3.1 Atas (1950-1959)  
 I-8.3.5 Lista de Presença dos Presidentes das Paróquias (1951-1958)  
 I-8.3.6 Lista de Centros da Capital

I-8.4 Liga Católica Polonesa  
 I-8.4.3 Receita e Despesa (1932)  
 I-8.4.5 Correspondência Pastoral (1941)

I-8.5 Liga Eleitoral Católica

I-9 Centro Católico  
 I-9.1 Lista de Visitantes (1910-1930)

I-10 Liga de Defesa Nacional  
 I-10.2 Sócios (1961-1966)

I-11 Periódico “Atualidade” (mar. 1911 a jan. 1916 – 3 Volumes)  
 I-11.2 Assinantes  
 I-11.6 Autores dos artigos

**Santificar (Munus sanctificandi)**

II-1 Bispo/Arcebispo  
 II-1.1 Dom Feliciano José Rodrigues Prates  
 II-1.1.1 Tombo de Aprovação, Sagração e Posse (1851)

II-1.2 Dom Sebastião Dias Laranjeira  
 II-1.2.1 Ofícios Reservados (1871-1876)

II-1.3 Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão  
 II-1.3.1 Anotações Reservadas (1892-1903)

II-1.4 Dom João Becker  
 II-1.4.1 Festejos Jubilares (1937)

II-2 Cabido  
 II-2.1 Tombo (1864-1869/1952)  
 II-2.2 Estatutos (1865)  
 II-2.3 Atas  
 II-2.3.1 Sessões Capitulares (1852-1891/1916-1952)  
 II-2.3.2 Sessões Ordinárias (1863-1896)  
 II-2.4 Provisões (recebidas) (1863-1889)

II-2.5 Ofícios (1864-1868)  
 II-2.6 Patrimônio  
 II-2.6.1 Inventário (1864)  
 II-2.7 Juramento para ocupar cadeira no Cabido

II-3 Clero/Presbíteros  
 II-3.1 Dossiês (séc. XVII ->)  
 II-3.2 Matrícula de Ordenação (1856-1950)  
 II-3.3 Formação  
 II-3.3.1 Sentenças sobre Patrimônios (1870-1921)  
 II-3.3.2 Pia Obra das Vocações  
 II-3.3.2.1 Subvenções e Bolsas (1944-1957)  
 II-3.3.2.2 Receita e Despesa (1938-1944/1947-1958)  
 II-3.3.2.3 Contas Correntes (1949)  
 II-3.3.3 Bolsas Auxílio (1946-1949)  
 II-3.4 Registros de Presbíteros (1868/ fim séc. XIX e início séc. XX/ 1900-1950)

II-3.4.1 Protocolo dos Documentos de Presbíteros Estrangeiros (1870-?)  
 II-3.5 Faculdades Concedidas (1919-1932)  
 II-3.6 Inscrição para Exame de Vigário Colado (1859-1889)  
 II-3.7 Termo de Renúncia de Benefício Eclesiástico (1866-1890)  
 II-3.8 Demissórias (1868-1917)  
 II-3.9 Registros Diversos (1857-1969)  
 II-3.10 Conferências Pastorais  
 II-3.10.1 Atas (1915-1956)  
 II-3.10.2 Lista de Presença (1930-1968)  
 II-3.10.3 Lista de Presença dos Visitantes (1947-1955)  
 II-3.11 Obra Pontifícia de Propagação da Fé

II-3.11.1 Atas (1930)  
 II-3.11.2 Sócios da União Missionária (1947-1958)  
 II-3.12 Atas das Sessões de Examinadores Sinodais<sup>1</sup> (1946)  
 II-3.13 Sociedade Fraterno Auxílio  
 II-3.13.7 Patrimônio  
 II-3.13.7.1 Colônia de Férias – Cidreira

II-4 Clero/Diáconos  
 II-4.1 Atas (1969-1973/1989-2001)

II-5 Registros Sacramentais  
 II-5.1 Crisma de Enfermos (1947-1958)  
 II-5.2 Crismas (VER: III-1.1.9 – período 1866-1879)

II-6 Locais de Culto  
 II-6.1 Instituição Canônica de Paróquias (1871-1987)  
 II-6.2 Limites das Paróquias (1919-1931)  
 II-6.3 Paróquias e Capelas Filiais (1868-1878/1880-1884/1913-1924)

II-7 Atos de Culto  
 II-7.1 Congresso Eucarístico  
 II-7.1.1 Atas da Preparação (1937)  
 II-7.1.2 Coletânea de Artigos de Jornal  
 II-7.1.3 Lista Padres participantes V CEN (?)  
 II-7.2 Ano Mariano  
 II-7.2.1 Atas da Comissão Arquidiocesana  
 II-7.3 Calendário Perpétuo

II-8 Associações Leigas  
 II-8.1 Irmandade São Miguel e Almas  
 II-8.2 Capela do Divino

**Governar (Munus regendi)**

III-1 Reger  
 III-1.1 Chancelaria/Câmera Eclesiástica  
 III-1.1.1 Regulamento (1889)  
 III-1.1.2 Inventário (1870)  
 III-1.1.3 Mapa (Censo)  
 III-1.1.3.1 População Católica (1881-1883/1918)  
 III-1.1.3.2 Batismos (1866-1876)  
 III-1.1.3.3 Casamentos (1866-1876)  
 III-1.1.3.4 Óbitos (1866-1876)  
 III-1.1.4 Licenças para Concessão de Paróquias (1924-1929)  
 III-1.1.5 Licenças para Párcos e Empregados Diocesanos (1866-1892)  
 III-1.1.6 Licenças para Vida Religiosa (1916-1941)  
 III-1.1.7 Licenças Matrimoniais (1851-1877)  
 III-1.1.8 Portarias (1872-1889/1935) (VER também: III-1.1.18/19; para o período 1853-1872 ver I-2.2)  
 III-1.1.9 Provisões (1860-1879)  
 III-1.1.10 Provisões de Párcos Colados (1855-1890)  
 III-1.1.11 Provisões de Compromisso de Irmandades (1858-1888/1890-1905)

III-1.1.12 Protocolo de Provisões (1899-1957)  
 III-1.1.13 Protocolo de Provisões dos Empregados Diocesanos (1880-1899)  
 III-1.1.14 Registros Diversos (1869-1875/1885/1890-1933)  
 III-1.1.15 Protocolo de Registros Diversos 1 (1862-1892/1914-1999)  
 III-1.1.16 Protocolo de Registros Diversos 2 (1854-1924)  
 III-1.1.17 Ofícios (1889-1891)  
 III-1.1.18 Protocolo de Ofícios Expedidos (1853-1876/1882-1887/1910-1925)  
 III-1.1.18.1 Exéquias de Pio X (1914)  
 III-1.1.19 Arquivo  
 III-1.1.19.1 Modelos de Provisões (séc. XIX)  
 III-1.1.19.2 Modelos Diversos (séc. XIX)  
 III-1.1.20 Relatório do Expediente da Secretaria (1914-1920)  
 III-1.1.21 Autoridades Civis (1859-1862)  
 III-1.1.22 Habilitações Matrimoniais (1753-1932)

III-1.2 Varas Eclesiásticas  
 III-1.2.1 Cachoeira do Sul  
 III-1.2.1.1 Protocolo de Audiências do Juízo (1875-1876)  
 III-1.2.1.2 Receita e Despesa (1879-1896)  
 III-1.2.1.3 Termos de Caução (1862-1870)

III-1.2.2 Encruzilhada do Sul  
 III-1.2.2.1 Protocolo de Documentos Expedidos (1853-1890)  
 III-1.2.2.2 Reg. Diversos (1853-1908)

III-1.2.3 Gravataí  
 III-1.2.3.1 Receita e Despesa (1883-1886)  
 III-1.2.3.2 Termos de Caução (1883-1884)  
 III-1.2.3.3 Receitas



III-1.2.4 Lagoa Vermelha  
 III-1.2.4.1 Provisões de Vigários (1874-1875)  
 III-1.2.4.2 Registros Diversos (1872-1874)  
 III-1.2.4.3 Receita (1868-1878)

III-1.2.5 Osório  
 III-1.2.5.1 Provisões (1869-1887)

III-1.2.6 Rio Pardo  
 III-1.2.6.1 Termos de Juramento de Acatólico (1860-1864)

III-1.2.7 Santa Cristina do Pinhal  
 III-1.2.7.1 Provisões (1884-1887)  
 III-1.2.7.2 Termos de Juramento de Acatólico (1886)  
 III-1.2.7.3 Receita (1884)  
 III-1.2.7.4 Termos de Caução (1885-1887)

III-1.2.8 Santo Amaro  
 III-1.2.8.1 Provisões (1881-1902)  
 III-1.2.8.2 Registros Diversos (1884)  
 III-1.2.8.3 Receita e Despesa (1881-1898)

III-1.2.9 Canguçu  
 III-1.2.9.1 Provisões (1848-1865)

III-1.2.10 Triunfo  
 III-1.2.10.2 Reg. Diversos (1791-1859)

III-1.4 Institutos de Vida Consagrada  
 III-1.4.1 Sociedade São Vicente de Paula  
 III-1.4.1.1 Atas (1902-1907/1910-1947)

III-1.5 Caridade  
 III-1.5.1 Caixa Pia/Esmolas (1853-1900/1913-1951)

III-1.6 Arquivo  
 III-1.6.1 Registro de Pesquisadores (1957-1959/1997-2006)  
 III-1.6.2 Inventário da Documentação (1894)

III-2 Justiça  
 III-2.1 Chancelaria

III-2.1.1 Dispensas Matrimoniais (1853-1899/1916-1924/1926-1931)  
 III-2.1.2 Juramento de Acatólicos (1885-1913)  
 III-2.1.3 Dispensa para Disparidade de Culto (1866-1872)

III-2.2 Processos do Juízo (1757-1895)

III-3 Finanças  
 III-3.1 Câmara Eclesiástica  
 III-3.1.1 Receita (1871-1873/1875-1912/1923-1925)  
 III-3.1.2 Receita e Despesa (1853-1857/1866-1897/1904-1905/1914-1922/1926-1932/1937-1940/1943-1947/1953-1963)  
 III-3.1.3 Receita e Despesas dos Vigários da Diocese (1881-1886)  
 III-3.1.4 Termos de Caução (1875-1891)

III-3.2 Varas Eclesiásticas  
 III-3.2.1 Rendimento do Cartório (1886)  
 III-3.2.2 Receita Trimestral (1873-1896)  
 III-3.2.3 Tabela de Emolumentos (1874)

III-3.3 Paróquias  
 III-3.3.1 Pagamentos Semestrais (1914-1921)  
 III-3.3.2 Receita e Despesa (1862-1872/1891-1894/1914-1915/1926-1928/1948-1984)  
 III-3.3.3 Receita Referente às Licenças e Dispensas Matrimoniais (1877-1890/1936)  
 III-3.3.4 Coletas Especiais (1915-1918/1928-1929)  
 III-3.3.5 Despesas com a Câmara Eclesiástica (1937)

III-3.4 Congregações  
 III-3.4.1 Receita (1942-1944)

III-3.5 Associações Leigas  
 III-3.5.1 Receita e Despesa (1888-1898)

III-4 Patrimônio  
 III-4.1 Inventário de Alfaias das Matrizes (1869-1882)  
 III-4.2 Contratos (1917-1930)  
 III-4.3 Casa de Cômodos  
 III-4.3.1 Receita e Despesa (1936-1947)  
 III-4.3.2 Entrada e Saída de Hóspedes (1944-1948)

III-5 Autoridades Civis  
 III-5.1 Câmara de Vereadores de Pelotas

**3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade:** a documentação recolhida foi mantida no seu todo.

**3.3 Incorporações:** Não são previstas.

**3.4 Sistema de arranjo:** A ordenação é cronológica por tipologia.

#### 4. Área de condições de acesso e uso

**4.1 Condições de acesso:** Existem restrições de acesso.

**4.2 Condições de reprodução:** A única forma de reprodução permitida é a fotografia, sem o uso do flash.

**4.3 Idioma:** Português

**4.4 Características físicas e requisitos técnicos:** Alguns documentos, pela caligrafia, tinta ou pela ação do tempo o suporte se fragilizou e a leitura tornou-se difícil.



Foto: ASCOM - Arquiocese de Porto Alegre

## FUNDO PARÓQUIAS

---

Fundo Aberto

---

**Descrição geral:** é um Fundo composto por documentos produzidos/recebidos pelas paróquias, desde o início de sua criação aos dias atuais. Trata-se de registros sacramentais de batismos, casamentos e óbitos; documentos administrativos, sobretudo do século XIX; irmandades, entre outros.

**Data:** 1747 aos dias atuais.



Foto: ASCOM - Arquidiocese de Porto Alegre

### 1. Área de identificação

**1.1 Código de referência:**

**1.2 Título:** Paróquias

**1.3 Data(s):** 1747 aos dias atuais

**1.4 Nível de descrição:** Fundo (3)

### 2. Área de Contextualização

**2.1 Nome(s) do(s) produtor(es):** Paróquias.

**2.2 História administrativa:** É um Fundo composto por documentos produzidos/recebidos pelas paróquias, desde o início de sua criação aos dias atuais.

**2.3 História arquivística:** Trata-se de registros sacramentais de batismos, casamentos e óbitos; documentos administrativos, sobretudo do século XIX; irmandades, entre outros. Para cada Paróquia temos as seguintes seções: seção santificar (subseção 1 - registros sacramentais) e seção governar (subseção 2 - fábrica). Existem mudanças de Paróquia para Paróquia. Algumas apresentam além da subseção de registros sacramentais, as subseções: 2. Associações leigas; 4. Local de culto. Cada Paróquia corresponde a um novo sub-fundo. \*Existem livros de batismo de escravos e libertos de algumas Paróquias (Dores, Catedral, Rosário, Belém e Conceição). Datas baliza (escravos) 1772-1873. Datas baliza (libertos) 1772-1901.

**2.4 Procedência:** Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

### 3 Área de conteúdo e estrutura

#### 3.1 Âmbito e conteúdo

##### Ensinar (Monus docendi)

- I-1 Capítulos de Visita
- I-2 Pastorais Diocesanas

##### Santificar (Munus sanctificandi)

###### II-1 Registros Sacramentais

- II-1.1 Batismos
  - II-1.1.1 Escravos
  - II-1.1.2 Libertos
  - II-1.1.3 Índios
  - II-1.1.4 Justificações

###### II-1.2 Casamentos

- II-1.2.1 Escravos

###### II-1.3 Óbitos

- II-1.3.1 Escravos
- II-1.3.2 Libertos

###### II-1.4 Crismas

###### II-1.5 Rol de Confessados

###### II-2 Associações Leigas

###### II-2.1A Irmandade (nome da Irmandade)

###### II-2.1.1 Compromisso

###### II-2.1.2 Atas

###### II-2.1.3 Resoluções e Termos

###### II-2.1.4 Eleições de Mesa e Posso

###### II-2.1.5 Relatório

###### II-2.1.6 Registro de Irmãos

###### II-2.1.6.1 Entrada de Irmãos

###### II-2.1.6.1.1 Rito de Entrada

###### II-2.1.6.2 Óbitos de Irmãos

###### II-2.1.6.2.1 Certidões de Mis.

###### II-2.1.7 Patrimônio

###### II-2.1.7.1 Contratos de Arrendamento

###### II-2.1.7.2 Inventário

###### II-2.1.7.3 Propriedades

###### II-2.1.8 Finanças

###### II-2.1.8.1 Receita e Despesa

###### II-2.1.8.1.1 Receita e Despesa do Cemitério

###### II-2.1.8.2 Anais

###### II-2.1.8.3 Recibos

###### II-2.1.8.4 Doações

###### II-2.1.8.5 Receita

###### II-2.1.8.6 Despesa

###### II-2.1.8.6.1 Folha de Pagamento



Foto: ASCOM - Arquidiocese de Porto Alegre



Série dos Livros de Registros de Casamento.  
Foto: Vanessa Gomes de Campos

###### II-2.1.8.6.2 Férias

###### II-2.1.9 Ofícios

###### II-2.1.9.1 Protocolo de Entrega

###### II-2.1.10 Registros Diversos

###### II-2.1.11 Regulamento do Cemitério

OBS: Se houver mais de uma irmandade, a notação fica II-2.1<sup>a</sup>, II-2.1B e assim por diante, pois todas estão no mesmo nível.

###### II-2.2 Devoções

###### II-2.2A Devoção (nome da devoção)

###### II-2.2B Devoção (nome da devoção)

###### II-2.2B.1 Estatuto

OBS: Se houver mais de uma devoção, a notação fica II-2.2<sup>a</sup>, II-2.2B e assim por diante, pois todas estão no mesmo nível.

II-3 Movimentos Pastorais  
 II-3.1 Apostolado da Oração  
 II-3.1.2 Atas  
 II-3.1.6 Registro de Membros  
 II-3.1.8 Finanças  
 II-3.1.8.1 Receita e Despesa  
 II-3.1.8.4 Doações  
 II-3.2 Ação Católica  
 II-3.2.2 Atas  
 II-3.3 Congregação Mariana  
 II-3.4 Legionários  
 II-3.5 Frente Agrária Gaúcha (FAG)  
 II-3.5.2 Ata  
 II-3.5.6 Associados

II-4 Local de Culto  
 II-4.1 Capela (nome da capela)  
 II-4.1.1 Batismos  
 II-4.1.2 Casamentos  
 OBS: Se houver mais de uma capela, a notação fica II-4.1, II-4.2 e assim por diante.

II-5 Culto Litúrgico  
 II-5.1 Música  
 II-5.2 Novena

II-6 Colégio Paroquial  
 II-6.1 Lista de Alunos

#### **Governar (Munus regendi)**

III-1 Reger  
 III-1.1 Tombo  
 III-1.2 Arquivo  
 III-1.2.1 Registros Diversos  
 III-1.2.1.1 Pasta da Paróquia  
 OBS: Documentos recebidos pelo governo episcopal e outros diversos.  
 III-1.2.2 Ofícios  
 III-1.2.3 Testamentos  
 III-1.2.4 Proclamas Matrimoniais  
 III-1.2.5 Censo Paroquial  
 III-1.2.6 Provisões para Sepulturas Perpétuas  
 III-1.2.7 Anotações dos dados de Batismo  
 III-1.2.8 Índice de Registros de Batismos  
 III-1.2.9 Anotações dos dados de Casamento  
 III-1.2.10 Empregados  
 III-1.2.10.1 Provisão

III-1.2.10.2 Atestado de Sacristão  
 III-1.2.11 Boletim Paroquial

III-2 Fábrica  
 III-2.1 Finanças  
 III-2.1.1 Receita e Despesa  
 III-2.1.1.1 Receita e Despesa de Festas  
 III-2.1.2 Dívida Passiva  
 III-2.1.3 Livro Ouro de Doações  
 III-2.1.4 Recibos  
 III-2.1.5 Receita  
 III-2.1.6 Despesa

III-2.2 Patrimônio  
 III-2.2.1 Planta  
 III-2.2.2 Aforamentos de Terrenos  
 III-2.2.3 Construção da Igreja  
 III-2.2.3.1 Receitas  
 III-2.2.3.2 Dívida Passiva  
 III-2.2.4 Muro do Cemitério  
 III-2.2.5 Inventário de Ornamentos e Alfaias



Foto: ASCOM - Arquidiocese de Porto Alegre

**3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade:** a documentação recolhida foi mantida no seu todo.

**3.3 Incorporações:** Não são previstas.

**3.4 Sistema de arranjo:** A ordenação é cronológica por tipologia.

#### **4. Área de condições de acesso e uso**

**4.1 Condições de acesso:** Existem restrições de acesso.

**4.2 Condições de reprodução:** A única forma de reprodução permitida é a fotografia, sem o uso do flash.

**4.3 Idioma:** Português

**4.4 Características físicas e requisitos técnicos:** Alguns documentos, pela caligrafia, tinta ou pela ação do tempo o suporte se fragilizou e a leitura tornou-se difícil.



## Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre: levantamento documental e análise tipológica para a reestruturação do quadro de arranjo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2006.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. **Edifício da Cúria Metropolitana de Porto Alegre Aspectos Históricos**. Porto Alegre: jul. 2007.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Foto: ASCOM - Arquidiocese de Porto Alegre